

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

STEPHANIE LUISE DE PINHO

**DA DIVISÃO À INTERDEPENDÊNCIA:
CONFLITOS SOCIOESPACIAIS E DESENVOLVIMENTO URBANO DESIGUAL EM
CAMBORIÚ E BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC**

FLORIANÓPOLIS, 2020

STEPHANIE LUISE DE PINHO

DA DIVISÃO À INTERDEPENDÊNCIA:

Conflitos Socioespaciais e Desenvolvimento Urbano Desigual em Camboriú e
Balneário Camboriú - SC

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina para obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental.

Orientadora: Prof.^a Dr^a. Renata Rogowski Pozzo

FLORIANÓPOLIS, 2020

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Pinho, Stephanie Luise de
Da Divisão à Interdependência: : conflitos socioespaciais e
desenvolvimento urbano desigual em Camboriú e Balneário
Camboriú - SC / Stephanie Luise de Pinho. -- 2020.
185 p.

Orientadora: Renata Rogowski Pozzo
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação Profissional em Planejamento Territorial e
Desenvolvimento Socioambiental, Florianópolis, 2020.

1. Desenvolvimento geográfico desigual. 2. Camboriú. 3.
Balneário Camboriú. 4. Conflitos socioespaciais. 5. Dinâmica
interdependente. I. Pozzo, Renata Rogowski . II. Universidade do
Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da
Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em
Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental. III.
Título.

Stephanie Luise de Pinho

**DA DIVISÃO À INTERDEPENDÊNCIA:
CONFLITOS SOCIOESPACIAIS E DESENVOLVIMENTO URBANO DESIGUAL
EM CAMBORIÚ E BALNEÁRIO CAMBORIÚ – SC**

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Renata Rogowski Pozzo
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Nehls Dias
(Examinadora Interna do Dep. de PPGPLAN/UDESC)

Prof. Dr. Samuel Steiner dos Santos
(Examinador Externo do Dep. de Arquitetura e Urbanismo UFSC)

FLORIANÓPOLIS, 18 de Setembro, 2020

A Deus, pela vida e por todas as oportunidades que surgem dela.

À minha família, minha orientadora e a todos os professores que tive ao longo do caminho, meus sinceros agradecimentos por todo empenho, dedicação e carinho.

Dedico essa dissertação a todos os moradores do Distrito do Monte Alegre, que se sentem parte tanto de Camboriú quanto de Balneário Camboriú.

O arquiteto molda espaços de forma a lhes conferir utilidade social, bem como significados humanos e estéticos /simbólicos. O arquiteto plasma e preserva lembranças sociais de longa duração e se empenha em dar forma material aos anseios de indivíduos e coletividades. O arquiteto luta para abrir espaços para novas possibilidades, para futuras formas de vida social.

(David Harvey)

RESUMO

O presente trabalho analisa a dinâmica urbana de Camboriú e de Balneário Camboriú, dois municípios catarinenses cuja história e tecido urbano estão entrelaçados. O estudo é elaborado sob a ótica da teoria do desenvolvimento geográfico desigual e objetiva compreender a relação entre Estado e demais atores produtores do espaço local. A pergunta norteadora da pesquisa é: quais estratégias e ações do Estado contribuíram, historicamente, para produção desigual do espaço urbano entre Camboriú e Balneário Camboriú. Em busca dessa resposta, realizou-se: a historiografia urbana desses municípios no capítulo 1, a partir da qual identificou-se três direcionamentos da atuação do Estado. No capítulo 2 esses direcionamentos do estado - construção de obras, criação de leis e formulação de discursos – foram examinados e, por fim, no capítulo 3, desenvolveu-se uma síntese da espacialização dessa história ao se examinar, principalmente, as relações de desigualdade e interdependência entre os municípios. A hipótese do estudo é a seguinte: desde a emancipação de Balneário Camboriú, se estabeleceu um contexto de transformações socioespaciais desiguais e interdependentes. Conjetura-se que essas transformações teriam intensificado a exclusão social e a apropriação do ambiente natural, de maneira que o litoral sempre recebeu mais investimentos que o interior. Como resultados, constatou-se que a especulação imobiliária incidente sobre Balneário gerou o crescimento urbano de seu tecido urbano em sobreposição ao distrito do Monte Alegre em Camboriú. Isto criou uma área periférica para além de seus limites administrativos. Além disso, constatou-se também que a emancipação municipal de Balneário, em 1964, agravou o quadro de desigualdade que já se desenhava anteriormente. Neste contexto, a segregação socioespacial ultrapassou a escala intraurbana e estabeleceu forte distinção entre quem mora a leste e a oeste da BR-101.

Palavras-chave: Desenvolvimento Geográfico Desigual. Camboriú. Balneário Camboriú. Conflitos Socioespaciais. Dinâmica Interdependente.

ABSTRACT

This study is an analysis of the urban dynamics established between Camboriú and Balneário Camboriú, SC, two cities with history and urban fabric closely intertwined. It is grounded on the *uneven and combined development theory* and sets its goal on the investigation of the existing relationship between public management and the other agents that produce the urban space. The research problem is: what actions undertaken by public management have been contributing to the establishment of an uneven and unjust urban space in Camboriú and Balneário Camboriú. In order to reach that answer, some steps were taken. Firstly, chapter one builds an urban historiography of the two cities, through which it is possible to identify three major directions of public management's actions – building infrastructure, creating laws and elaborating discourses. Chapter two discusses those directions and chapter three provides a synthesis of the spatialization of this history while examining the existing context of inequality and interdependence between the cities. The hypothesis of the study that, from the emancipation of Balneário Camboriú on, there was built a context of uneven and interdependent socio-spatial transformations. Those transformations have gotten intensified by social exclusion and by the misuse of natural environment, which led to the territory on the coast always receiving more investments than the inner city. One of the outcomes of this analysis is the testament that real estate speculation in Balneário has generated the urban growth in a way that its urban fabric overlapped the district of Monte Alegre, in Camboriú. That fact created a peripheral area beyond Balneário's administrative boundaries. Apart from that the research also found that the emancipation of Balneário, in 1964, aggravated the uneven development combined between the two cities. In that context, the socio-spatial segregation has gone beyond one city's urban scale and has established a strong distinction between those who live to east and to west of BR-101.

Key-words: Uneven and combine development; Camboriú; Balneário Camboriú. Sociospatial conflicts; Interdependent dynamics;

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Fotografia de crianças em desfile de 7 de setembro em Camboriú no início da década de 1970.....	24
FIGURA 2	Linha do tempo da divisão administrativa de Camboriú e Balneário Camboriú.....	35
FIGURA 3	Localização dos Bairros Comentados no Texto - Atualmente	41
FIGURA 4	Mapa esquemático da ocupação inicial de Camboriú, SC	42
FIGURA 5	Imagen das coordenadas para a chegada a Camboriú.....	48
FIGURA 6	Recorte do Álbum descritivo fotográfico de Camboriú, de 1952, sobre a pesca local.....	49
FIGURA 7	Vista da Orla de Camboriú em 1952.....	51
FIGURA 8	Edificações apontadas no mapa 05.....	53
FIGURA 9	Aerofotografia de Camboriú, 1938.....	53
FIGURA 10	Aerofotografia de Camboriú, 1957	53
FIGURA 11	Fotografia da orla da Praia na década de 1960.....	68
FIGURA 12	Material infográfico “A grande foto” sobre Balneário Camboriú.....	69
FIGURA 13	Aerofotografia de Camboriú, 1978.....	71
FIGURA 14	Aerofotografia de Camboriú, 2000.....	71
FIGURA 15	Fotografia de Balneário Camboriú, década de 70.....	71
FIGURA 16	Fotografia de Balneário Camboriú contemporânea	74
FIGURA 17	Primeiros Loteamentos da Praia de Camboriú (década de 1940).....	82
FIGURA 18	Recorte do Álbum descritivo fotográfico de Balneário Camboriú sobre infraestruturas de Luz, Telefone e Transporte Público na Praia de Camboriú em 1952.....	85
FIGURA 19	Locomotiva de Itajaí com destino a Blumenau por volta de 1970.....	86
FIGURA 20	Recorte do Mapa de Uso e Ocupação das Terras de Camboriú de 1957.....	87
FIGURA 21	BR-101 em Balneário Camboriú (sem datas).....	88
FIGURA 22	BR-101 em Balneário Camboriú (sem datas).....	88
FIGURA 23	Vista da rua 904, bairro centro, Balneário Camboriú final dos anos 1970.....	89
FIGURA 24	Construção Civil e Plano Diretor – recorte de BERNARDI, 2017	93
FIGURA 25	Esquema com a cronologia das legislações pertinentes ao planejamento urbano da cidade de Balneário Camboriú.....	96
FIGURA 26	Fotografia da residência do Presidente Jango em Balneário Camboriú.....	102
FIGURA 27	Camboriú a Copacabana do Sul	102
FIGURA 28	Reportagem sobre as ideias para o futuro do Balneário.....	103
FIGURA 29	Imagen com as premiações de Balneário Camboriú.....	104

FIGURA 30	Imagen de Sobrevoo Utilizada para Representar a Monumentalidade de Balneário Camboriú.....	106
FIGURA 31	Diagrama do processo de retroalimentação do Desenvolvimento Desigual.....	121
FIGURA 32	Gráfico do percentual de domicílios urbanos por classe econômica em 2011.....	134
FIGURA 33	Gráfico dos domicílios segundo ocupação em 2012.....	135
FIGURA 34	Fotografia aérea mostrando as diferenças de Escala Horizontal e Vertical entre o centro de Balneário Camboriú e Camboriú.....	140
FIGURA 35	Fotografia aérea mostrando as diferenças de Escala Horizontal e Vertical entre o centro de Balneário Camboriú e Camboriú.....	140
FIGURA 36	Gráfico de Empregos por setor em Camboriú e Balneário Camboriú em 2011	143
FIGURA 37	Gráfico de Empresas por setor em Camboriú e Balneário Camboriú em 2011	143
FIGURA 38	Gráfico de Habitantes por emprego.....	144
FIGURA 39	Gráfico sobre Locais de trabalho do município de Camboriú (2016)	146
FIGURA 40	Gráfico sobre Viagens externas dos municípios vizinhos com destino a Balneário Camboriú.....	147
FIGURA 41	Horários da Linha Balneário Camboriú – Camboriú.....	148
FIGURA 42	Horários das Linhas Camboriú – Balneário Camboriú-Itajaí.....	148
FIGURA 43	Horários das linhas Itajaí – Balneário Camboriú-Camboriú.....	148
FIGURA 44	Principais origens e destinos das viagens por ônibus.....	149
FIGURA 45	Geração e Atração de viagens dos municípios de Balneário Camboriú e Camboriú –SC.....	159
FIGURA 46	Escolaridade da População de 25 anos ou mais em 2010.....	163
FIGURA 47	Ciclo das relações desiguais e interdependentes entre Camboriú e Balneário Camboriú.....	165

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1	Arranjo Populacional Itajaí - Balneário Camboriú.....	25
TABELA 2	Comparativo entre as cidades quanto a aspectos urbanos.....	26
TABELA 3	Índices constantes nos Planos Diretores e Códigos de Obra de Balneário Camboriú.....	56
TABELA 4	Áreas computáveis para o cálculo do Coeficiente de Aproveitamento (CA) em cada legislação.....	57
TABELA 5	População total de Camboriú e Balneário Camboriú.....	73
TABELA 6	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	126
TABELA 7	Composição das Classes Sociais nos municípios do Centro-Norte do Litoral Catarinense.....	127
TABELA 8	Referência de preços e metragens dos imóveis na cidade de Balneário Camboriú (Julho de 2013)	132
TABELA 9	Distribuição da População por cor ou raça em 2010.....	136
TABELA 10	Empreendimentos por padrão, segundo faixa de valores, onde Nº = Número de empreendimentos.....	145
TABELA 11	Classificação das ligações interurbanas diretas entre municípios.....	147
TABELA 12	Municípios com maiores taxas de atração e de repulsão, em relação a movimentos pendulares intra-estaduais somente para trabalho – Santa Catarina, 2000.....	149
TABELA 13	Valor adicionado fiscal de Camboriú, 6 grupos de atividades econômicas mais representativas, no período de 2008 a 2010	151
TABELA 14	Valor adicionado fiscal de Balneário Camboriú, 6 grupos de atividades econômicas mais representativas, no período de 2008 a 2010.....	152
TABELA 15	Infraestruturas Camboriú e Balneário Camboriú (2010)	154
TABELA 16	Educação em Camboriú e Balneário Camboriú 2017.....	163
TABELA 17	: Vulnerabilidade Social – Camboriú.....	166
TABELA 18	Vulnerabilidade Social - Balneário Camboriú.....	166
QUADRO 1	Comparação visual e de parâmetros de infraestrutura das vias paralelas à praia de Balneário Camboriú.....	161

LISTA DE MAPAS

MAPA 1	Localização dos Municípios de Camboriú e Balneário Camboriú/SC.....	23
MAPA 2	Geomorfologia da regiao da Colônia de Nova Ericeira.....	39
MAPA 3	Divisão administrativa de Santa Catarina em 1907.....	40
MAPA 4	População de pescadores segundo os municípios – 1956.....	50
MAPA 5	População Balneário de Camboriú, 1951.....	52
MAPA 6	Mapa da produção de café em Santa Catarina, 1958.....	54
MAPA 7	Jazidas minerais de Santa Catarina, 1958.....	55
MAPA 8	Referência de preços e metragens dos imóveis na cidade de Balneário Camboriú (Julho de 2013)	63
MAPA 9	Plano Rodoviário Municipal de Balneário de Camboriú de 1966	64
MAPA 10	Evolução do Uso e Ocupação da Terra com Vetores de Expansão e Núcleos Urbanos, 1957.....	66
MAPA 11	Evolução do Uso e Ocupação da Terra com Vetores de Expansão e Núcleos Urbanos, 1978.....	66
MAPA 12	Evolução do Uso e Ocupação da Terra com Vetores de Expansão e Núcleos Urbanos, 2000.....	66
MAPA 13	Caminhos de Balneário de Camboriú nos anos 1950.....	84
MAPA 14	Mapeamento do valor por metro quadrado dos bairros de Balneário Camboriú.....	133
MAPA 15	População Residente por Setores Censitários.....	136
MAPA 16	Distribuição da população residente Preta e Parda (2010)	137
MAPA 17	Distribuição da população residente Preta e Parda (2010)	137
MAPA 18	Localização da cidade - Esquema de Ocupação - Cheios e Vazios com a Av. Brasil demarcada - Densidades e vias principais.....	141
MAPA 19	Média do número de moradores em domicílios particulares permanentes (2010)	142
MAPA 20	Linhas diretas interurbanas de Itajaí a Camboriú. Em roxo representa-se a linha Balneário Camboriú-Camboriú e em azul a linha Camboriú-Balneário Camboriú-Itajaí.....	150
MAPA 21	Uso do Solo na Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú (legenda na página seguinte)	157
MAPA 22	Geração de viagens de Balneário Camboriú para outros municípios.....	159
MAPA 23	Tipos e Subtipos Intraurbanos.....	168

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	21
1.1	Percursos e motivações.....	21
1.2	Delineando o objeto de estudo: a problemática da pesquisa.....	23
1.3	Problema de pesquisa e hipótese.....	28
1.4	Objetivos.....	29
1.5	Conceitos norteadores.....	30
1.5.1	Formação socioespacial.....	30
1.5.2	Desenvolvimento Geográfico Desigual.....	30
1.5.3	Conflitos socioespaciais urbanos.....	30
1.5.4	Interações espaciais, redes urbanas e dinâmica independente.....	31
1.6	Procedimentos metodológicos.....	31
2.	FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO ENTRE DUAS CIDADES.....	35
2.1	A gênese da urbanização: do Século XIX ao XX.....	37
2.1.1	Ocupação e formação urbana de Camboriú.....	39
2.2	Séculos XX e XXI: turismo, emancipação e segregação socioespacial.....	47
2.2.1	Desenvolvimento do turismo.....	48
2.2.2	Emancipação e desigualdades.....	62
3.	ATUAÇÃO DO ESTADO E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL.....	79
3.1	O Estado enquanto agente produtor de espaço urbano em Camboriú e Balneário Camboriú: construindo obras, criando leis e elaborando discursos.....	83
3.1.	Construindo obras.....	84
3.1.2	Criando Leis.....	92
3.1.2.1	Planejando o desenvolvimento desigual em outras escalas.....	99
3.1.3	Formulando discursos.....	102
3.2	Um Estado para o Capital?.....	108
3.3	Relações não republicanas.....	112
4.	RELAÇÕES DESIGUAIS E INTERDEPENDENTES.....	121
4.1	Desenvolvimento geográfico desigual: as transições do capital no espaço	121
4.2	Escalas espaciais de expressão da desigualdade	124
4.3	Relações interdependentes	128
4.4	Espaço, classes sociais e trabalho.....	129
4.5	A segregação residencial.....	133
4.5.1	A questão da centralidade.....	142

4.5.2	Uso do solo, Escala Horizontal e Vertical.....	143
4.5.3	Atividades econômicas.....	146
4.5.4	O preço da terra.....	148
4.5.5	Tráfego Urbano.....	150
4.5.6	A descentralização.....	154
4.5.7	Infraestrutura.....	157
4.5.8	Saneamento.....	158
4.5.9	Mobilidade urbana.....	162
4.5.10	Saúde.....	166
4.5.11	Educação.....	166
4.5.12	Vulnerabilidade social.....	168
4.5.13	A questão ambiental: a produção social do risco.....	173
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	181

1. INTRODUÇÃO

1.1. Percursos e motivações

A vontade de estudar as dinâmicas existentes entre os municípios de Camboriú e Balneário Camboriú surgiu, para mim, a partir da percepção dos problemas urbanos de Camboriú relacionados às ocupações em áreas de risco. Eu comprehendia que as dificuldades vivenciadas pelos moradores da cidade não resultavam de contexto restrito àquele município e isso deveria ser investigado.

Como moradora do Monte Alegre, e posteriormente da Várzea do Ranchinho, vivenciei muitas situações em que vizinhos sofreram com inundações bruscas, além de, por vezes, ouvir nas rádios os nomes de diversas ruas inundadas, dentre outras situações problemáticas ligadas à infraestrutura, a pessoas desalojadas e mesmo desabrigadas em virtude das inundações e deslizamentos que ocorriam na região.

Conforme eu buscava compreender o motivo dessas populações se concentrarem em localidades de risco, mais se aguçava em minha percepção a relação desses eventos com a proximidade de Balneário Camboriú. As primeiras análises que fiz do crescimento urbano das duas cidades mostraram que o distrito de Monte Alegre cresceu não pela expansão do centro de Camboriú, mas pelo crescimento de Balneário, isto é, esses bairros de Camboriú não pareciam possuir muita ligação com o seu centro, mas sim com Balneário. Assim, gradativamente, percebi que Monte Alegre apresentava tecido urbano contíguo a Balneário, mas fragmentado em relação à Camboriú.

Dessa forma, entendi que a pesquisa não deveria focar nas vulnerabilidades socioambientais de Camboriú, mas na hipótese de que ali existiria um desenvolvimento geográfico desigual entre os dois municípios. Percebi que há, de fato, uma ligação entre eles que permaneceu mesmo após a emancipação de Balneário Camboriú, em 1964. Essa ligação passou, enfim, a fazer sentido quando me deparei com a teoria do desenvolvimento geográfico desigual.

A partir daí, direcionei meu olhar para além da questão da vulnerabilidade socioambiental passe a considerar outras questões como a minha própria rotina e a de meus familiares na ida para Balneário Camboriú. Entendi que esta era seguida por

grande parte dos meus vizinhos e comecei a identificar a dinâmica diária existente entre os dois municípios, bem como as suas características: a segregação entre os habitantes, a atração e repulsão gerada entre elas e os diferentes problemas enfrentados.

Esse processo passou, então, para além das questões do meu cotidiano e do reconhecimento da problemática da pesquisa e tocou, inclusive, na minha história familiar. Minha família por parte de pai migrou de Vidal Ramos, em 1969, para Florianópolis e de lá para Balneário Camboriú, em 1972. Meu avô trabalhou na Embraco Edificações e morava em habitação cedida pela empresa na Barra Norte, praticamente sobre a praia.

Em 1979 a família mudou para Camboriú para construir casa própria no bairro Monte Alegre. Meus avós maternos migraram do Paraná e vieram morar em Balneário Camboriú na década de 1980. Meu avô trabalhava como construtor e se estabeleceu no município desde então.

Essa trajetória é parecida com a de muitos migrantes que vieram para Balneário Camboriú em busca de trabalho e de um futuro melhor. Os que não conseguiam – e os que ainda hoje não conseguem - se estabelecer em Balneário, ficavam em Camboriú devido ao preço dos terrenos e devido à facilidade de acesso a Balneário. Ressalta-se que, à época de meus avós, o valor dos terrenos em alguns bairros de Balneário Camboriú eram equivalentes aos de Camboriú como acontecia, por exemplo, no bairro das Nações e em outros bairros que ainda não possuíam infraestrutura e serviços ligados ao turismo.

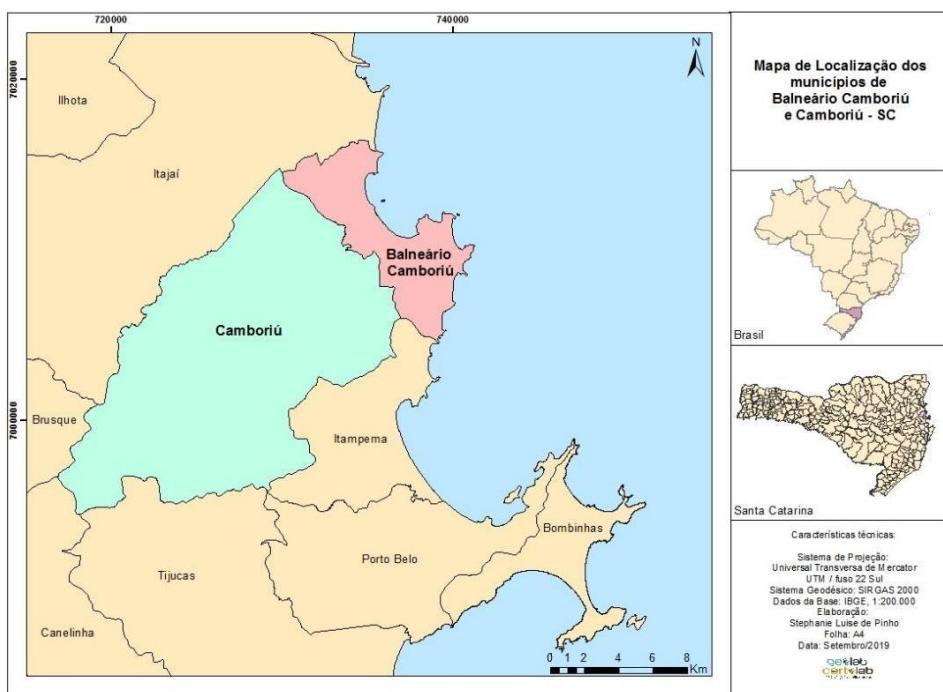
Por fim, o foco da pesquisa ampliou-se e passou a compreender a identificação do desenvolvimento geográfico desigual entre esses municípios e o estudo das consequências desse processo. Isto é, o aprofundamento de desigualdades que passam de intraurbanas para regionais. Assim, busco demonstrar que essa forma de desenvolvimento acarreta custos sociais e ambientais que, usualmente, são gerados pela concentração de investimentos em Balneário Camboriú; bem como problematizar a emancipação de Camboriú e compreender a relação disso com a segregação de classes local.

1.2. Delineando o objeto de estudo: a problemática da pesquisa

Camboriú e Balneário Camboriú estão localizadas no litoral centro-norte de Santa Catarina e distam 82 km da capital, Florianópolis. Pertencem à mesorregião Vale do Itajaí e à Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI), embora façam parte da pequena bacia do Rio Camboriú. Esta bacia engloba apenas os dois municípios que, até 1964, configuravam um único (mapa 1).

Os territórios dos municípios são ligados histórica e geograficamente e seu desenvolvimento urbano é resultante da relação conflituosa entre os interesses e atividades de diferentes agentes produtores do espaço: o Estado, os trabalhadores e o capital.

Mapa 01: Localização dos Municípios de Camboriú e Balneário Camboriú/SC



Fonte: Elaborado pela autora.

Ao analisar a história urbana após a emancipação, em 1964, identificou-se que as transformações no território desses municípios ocorreram conforme os interesses do capital imobiliário que apoiado pelo Estado originou segregação e vulnerabilidade social e ambiental.

Uma imagem tem o poder de expressar a relação histórica entre os agentes produtores do espaço dos municípios e ressaltar a sinergia entre Estado e capital. Trata-se da fotografia dos desfiles de 7 de setembro de 1970 (figura 01). Nela, os

estudantes do Colégio Municipal João Goulart marcham com cartazes onde se vê edifícios, fazendo uma clara alusão ao “progresso” que estes representavam na época.

Figura 01: Crianças em desfile de 7 de setembro, início da década de 1970.



Fonte: Souza, 2016, p. 94

Em função do desenvolvimento do turismo e da construção civil, Balneário Camboriú atraiu importante movimento migratório de trabalhadores que foram residindo na cidade de Camboriú que, por sua vez, não possui a infraestrutura para absorver tamanho crescimento populacional. Por isso, mesmo com a separação administrativa de 1964, os problemas de um município passaram a ser problemas do outro até hoje.

Neste contexto, a segregação socioespacial ultrapassa a escala intraurbana quando passa a existir uma distinção entre quem mora a leste e a oeste da BR-101. Por não corresponder a imagem da cidade existente a leste da BR 101, o tecido urbano da porção oeste é comumente atribuído a Camboriú quando, na verdade, há território de Balneário em ambos lados da BR.

O senso comum, usualmente, atribui a Camboriú a causa da poluição das águas do Rio Camboriú, isto porque o município apresenta índice de saneamento inferior ao de Balneário. Balneário, por outro lado, é sinônimo de qualidade de vida, de luxo, de emprego, de saúde e de educação. Camboriú é associada a causa de

todos os problemas de Balneário e muito se escuta que é lá que moram os *bandidos*, as populações pobres, é onde ficam as ligações clandestinas de esgoto, aqueles que sobrecarregam o sistema de saúde público de Balneário, dentre outras reclamações.

Na presente pesquisa, constatou-se que a especulação imobiliária incidente sobre Balneário gerou o crescimento de seu tecido urbano sobre o distrito do Monte Alegre, de Camboriú. Isso criou uma área periférica para além dos limites administrativos de Balneário. Constatou-se, ainda, que a emancipação municipal de Balneário, não só agravou o quadro de desigualdade já existente, como colaborou para:

- (I) A concentração de infraestruturas em Balneário;
- (II) A segregação socioespacial entre leste e oeste da BR-101;
- (III) A criação da área periférica de Balneário Camboriú sobre Camboriú;
- (IV) A exportação de problemas sociais de um município para outro;
- (V) A vinculação de características positivas para uma e negativas para outra;
- (VI) A interdependência entre elas, gerada por relações desiguais de poder.

A tabela 01 foi construída com base nos dados do censo de 2010 do IBGE e expõe o arranjo populacional Itajaí-Balneário Camboriú. Nela verifica-se que Camboriú é o município com maior índice de integração com esse arranjo: quase 30% da população realiza movimento pendular para trabalhar ou estudar em outro município.

Tabela 01: Arranjo Populacional Itajaí - Balneário Camboriú

Arranjos populacionais e municípios brasileiros	População	Pessoas que trabalham e estudam em outros municípios do arranjo	Índice de integração do município com o arranjo	Mancha Urbanizada Contígua
Itajaí - Balneário Camboriú/SC				
Balneário Camboriú (SC)	108.089	29.231	0,35	Sim
Balneário Piçarras (SC)	17.078	3.384	0,28	Sim
Barra Velha (SC)	22.386	1.277	0,08	Sim
Camboriú (SC)	62.361	18.653	0,39	Sim
Itajaí (SC)	183.373	24.510	0,17	Sim
Navegantes (SC)	60.556	10.049	0,23	Sim

Penha (SC)	25.141	4.874	0,27	Sim
------------	--------	-------	------	-----

Fonte: Elaborada pela autora através de dados do IBGE, 2010

Na tabela 02, verifica-se alguns aspectos que expressam a desigualdade socioespacial existente entre as cidades e construída a partir de um desenvolvimento marcado pela interdependência. Na tabela, após o quantitativo, coloca-se entre parênteses o posicionamento do município em relação ao cenário catarinense.

Tabela 02: Comparativo entre as cidades quanto a aspectos urbanos

	Camboriú	Balneário Camboriú
População total	62.361	108.089
Densidade Demográfica	293,68 (16)	2.337,67 (1)
Salário médio mensal	2,2 (105)	2,4 (50)
PIB per capita	15.807,64 (285)	37.429,03 (64)
Esgotamento sanitário adequado	89,2% (25)	98,7 (1)
Arborização de vias públicas	33,4 (170)	78,1 (47)
Urbanização de vias públicas	31,7 (90)	89,6 (1)

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE disponíveis em: www.cidades.ibge.gov.br

Observa-se que o salário médio mensal das duas cidades é próximo em valor médio. Esse fato se deve à quantidade de pessoas de Camboriú que trabalham em Balneário. A oferta de empregos é muito maior em Balneário, se comparada a Camboriú.

Segundo relatório publicado pelo Sebrae (2013), no ano de 2010 a relação média de habitantes por emprego no Vale do Itajaí era de 2,9. Em Balneário, a relação é de 2,6 habitantes por emprego e em Camboriú, 7,1. O rendimento médio familiar, tem o valor de R\$ 3.195,60 para o Vale do Itajaí, R\$ 4.347,00 para Balneário Camboriú e R\$ 2.611,50 para Camboriú.

Ainda de acordo com os dados do Sebrae, o esgotamento sanitário de Camboriú é, em grande parte, realizado através de fossa (séptica ou rudimentar), enquanto o de Balneário é, majoritariamente, realizado através de rede de esgoto ou de rede pluvial. Conforme Urban (2008, p. 48), “as maiores perturbações nos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú estão concentradas nas regiões urbanas e periurbanas”. O autor lembra, ainda, que “nas áreas urbanas, a degradação dos recursos hídricos está relacionada com o aumento da emigração das áreas rurais para áreas urbanas” (URBAN, 2008, p.1). Desta forma, percebe-se que os maiores problemas dos recursos hídricos dos municípios são gerados pela expansão urbana.

Diante desse quadro de desigualdade socioespacial, esta dissertação quer analisar a expansão urbana de Camboriú e Balneário Camboriú, sem perder de vista as relações historicamente estabelecidas que fortaleceram o contexto de desenvolvimento geográfico desigual entre as duas. Pretende-se explorar a essência dos conflitos urbanos existentes e como estes acarretaram segregação socioespacial e desigualdade.

Dentro do campo dos estudos urbanos, a pesquisa busca identificar os conflitos inerentes ao processo de produção do espaço a partir da observação da relação entre seus diferentes agentes: Estado, trabalhadores e capital. A hipótese apresentada é que a relação de desenvolvimento geográfico desigual existente entre os municípios sustenta e fortalece essa forma de desenvolvimento, configurando um processo retroalimentar.

Ainda que haja a compreensão de que a desigualdade espacial do município é face da desigualdade de classes, inerente à sociedade capitalista, é importante lembrar que o Estado, muitas vezes, atua como catalisador dessa desigualdade.

Ao analisar a história do crescimento urbano de Camboriú e Balneário Camboriú (capítulo 1), nota-se que a visão prevalecente para a administração pública é a da cidade como mercadoria. Nessa perspectiva, o Estado, ao invés de regular a ação do capital, distribui, desigualmente, as infraestruturas no espaço e aprofunda a segregação.

Com o desenvolvimento do setor da construção civil e do mercado imobiliário, o município de Balneário Camboriú adquiriu outras funções na rede urbana regional e passou a ser reduto de férias e lazer para uma cidade comercial, ou seja, passou da lógica de consumo de lugar para a de lugar de consumo. Nessa cidade, a própria qualidade de vida é mercadoria de trocas e, por isso, quase já não existem espaços públicos gratuitos. Sobre o tema, Harvey (2008, p. 81) explica:

A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana. A tendência pós-moderna de encorajar a formação de nichos de mercado – tanto hábitos de consumo quanto formas culturais – envolve a experiência urbana contemporânea com uma aura de liberdade de escolha, desde que se tenha dinheiro.

Considerando a amplitude espaço-temporal de atuação e complexidade dos agentes produtores do espaço, esta análise tem foco no Estado como agente

mediador, uma vez que este acaba sendo um ponto de convergência e unidade para os demais interesses. Assim, no capítulo 2, explora-se a atuação do Estado em relação ao contexto estudado sob a ótica de suas três esferas de ação: construindo obras, criando leis e formulando discursos.

Santos (2009) argumenta que, na cidade brasileira contemporânea, o poder público tornou-se criador de escassez de terra urbana ao estimular a especulação e fomentar a produção de espaços vazios. Isso teve como consequência o direcionamento das populações pobres para as periferias carentes de infraestrutura. No caso das duas cidades aqui estudadas, a especulação empurrou boa parte dos trabalhadores de Balneário Camboriú para Camboriú, gerando um crescimento urbano não planejado nessa cidade.

Para verificar a desigualdade entre as duas cidades, síntese de processos históricos de desenvolvimentos espaciais desiguais, foram utilizados indicadores sociais e econômicos tais como: PIB, renda per capita, IDH, oferta de serviços públicos, dentre outros que foram explorados no capítulo 3.

1.3. Problema de pesquisa e hipótese

A pergunta norteadora da pesquisa é: quais estratégias e ações do Estado contribuíram, historicamente, para produção desigual do espaço urbano entre aos municípios de Camboriú e Balneário Camboriú? A busca por respostas para a pergunta foi realizada mediante análise da história urbana dos municípios sintetizada no capítulo 1. A partir dessa historiografia, identificou-se três âmbitos centrais da atuação do Estado, estes foram analisados no capítulo 2: a construção de obras, a criação de leis e a formulação de discursos. Por fim, no capítulo 3, desenvolve-se síntese sobre os rebatimentos dessa história e da atuação do Estado no espaço urbano dos municípios.

A hipótese levantada é de que, desde a emancipação de Balneário Camboriú, estabeleceu-se um contexto de transformações desiguais do território marcadas pela interdependência entre os dois municípios. Isso exacerbou a exclusão socioespacial e a apropriação do ambiente natural, em um processo no qual a parte litorânea recebeu mais investimentos.

1.4. Objetivos

O objetivo principal da pesquisa é analisar a relação entre o Estado com os demais agentes da produção do espaço (população e capital privado) sob a lógica do desenvolvimento geográfico desigual em Camboriú e Balneário Camboriú. Pretende-se, com isso, compreender como essa dinâmica produziu um espaço marcado pela segregação e por vulnerabilidades e se, e como, o processo foi agravado pela divisão dos municípios.

Os objetivos secundários são os seguintes:

- (I) Descrever o contexto histórico que gerou o desenvolvimento desigual;
- (II) Investigar a ocupação e a expansão dos municípios;
- (III) Estabelecer conexões entre o turismo, o mercado imobiliário, a emancipação e a segregação socioespacial do recorte de estudo;
- (IV) Enquadrar o papel do Estado na produção do espaço urbano ao longo da história, apontando as suas atuações que promoveram desenvolvimento desigual;
- (V) Investigar as relações estabelecidas entre os municípios mesmo após a sua divisão;
- (VI) Identificar escalas espaciais de expressão das desigualdades;
- (VII) Comparar as classes sociais residentes em cada município;
- (VIII) Avaliar a centralidade existente no recorte;
- (IX) Comparar as infraestruturas entre os municípios e
- (X) Investigar as vulnerabilidades socioespaciais existentes nos municípios;

1.5. Procedimentos metodológicos

O primeiro capítulo da dissertação é intitulado *Formação socioespacial: a produção do espaço urbano entre duas cidades* e compreende a revisão bibliográfica do tema. Os principais autores utilizados foram: Raquel M. Fontes do Amaral Pereira, Mariana Schlickmann, Milena Skalee e Isaque de Borba Corrêa. Depois, também foram coletadas informações do Atlas Geográfico de Santa Catarina, do Álbum Descritivo Fotográfico de Camboriú, da Secretaria de Estado do Planejamento e do IBGE.

O capítulo é dividido em duas partes. Uma primeira seção em que se trata da gênese da urbanização e uma segunda, sobre o turismo, a emancipação e a segregação socioespacial das cidades. Compreende-se que, para entender o presente da cidade, é necessário ter em mente o processo histórico responsável por sua formação. De acordo com Santos (1985), para que se consiga entender a dinâmica de um espaço geográfico é preciso compreender os processos sociais que os engendram, associando-os às características naturais que serviram de base para o desenvolvimento local e atuaram, em menor ou maior grau, na construção da sociedade.

Para interpretar a realidade socioespacial é preciso conhecer as forças atuantes sobre este espaço, considerando a “*forma, função, estrutura e processo* que devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo” (SANTOS, 1985, p.52). O primeiro capítulo apresenta, dessa forma, a historiografia da produção do espaço urbano de Camboriú e Balneário Camboriú, ao passo que analisa as características naturais que serviram de base para o desenvolvimento local.

O segundo capítulo, *Atuação do Estado e Desenvolvimento Desigual*, possui um enfoque analítico e se debruça sobre a ação do Estado na produção do espaço das duas cidades. Nessa seção são apontadas as principais ações do Estado em cada período da história das cidades. Os acontecimentos apresentados no capítulo 1 são retomados sob uma outra lógica, isto é, a busca pela percepção do Estado enquanto agente produtor do espaço urbano e produtor do desenvolvimento geográfico desigual.

Nesse capítulo verificam-se os aspectos relativos à disponibilização de infraestruturas, criação de leis e formulação de discursos pelo ente público. Os principais autores utilizados foram: David Harvey, Aura Correia Lima Bernardi, Heloísa Cristina Flores, Marcelo Danielsky, Isabella Cristina de Souza. A mídia também foi utilizada como fonte através de jornais como o O Sol Diário, o NSC Total e o ClickRBS. Foram ainda analisados mapas de uso e ocupação do solo disponibilizado pela Epagri e imagens disponibilizadas pela Biblioteca Pública Municipal de Balneário Camboriú.

No terceiro capítulo, *Relações Desiguais e Interdependentes*, levantou-se dados e informações de instituições e entidades tais como IBGE¹, o Atlas de Desenvolvimento Humano, o GERCO², o SEBRAE³, os Planos de Mobilidade Urbana dos dois municípios, a AMFRI⁴, e o Atlas Brasil.

Nesse capítulo, privilegiou-se a análise de dados e sua tradução, correlação e interpretação através de gráficos, mapas e tabelas. O capítulo é dividido em duas partes: a primeira, *Desenvolvimento Geográfico Desigual: as transições do capital no espaço*, que trata do desenvolvimento geográfico desigual na forma de uma breve revisão bibliográfica sobre o conceito a partir do trabalho de Ivo Marcos Theis. Esta seção busca explicar como a teoria entende as relações existentes entre as duas cidades, verificando a diferenciação do espaço geográfico e a divisão inter-regional de trabalho. Foram relatados os aspectos que propiciaram a diferenciação entre as duas cidades, e quais as relações se estabeleceram entre elas como resultado desta diferenciação. Também foram investigados dados estatísticos e especulativos, a fim de embasar a hipótese da dissertação.

E, enfim, a segunda parte do terceiro capítulo, intitulada *Relações Interdependentes*, relata os aspectos que propiciaram a diferenciação entre os dois municípios. O autor utilizado como fundamentação é Roberto Lobato Corrêa. Os aspectos investigados nesse subcapítulo são: O espaço, as classes sociais e o trabalho; segregação residencial; a questão da centralidade; uso do solo, escala horizontal e vertical; atividades econômicas; o preço da terra; tráfego urbano; a descentralização; infraestruturas; saneamento; mobilidade urbana; saúde; educação;

¹ Instituto Brasileiro de Geografia Estatística.

² Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.

³ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

⁴ Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí.

vulnerabilidade social; e por último a questão social do risco. De imediato, levanta-se que a diferenciação entre os lugares, conforme Santos (1977, p.4) “[é] o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O valor de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam”.

Dessa forma, comprehende-se que as relações interdependentes se estabelecem entre locais que possuem uma diferença econômica ou social - para que se cumpram as funções necessárias. A interdependência pode ser vista em várias escalas e isso é o que se quer mostrar na dinâmica observada na área urbana dos dois municípios.

2. FORMAÇÃO SOCIOESPECIAL: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO ENTRE DUAS CIDADES

O que é a cidade? a cidade pode ser entendida como a materialização do processo de urbanização, ou seja, a síntese entre as relações de produção e a ação do Estado. Sposito (1988, p.10) define a cidade como "resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem essas transformações".

Sposito (1988) explica que as cidades produzidas pela urbanização capitalista acabam se configurando num cenário de grandes desigualdades ao mesmo tempo em que reúnem pessoas e possibilitam uma multiplicidade de relações sociais. Elas abrigam grande diversidade humana, o que implica em administrar inúmeros conflitos. Derivada da dinâmica de acumulação do capital e da reprodução dessa acumulação, a cidade nunca foi um espaço tão importante nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso em nível mundial como tem sido desde o advento do capitalismo.

Na cidade corporativa⁵, a forma urbana reproduz a lógica da acumulação capitalista, com os conflitos, desigualdades e divisões que lhes são inerentes. Nessa cidade, há maior preocupação com as "deseconomias urbanas do que com a produção de serviços sociais e com o bem-estar coletivo" (SANTOS, 1989, p.104). Em um estágio mais avançado de atuação do Estado como facilitador de acumulação capitalista. A cidade, além de base para a reprodução do capital, torna-se o próprio objeto dessa reprodução. A própria cidade torna-se uma mercadoria (HARVEY, 2006).

Nessa perspectiva, Corrêa (2019, p. 147) argumenta que:

As transformações no preço do solo urbano pela ação do poder público são aproveitadas por aqueles que vivem de especular com terras. Esses promotores imobiliários procuram influenciar as decisões oficiais quanto às áreas a serem beneficiadas com investimentos públicos...desse modo investimentos públicos, frutos da arrecadação de impostos de toda a

⁵ O conceito de *Cidade Corporativa* vêm de Milton Santos (2009), para ele as cidades e as metrópoles são corporativas, pois criam facilidades para a operação das grandes empresas, além disso, a cidade atual cria segmentação, onde grupos lutam de maneira difusa contando com apoio de lobbies mais ou menos agressivos e aparelhados, através de discursos, marketing, alianças ou colusões e estratégias na pretensão do prevalecimento de suas reivindicações que são setoriais.

população, são abocanhados por um pequeno grupo de proprietários e especuladores.

Então, o que é a cidade? Para o capital imobiliário, a cidade é mercadoria que possui valor de troca. Para o trabalhador, é lugar de vida, possui valor de uso. Ainda segundo Corrêa (2019, p.11):

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível, ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato.

Sob essa ótica, constata-se que a formação socioespacial da cidade de Camboriú e do Balneário Camboriú, ocorreu mediante a disputa entre diversas ideias de cidade. Tal disputa de ideias reflete-se no contexto atual: Camboriú e Balneário Camboriú configuram, hoje, duas cidades próximas e interdependentes onde os moradores, muitas vezes, trabalham em uma e moram na outra.

O Estado que, por sua vez, teria a tarefa de mediar as relações entre agentes produtores do espaço urbano, muitas vezes, a exemplo de outras cidades litorâneas brasileiras, atua favorecendo um único desses agentes: o capital turístico-imobiliário. Conforme descreve Flores (2015, p. 26):

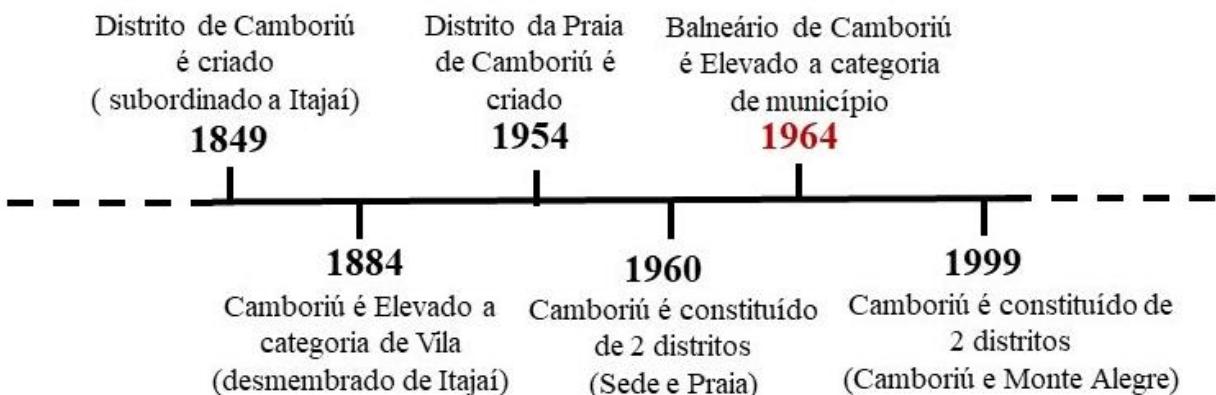
Neste processo podemos perceber a excludente concentração (espacial) de riquezas, própria da estrutura socioeconômica dominante, através da acumulação dos investimentos do poder público na orla da cidade e das constantes atualizações de suas legislações ambientais e urbanísticas em favor do mercado atuante principalmente nesta área.

Tal processo socioespacial é visível no recorte desta dissertação e é apresentado neste capítulo desde o momento em que as duas cidades eram um só município. Para isso, comprehende-se neste trabalho que o caráter fixo das cidades pela sua forma geográfica construída, isto é, os processos históricos anteriores são acumulativos e influenciam nos atuais. Sobre o tema, Santos (1985), diz que compreender um espaço geográfico é compreender os processos sociais que lhe são inerentes, associando-os as suas características naturais. Dessa forma, estudar uma realidade socioespacial é conhecer as forças atuantes nesse espaço, considerando a um só tempo, suas forma, função e estrutura⁶ e a maneira como interagem.

⁶ De acordo com Santos, a *forma* é o aspecto visível, são as formas espaciais. A *função* é a atividade desempenhada. A *estrutura* é a estrutura-socio-natural que é definida historicamente, é nela que as formas e funções são criadas.

A partir da história urbana, o capítulo tratará desse espaço enquanto *forma* geográfica, relacionando as *funções* a essa forma às mudanças ocorridas na *estrutura* ao longo do tempo e ressaltando o caráter flexível das cidades. Dito isso, a figura 02 apresenta a linha do tempo da divisão administrativa dos municípios. As fases apresentadas nessa cronologia serão destacadas adiante.

Figura 02: Linha do tempo da divisão administrativa



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE.

2.1. A gênese da urbanização: do Século XIX ao XX

Segundo Santos (1985), a dinâmica do espaço geográfico necessita ser compreendida à luz dos processos sociais e de suas características naturais. Dessa maneira, o estudo da ocupação e a formação urbana de Camboriú, exigiu o exame dos aspectos físicos do território da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú e a reconstituição do período histórico da conquista e colonização do território catarinense.

O ambiente natural de Santa Catarina - vegetação, solos e hidrografia - propiciou distintas formações socioespaciais. O planalto, por exemplo, nas áreas de campos, propiciou o latifúndio pastoril; nas áreas de ervais e matas araucárias, surgiram os latifúndio extrativistas. Já na fachada litorânea, nos vales florestados das vertentes atlânticas⁷ e do interior, prevaleceu a pequena produção mercantil (PEREIRA, 2003).

⁷ Os chamados "vales atlânticos" são bacias hidrográficas de rios que nascem nas serras e escarpas de planalto e correm para o oceano Atlântico (PEREIRA, 2003).

A bacia hidrográfica do rio Camboriú é um conjunto hídrico intermunicipal pertencente apenas aos municípios de Camboriú e Balneário Camboriú, esta drena uma área de 200 km² e possui uma extensão de 40km (ver página 162). Segundo o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, no âmbito estadual está inserida na região hidrográfica RH 7-Vale do Itajaí e, na esfera nacional, na Região Hidrográfica Atlântico. De acordo com Urban (2008) o Rio Camboriú nasce na Serra do Ariribá, deságua na Praia dos Amores e corta a bacia de leste a oeste.

O relevo da bacia do Camboriú é formado pela Serra do Tabuleiro e por Planícies Litorâneas. A primeira é caracterizada por encostas íngremes e profundas, favorecendo erosões e deslizamentos, e as segundas são áreas de depósitos sedimentares silício-argilosos e areias quartzosas. Trata-se de um relevo de planícies cercadas por montanhas e trechos com relevo ondulado. A ocupação desse território adentrou pelo rio e subiu o morro, processo comum ao litoral-norte catarinense.

Pereira (2003) explica que a ocupação do território catarinense pelo conquistador português deu-se pelo litoral, incentivada pela política expansionista de Portugal para o sul, rumo ao Estuário da Prata. Essas empreitadas formaram diversos núcleos de povoamento costeiro ao longo do século XVII. Já em meados do século XVIII, juntaram-se a esses colonizadores da faixa litorânea, os fluxos migratórios provenientes do arquipélago dos Açores. Tanto no plano geopolítico como no geoconômico, esses imigrantes constituíram a maior intervenção de planejamento estatal português no sul do Brasil, firmando características variadas e duradouras nas cidades.

Ainda segundo Pereira (2003), ao longo do século XVIII, os açorianos dedicaram-se à pesca artesanal e à policultura como meios de subsistência, esta última alicerçada na pequena propriedade familiar cujos excedentes eram comercializados, levando o litoral catarinense a uma posição de destaque no cenário colonial da época como área de fornecimento de gêneros alimentícios.

O século XIX inicia um novo período para Santa Catarina. Os vários segmentos de imigrantes europeus, que inicialmente ocuparam os vales atlânticos e as áreas florestais mais orientais, promoveram o desenvolvimento econômico de várias regiões catarinenses. Os imigrantes alemães ocuparam o vale do Itajaí, e os italianos, no fim

do século XIX, povoaram o litoral sul do estado realizando atividades ligadas à agricultura e à mineração de carvão.

Ao contrário da sociedade da base latifundiária, o tipo de sociedade criada em Santa Catarina se deu com o estabelecimento de diversos pequenos agricultores independentes, pequenos comerciantes, operários e artesãos, constituindo uma divisão social do trabalho que foi essencial para o êxito da industrialização na região. Os núcleos de colonização europeia do Vale do Itajaí, por exemplo, impulsionaram a origem de polos industriais dinâmicos a partir de sua produção mercantil. O fato de prevalecer o minifúndio também favoreceu uma melhor distribuição de renda (PEREIRA, 2003).

Quanto ao povoamento da Região Sul do Brasil, Bastos (1999), afirma que este difere do restante do território brasileiro, pois a democracia agrária permitia mudanças frequentes na trajetória dos pequenos, médios e mesmo dos grandes estabelecimentos comerciais, agrícolas e industriais. Diferenciando-se, portanto, das áreas do território brasileiro onde há grande concentração de terras e estrutura social altamente desigual.

Dessa maneira, o capitalismo industrial de Santa Catarina, como em toda a Região Sul, originou-se da sólida e pequena produção mercantil, superando a desvantagem da distância do mercado consumidor através do constante aprimoramento, da renovação de máquinas e de métodos de trabalho, do enquadramento de mão-de-obra e do rebaixamento de custos (MAMIGONIAN, 1986).

2.1.1. Ocupação e formação urbana de Camboriú

A ocupação de açorianos em um dos distritos de Porto Belo originou Camboriú no século XVIII. Segundo relatos, de 1504, do navegador Binot Paulmier de Gonneville, essa ocupação se sobrepôs à ocupação tradicional que, anteriormente, era composta por índios Carijós no litoral e Jês na hinterlândia. (Rosa, 2014)

Schimiguel (2016) relata que, em 1817, uma colônia pesqueira chamada Nova Ericeira nasceu na Enseada de Garoupas⁸, cujos povoadores vieram de Ericeira, uma freguesia litorânea de Portugal. Nessa colônia aconteceu uma espécie de

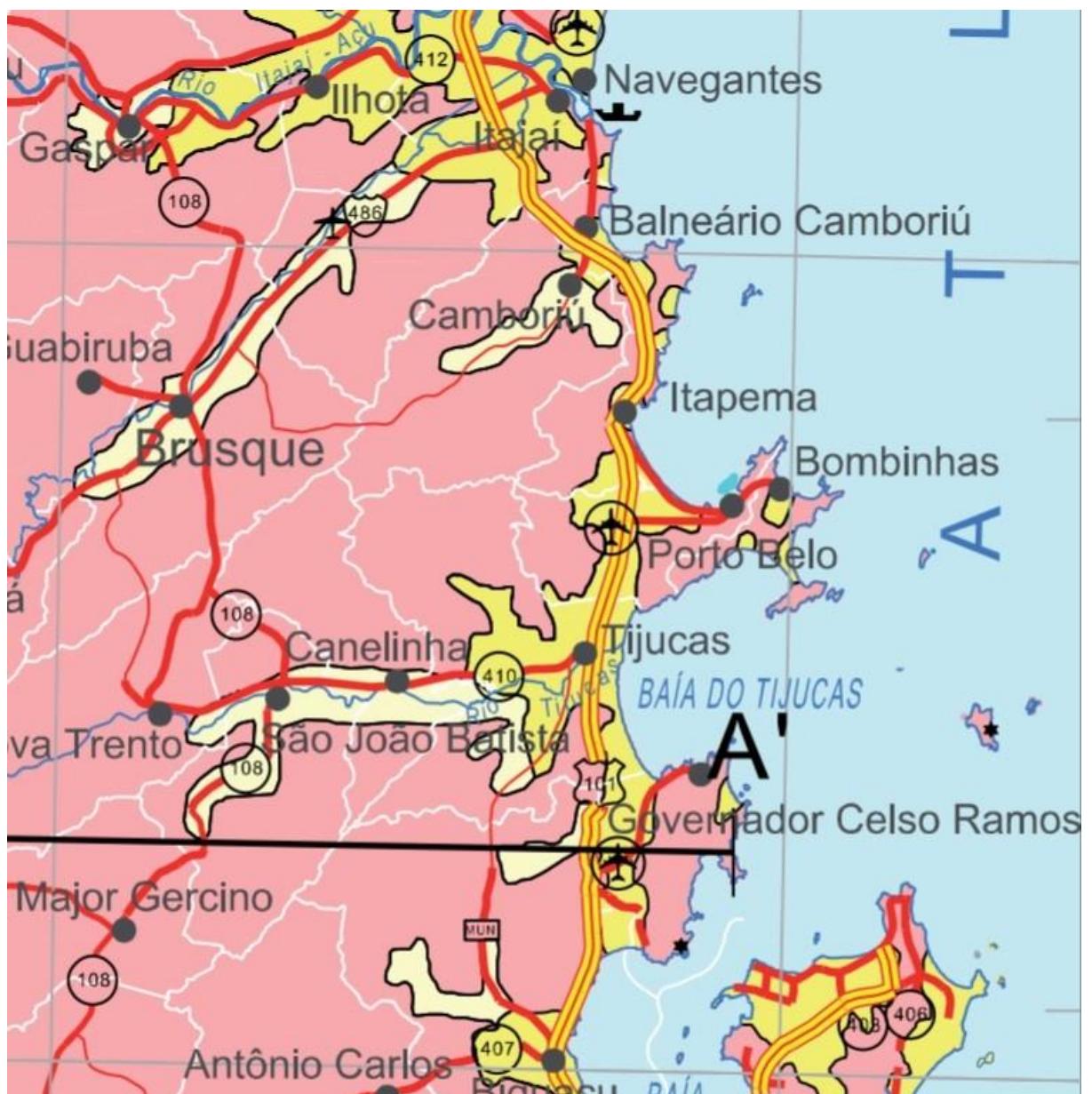
⁸ Posteriormente Porto Belo.

ordenamento urbano, com lotes definidos em áreas regulares e sorteados para a população pelo governador. Esse loteamento iniciava em Porto Belo e chegava até Itajaí. No processo, as famílias eram alocadas próximas ao mar, em área onde seria construída a igreja. Os solteiros ficavam com os lotes mais distantes, no interior, próximos ao rio Camboriú.

Essa colônia progrediu lentamente. As primeiras atividades eram ligadas à construção de casas e embarcações, visando à pesca. Havia dificuldade em formar grandes vilarejos em virtude da geografia física local de grandes planícies separadas por costões, então acabaram formando-se pequenos núcleos distantes entre si. O mapa 02 é um recorte do mapa de Santa Catarina (elaborado através de uma aerofotografia de 1986) e destaca o relevo da área. Em rosa representa-se as Serras do Leste Catarinense, e em amarelo, a Planície Litorânea.

Em 1824, a colônia Nova Ericeira passou a se chamar Porto Belo e, em 1832, foi elevada a vila. Um ano depois, em 1833, desmembrou-se de São Francisco do Sul, já como cidade.

Mapa 02: Geomorfologia da região da Colônia de Nova Ericeira

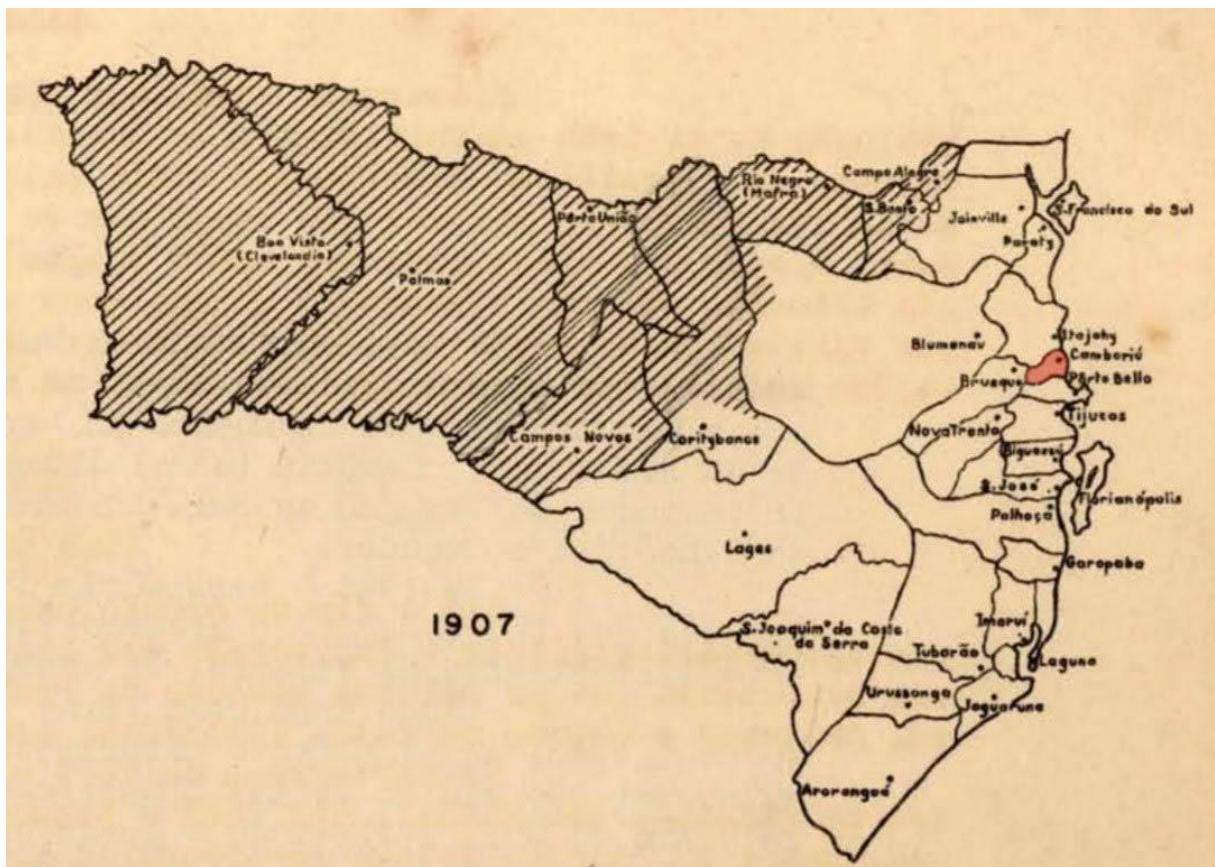


FONTE: Atlas Geográfico de Santa Catarina, 2016 (p.93)

Dessa forma, Camboriú originou-se de Porto Belo, assim como Tijucas e Itajaí. O Distrito de Camboriú foi criado em 1849, subordinado ao de Itajaí. Já em 1884, Camboriú foi elevado a vila e desmembrado de Itajaí. A primeira sede do município foi o atual bairro Da Barra, à época chamada de Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso. Em 1890 ocorreu a sua transferência para a Vila do Garcia (atual sede). Em 1895

tornou-se o atual município de Camboriú como observado na divisão administrativa de Santa Catarina em 1907 (mapa 03).

Mapa 03: Divisão administrativa de Santa Catarina em 1907



FONTE: Atlas Geográfico de Santa Catarina, 1958 (s.p.)

Sobre a população tradicional, Corrêa (2019) afirma que os índios habitantes do interior de Camboriú eram genericamente chamados de botocudos. Com vistas à conquista do interior, a administração imperial promoveu toda espécie de incentivo à caça e à extinção desses nativos, considerados à época como povos desprovidos de alma.

Até 1952 as regiões do Taboleiro, Monte Alegre e Bairro dos Municípios eram ainda pouco habitadas, os dois primeiros eram considerados locais intensamente povoados de índios bravios. Monte Alegre servia como local de emboscadas, pois os índios não atravessavam o rio nos espaços mais largos, e o estreito mais próximo era perto do centro de Camboriú. Dali para a praia, o caminho mais curto era pelo Monte Alegre. Nessa convergência de caminhos posicionava-se também a divergência de interesses, o que transformou o local em um verdadeiro corredor da morte, pois

abrigou grandes conflitos. Na figura abaixo é possível visualizar aonde se localizam esses bairros atualmente.

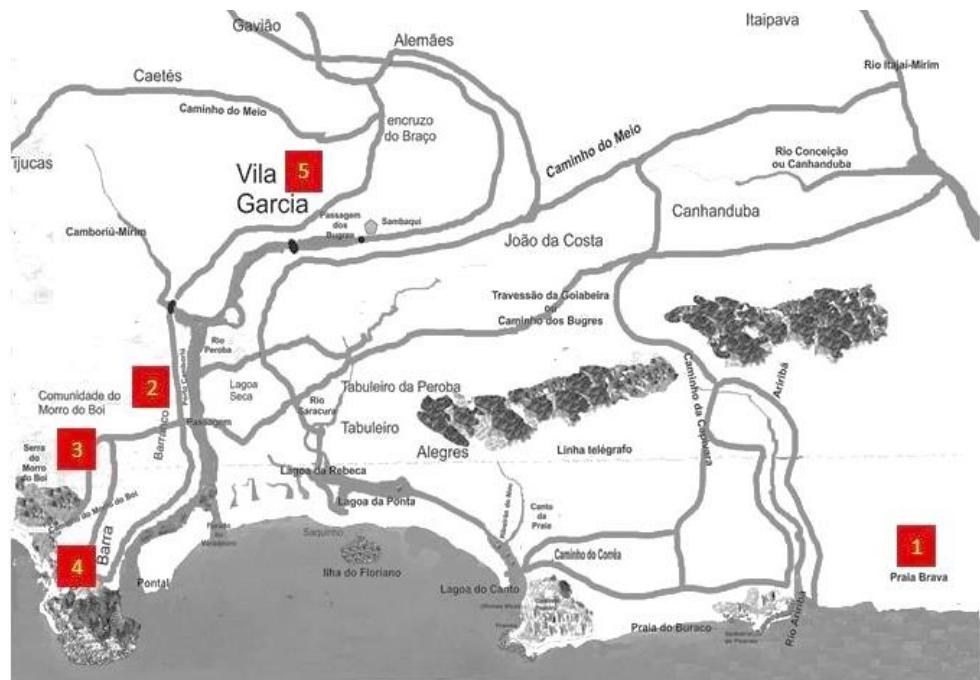
Figura 03: Localização dos Bairros Comentados no Texto - Atualmente



Fonte: Própria, elaborada pela autora através do Google Earth

A figura 04 representa a ocupação inicial do município de Camboriú. O primeiro ponto ocupado do então distrito de Camboriú foi a Praia Brava, que em 1844 passou a pertencer a Itajaí. A geografia física da Praia Brava contribuiu para que ela fosse inicialmente mais ocupada que a Praia de Camboriú ou que o centro de Itajaí. Isso aconteceu, devido ao seu solo ser aluvial e apropriado para alguns cultivos, embora a agricultura não tenha sido a principal atividade da população local.

Figura 04: Mapa esquemático da ocupação inicial de Camboriú, SC, onde: (1) Praia Brava; (2) Barranco; (3) Morro do Boi (atual Nova Esperança); e (5) Garcia.



Fonte: Adaptação de Corrêa (2019, p.231)

A Praia de Camboriú, conforme Corrêa (2019, p.104), era “um enorme brejo. Muitas lagoas, mangues, charcos, pântanos e silvados formavam todo o atual centro urbano de Balneário Camboriú”. O autor segue:

Diversos indicativos mostram que não existia morador na parte sul do rio Camboriú (atual Barra) antes de 1840. Por conseguinte, os moradores da Praia de Camboriú, registrados na Igreja de Penha, eram moradores do Canto da Praia e Praia Brava. Foi na Barra que começou o município como organização jurídica, política e eclesiástica. (CORRÊA, 2019, p.106).

Dessa forma, a ocupação do território hoje correspondente a Balneário Camboriú (então praia de Camboriú), deu-se a partir da migração dos colonizadores⁹ da Praia Brava para a margem sul do Rio Camboriú, ocupando primeiramente o Bairro Barranco, em seguida o Morro do Boi (atual Nova Esperança), para depois derivar à Barra, por volta de 1839, e, finalmente, ao Garcia.

Tanto a ocupação colonial/imperial quanto a ocupação pela migração açoriana desta faixa da costa catarinense ocorreram a partir da foz dos principais rios da região. Para Corrêa (2019, p.100), “[o] governo imperial sabia do valor estratégico das águas

⁹ A colonização iniciou com Balthazar Pinto Correa, natural da cidade de Lamego, Concelho de Viseu, norte de Portugal. Inicialmente ele veio para Porto Belo. Provavelmente chegou aqui em 1821.

internas para a colonização, por isso declarava textualmente nos documentos de concessão de sesmarias que era para o concessionário deixar livres as bocas dos rios".

Durante o século XIX, os comerciantes importadores e exportadores se destacaram como os maiores produtores do espaço urbano usualmente se estabelecendo na foz dos rios (Corrêa, 2019). O comerciante Anacleto Pereira, por exemplo, era originário de Portugal e ocupou a foz dos rios Camboriú, Itajaí-Açú, Itajaí-Mirim e dos seus mais importantes efluentes. O grupo político-econômico de Anacleto Pereira¹⁰ ocupava a foz dos rios como forma de garantir o controle de tudo que entrava e saía na terra dos vales desses rios, visto que todo o acesso às terras do interior era feito por transporte fluvial.

Corrêa (2019) cita ainda o comerciante: Tomaz Garcia¹¹ que se dirigiu à região de Camboriú após estabelecer armazém em Desterro, nas proximidades da Praça XV. Anacleto Pereira, para evitar a concorrência, propôs a Garcia que este fosse seu fornecedor, a fim de evitar concorrência. Sugeriu que se Garcia fosse a Camboriú plantar mandioca, ele garantiria a compra da sua produção, adiantando pagamentos para a compra de um terreno. Garcia aceitou a oferta, comprando um terreno¹² a prazo de seu irmão, provavelmente no Monte Alegre ou Tabuleiro. No entanto, Garcia decidiu abandonar o plano e retornar a Florianópolis, em virtude de conflitos com indígenas que acarretaram na morte de 20 colonizadores.

Garcia só retornou a Camboriú em 1844, quando começou a ocupação da margem sul, estabelecendo-se em um terreno que compreendia desde o Barranco até Rio Pequeno. Adquiriu terras lindeiras às suas, transformando terras não cultivadas em latifúndio. Dessa maneira o comerciante tornou-se o maior latifundiário de Camboriú, tanto em extensão quanto em quantidade de glebas. Essa extensão atraiu moradores, principalmente parentes seus, formando a vila dos Garcia. A quantidade

¹⁰ Anacleto José Pereira da Silva foi o maior comerciante de Santa Catarina, militar e político luso-brasileiro. Foi tenente em Desterro e deputado da Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina.

¹¹ O primeiro a estabelecer-se com sua família e escravos. A cidade de Camboriú foi chamada por longos anos, de "Garcia", em homenagem ao seu fundador.

¹² O Major Anacleto contratava gente com farda para promover a ocupação das terras. Garcia era apenas um civil, então o indicaram para o cargo de alferes da Guarda Nacional Brasileira.

de farinha produzida alavancou as atividades do Porto¹³, o que levou-o a concorrer em condição de igualdade com o de Tijucas e Itajaí. O nome do comerciante tornou-se tão forte que as pessoas começaram a identificar, informalmente, a própria cidade como Garcia.

Devido a topografia da Barra, os lavradores a trocaram pela nova Vila Garcia, onde as terras eram mais amplas e planas. Corrêa (2019) comenta que o lugar, que havia crescido muito rápido, não havia conformado uma identidade cultural, e, portanto, não havia, entre a população, grande apego à terra. Com a transferência oficial da sede municipal da Barra para Garcia¹⁴, Corrêa (2019) afirma que a consequente desvinculação do nome dos Garcia da cidade foi motivo de desgosto para a então já tradicional família.

Em 1884 a freguesia de Camboriú se emancipou de Itajaí. Nesse período, a economia era voltada para a agricultura e, enquanto a vila Garcia progredia, a Barra já tinha esgotado suas terras. Foi a grande produção cafeeira, no interior do município de Camboriú, que estimulou a abertura de estradas ligadas comercialmente à cidade de Itajaí, deslocando assim a concentração econômica da ponta sul da praia principal para o interior do município. Contudo, este último fato fez com que a localização balneária fosse habitada apenas por pescadores locais.

Enquanto a prioridade dos investimentos no Brasil era a agricultura, o litoral de Santa Catarina permanecia deserto. Para se ter ideia, por volta de 1910, havia apenas quatro moradores estabelecidos em suas palhoças na orla de Camboriú. Inicialmente, o território interiorano foi o privilegiado na ocupação da cidade, o que relegou a orla à prática da pesca tradicional, posteriormente substituída pelas práticas turísticas. Na década de 20,

[...] a então Praia de Camboriú era um reduto de pescadores. Na praia havia pouquíssimos moradores e o local mais habitado e desenvolvido era o Bairro da Barra. A agricultura era de subsistência, e a pesca artesanal a principal matriz econômica. Por isso, em 1927, foi fundada a Colônia de Pescadores Z7, uma das primeiras da região. (SCHLICKMANN, 2016, p. 7).

¹³ A maioria dos barcos que ancoravam no Porto eram para carregar farinha de mandioca. Antes de 1884, o principal porto de Itajaí era o de Camboriú, porém, após a emancipação, Itajaí passou a investir mais no seu próprio porto. Quanto mais melhorava o de Itajaí, mais precário ficava o de Camboriú.

¹⁴ Tinha como objetivo implícito uma expansão colonial deliberada. A transferência se deu num momento de turbulência política no país. Naquela circunstância, a câmara eleita no período monárquico teve seu mandato interrompido, e a transferência virou bandeira dos republicanos.

A ocupação pioneira da bacia do Camboriú determinou a configuração atual do espaço. Os primeiros parcelamentos de terra eram extensas faixas destinadas à produção agrícola divididas perpendicularmente à praia (SKALEE, 2008). Essas parcelas foram compradas por loteadores que as comercializaram ao passo que abriam ruas no local. Esse parcelamento em fitas tornou-se tradicional no litoral catarinense, uma vez que possibilitava a cultura agrícola e, ao mesmo tempo, o contato com o mar. Pinho (2013) comenta como o processo de parcelamento em Itapema remete a esse modelo.

Itapema possui estrutura territorial que remete ao modelo de colonização açoriana, estabelecido no litoral catarinense a partir do séc. XVIII. A partir desse século, as terras do litoral catarinense foram parceladas em propriedades agrícolas, formando faixas perpendiculares ao mar, em direção ao morro, cortando a planície. (PINHO, 2013, p. 1653).

Em Camboriú, os primeiros loteamentos foram empreendidos por Marcos Konder¹⁵ e Alois Fleischman¹⁶ ambos provenientes de Itajaí. Sócios, Konder e Fleischman adquiriram extensa faixa de terra na praia onde cultivariam piteira, esta que era matéria prima de sua fábrica de cordas. Entre os primeiros investidores desses loteamentos estão: Marciano Silva¹⁷, Orlando Todeschini¹⁸, Leopoldo Zarling¹⁹ e Leonardo Tetto.

2.2. Séculos XX e XXI: turismo, emancipação e segregação socioespacial

O século XX trouxe novas transformações que ajudam a entender o quadro urbano atual. Interessa compreender nesse subcapítulo a formação da cidade do ponto de vista de suas relações e interdependências. Dessa forma, optou-se por organizar as etapas da evolução urbana de Camboriú da seguinte forma: (I) desenvolvimento do turismo (1920-1960); (II) consolidação do turismo, divisão da cidade, consolidação do mercado imobiliário e segregação socioespacial gerada pelo

¹⁵ Marcos Konder foi um industrial, escritor e político brasileiro.

¹⁶ Alois Fleischman era um comerciante e Consul Alemão.

¹⁷ Implantou o primeiro Loteamento, denominado "Loteamento Praiano", localizado entre as Ruas Nicarágua e Paraguai.

¹⁸ Loteamento Alvorada.

¹⁹ Foi uma das principais companhias loteadoras de Balneário Camboriú, abrindo ruas e construindo loteamentos que hoje constituem os principais bairros do município.

turismo (1960 ao momento atual). A seguir, o desenvolvimento de cada uma dessas etapas.

2.2.1 O Desenvolvimento do Turismo

Na economia brasileira, o período entre as décadas de 1930 e 1950 foi marcado pela transição da economia agroexportadora para a urbano-industrial, acelerando a urbanização (SOUZA, 2016). Em Camboriú, viu-se o nascimento do turismo. Skalee (2008) afirma que, ainda na década de 1920, investidores teuto-brasileiros instalaram os primeiros hotéis da região. O potencial da praia, ao gerar a valorização dos terrenos na orla, levaram os pescadores locais a vender gradativamente suas terras. Em 1928 foi construído o primeiro hotel da cidade, o Strand Hotel, maior edificação da Praia de Camboriú durante os anos 1930.

Em Santa Catarina, as iniciativas industriais ocorreram em núcleos situados nos vales de colonização europeia. Foram esses representantes da burguesia industrial local, os primeiros a possuir casas de veraneio²⁰ em balneários próximos. Conforme Corrêa (2019), os industriais mais abastados de Blumenau, por exemplo, possuíam casas na praia de Camboriú. Já para a classe trabalhadora, o período também foi marcado por conquistas históricas: o descanso semanal e as férias remuneradas adquiridos passaram a levar cada vez mais pessoas a excursões e passeios na região, robustecendo ainda mais a atividade turística.

No entanto, durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) houve uma estagnação no desenvolvimento da praia de Camboriú. Nesse período, as residências e hotéis da praia foram utilizados como observatórios da costa, e os veranistas - maioria descendente de alemães - foram afastados da orla pela perseguição aos teuto-brasileiros. Exemplo disso é que,

[...] o Balneário Hotel e outras construções de alvenaria foram usadas como base militar durante a Guerra. [Já a] Colônia de Pescadores, até então em pleno funcionamento, foi obrigada a fechar as portas em 1943, como consequência do regime de vigilância e repressão ocasionado pela guerra, e só retornou às suas atividades em 1963. (SCHILICKMANN,2016, p.15)

²⁰ Segundo Pereira (2003): “A atração pela orla marítima iniciou-se nos primeiros anos do século passado, estimulando a construção de residências secundárias para famílias que residiam nas áreas coloniais localizadas próximas à faixa litorânea” (p.116).

Com o fim da guerra (1945), a praia retomou o seu desenvolvimento e os veranistas voltaram em número ainda maior. O primeiro nativo a construir uma empresa empreiteira com funcionários contratados no Distrito de Camboriú foi José Martins Damasceno, construtor do Hotel Fischer nos anos 1950.

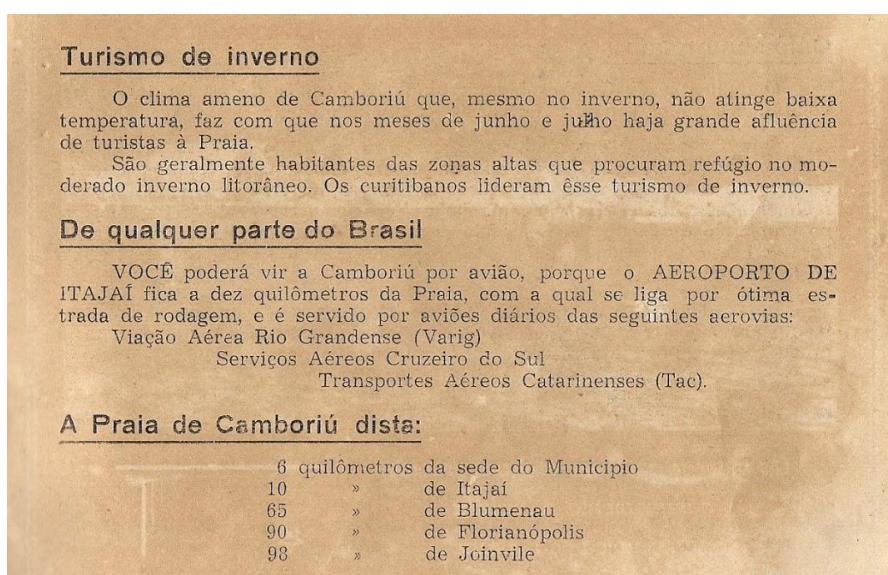
Balneário Camboriú, assim como outras cidades-balneários de Santa Catarina (Laguna, por exemplo), teve a exploração capitalista de suas praias iniciada por empreendimentos hoteleiros. Em 1952, a prefeitura municipal publicou o Álbum Descritivo Fotográfico de Camboriú, um documento pioneiro da divulgação das qualidades turísticas da cidade e que tinha o objetivo de atrair visitantes para o local, ele foi escrito em português, alemão e inglês. Sobre o álbum, Schroeder (2016) afirma:

O álbum fotográfico, foi a primeira publicação por parte do Poder local, antes mesmo da emancipação de Balneário Camboriú, já com objetivo da “venda” da localidade para turistas de todo o País. Posteriormente, ao longo das décadas seguintes, essa condição seria gradativamente fortalecida e aperfeiçoada, transformando a cidade em mercadoria a partir da ação do Estado. O papel estatal por meio de políticas públicas ressalta seu caráter classista de atender os interesses econômicos determinantes ao modo de produção capitalista, sendo o turismo parte da estratégia de acumulação de capital através do consumo da cidade e da indução às redes de serviços decorrentes. (p.38).

O documento circulou no Brasil e no exterior. Trouxe importantes informações acerca de como se poderia chegar à cidade, dos serviços disponíveis e do crescimento do número de construções em Camboriú. Segundo o Álbum, as construções requeridas anualmente foram: 1948 – 41 casas; 1949 – 59 casas; 1950 – 62 casas; 1951 – 71 casas; 1952 – 620 casas.

Esse crescimento de mais de 800% levou Camboriú a pleitear o status de distrito. Segundo Flores (2015), isso ocorreu, em parte, devido à melhoria viária regional: com a abertura da estrada de ferro entre Blumenau e Itajaí e a conclusão da SC-470 (primeira Rodovia Estadual asfaltada), o transporte de mercadorias e pessoas não dependia mais do transporte fluvial via Rio Itajaí-Açu, dinamizando as relações econômicas, o processo turístico e o de loteamentos. Na figura 05, pode ser observada a ligação da praia com outras cidades através do aeroporto, estradas de rodagem e aerovias.

Figura 05: Coordenadas para chegada a Camboriú



Fonte: Álbum Descritivo Fotográfico de Camboriú (1952, p. 33)

O Álbum Descritivo Fotográfico de Camboriú buscava mostrar aos turistas que a praia possuía toda a infraestrutura necessária para a sua estadia. Porém, para aqueles que residiam ali durante todo o ano, a situação era diferente, pois “para realizar diversas atividades do cotidiano, tais como comprar comida, ir ao médico ou realizar sepultamentos era necessário se deslocar para os municípios vizinhos” (SOUZA, 2016). Dessa forma, para quem morava em Camboriú, Blumenau e Itajaí eram os destinos para quem precisasse fazer compras ou ir ao médico.

Ainda no Álbum de 1952, existe uma página dedicada à pesca (figura 06), apresentada como um espetáculo diário com o qual os veranistas poderiam se divertir com os lances com redes de arrasto. Além dessa visão de espetáculo, a pesca apareceu produto que poderia ser adquirido através de vendedores “de porta em

porta". Souza (2016) relata que a estrutura comercial da praia era limitada, o que fortalecia uma cultura de escambo: os pescadores trocavam peixe seco e sacos de café por outras mercadorias que não produziam ou serviços. Na figura percebe-se que a imagem que o álbum tenta passar é da pesca como atração turística.

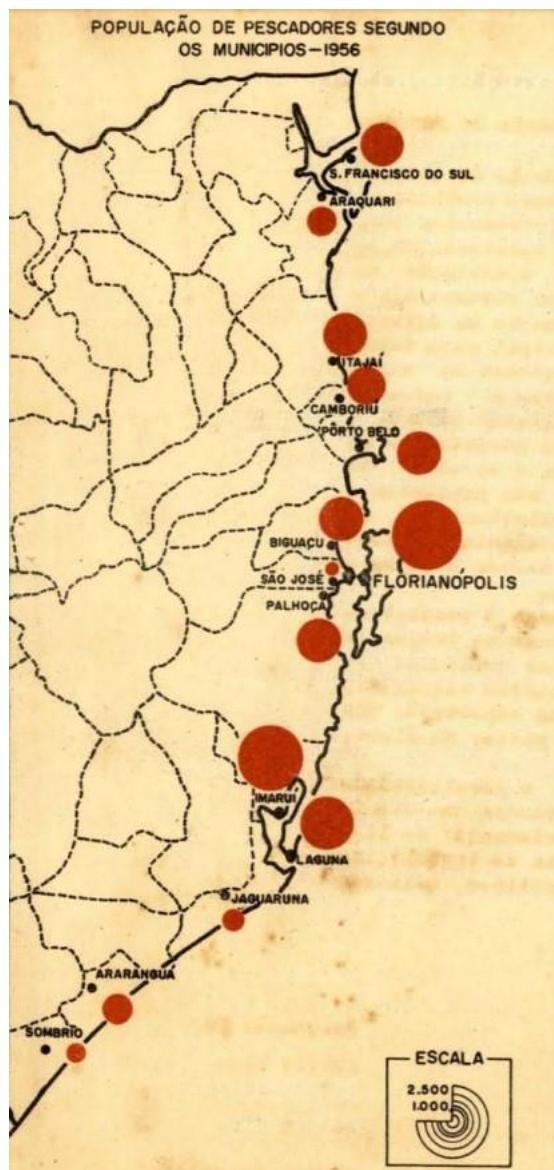
Figura 06: A pesca em Balneário Camboriú



Fonte: Álbum Descritivo Fotográfico de Camboriú, 1952, p. 16

No que concerne à população, o Atlas Geográfico de Santa Catarina de 1958 apresenta mapa relacional da quantidade de pescadores segundo os municípios do litoral catarinense (mapa 04). Analisando a proporcionalidade do mapa, Camboriú se aproximaria do número de 2000 pescadores residentes.

Mapa 04: População de pescadores segundo os municípios - 1956



Fonte: Átlas Geográfico de Santa Catarina (1958, s.p.)

Souza (2016, p.67) relata que a vida dos pescadores em Camboriú começou a ser afetada pelo encarecimento dos terrenos na praia já no início da década de 1950. A autora traz o relato de Manoel Germano, pescador que teria vivido essa mudança:

Depois da instalação dos hotéis é que os terrenos começaram a encarecer. A pobreza foi procurando os morros, os verdadeiros donos da praia, que são os pescadores, esses, coitados, acharam melhor vender os seus terrenos aos banhistas para aproveitar os preços e desapareceram. E hoje só quem é rico pode ter um terreno aqui. Então pescador pode pagar terra a seis contos o metro?!

A consequência desse processo de encarecimento das terras foi a expulsão dos pescadores da Praia Central. Em outros relatos citados por Souza (2016), é visível a configuração de uma divisão socioespacial entre a comunidade local e os “alemães”. Estes últimos passaram a cada vez mais ocupar o território da orla.

Quanto às infraestruturas presentes no território da orla, o Álbum de 1952 informa que havia na cidade uma pequena central telefônica que intercomunicava os telefones que serviam a Praia e que era ligada à rede telefônica do Estado. Além dos ônibus intermunicipais, havia quatro linhas de ônibus²¹ que serviam a área além das seguintes infraestruturas pensadas para o turista: boate, restaurantes, hotéis, ônibus intermunicipais e posto de gasolina. No entanto, como se percebe na imagem a seguir, datada de 1952, nota-se a orla da praia de Camboriú ainda livre de edifícios.

Figura 07: Vista da Orla de Camboriú em 1952



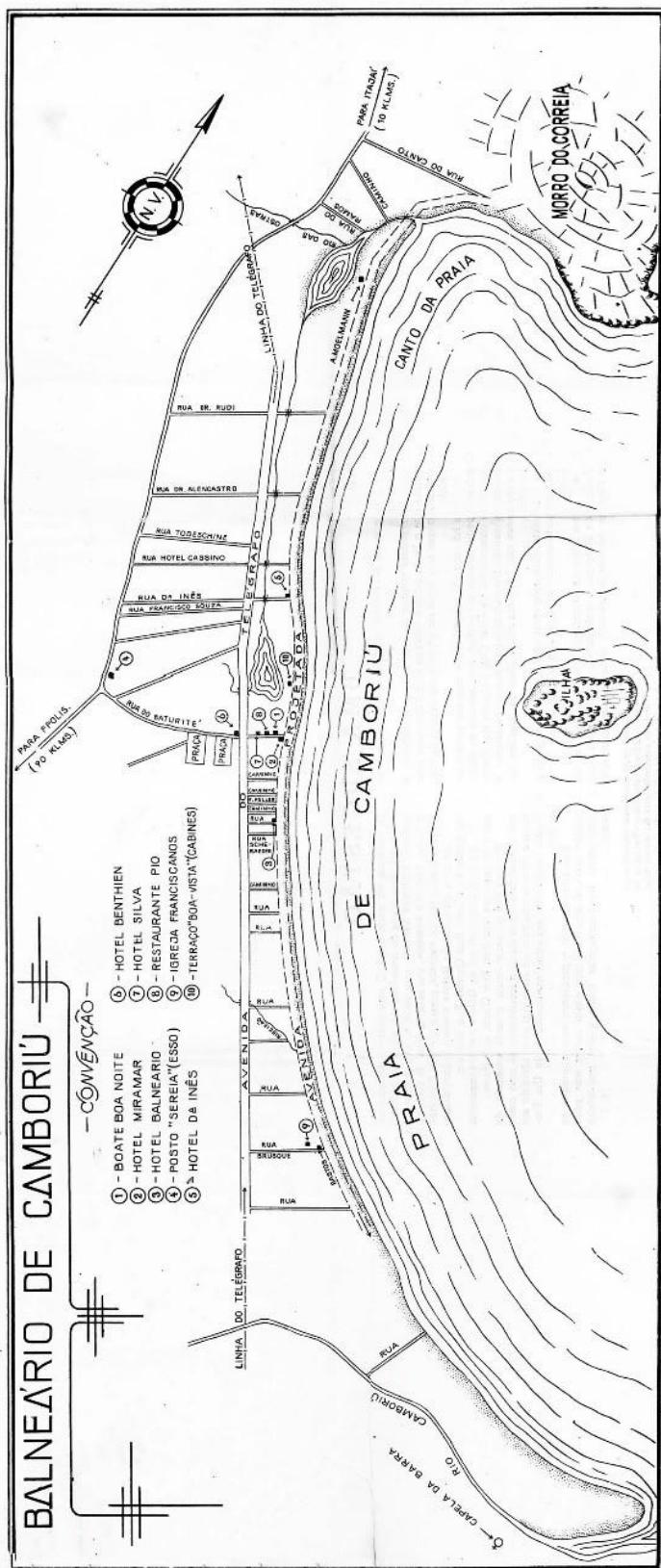
Fonte: Álbum fotográfico descritivo (1952, pp.21-22)

No mapa do Balneário de Camboriú de 1951, contam-se os seguintes equipamentos de atendimento aos turistas: cinco hotéis, uma boate, uma igreja e um posto de gasolina (mapa 05 e figura 08). Nesse período, o posto de gasolina era importante para abastecer os turistas. Segundo Schlickmann:

Em 1979, oito cidades foram autorizadas a abrir os postos de gasolina aos domingos, e Balneário Camboriú foi uma delas. Esta autorização teve impacto direto no turismo e no comércio local, pois as pessoas poderiam assim se deslocar para passear tranquilamente nas cidades turísticas sem se preocupar com a quantidade de combustível no tanque do automóvel. (SCHLICKMANN, 2016, p. 49)

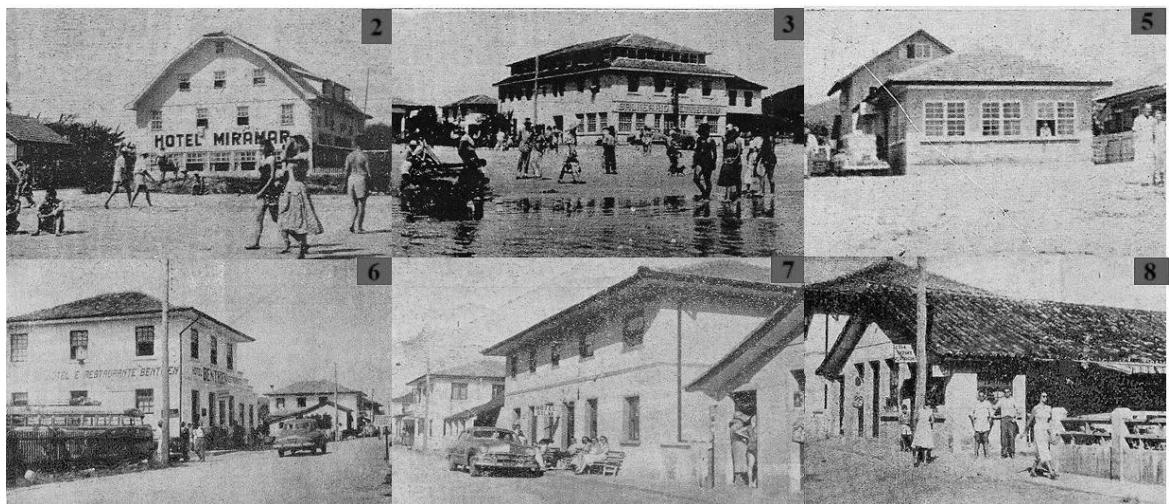
²¹ Praia – Itajaí, Praia-Itajaí-Blumenau e a Praia-Itajaí-Brusque

Mapa 05: Balneário de Camboriú, 1951



Fonte: Corrêa (2019, p.254)

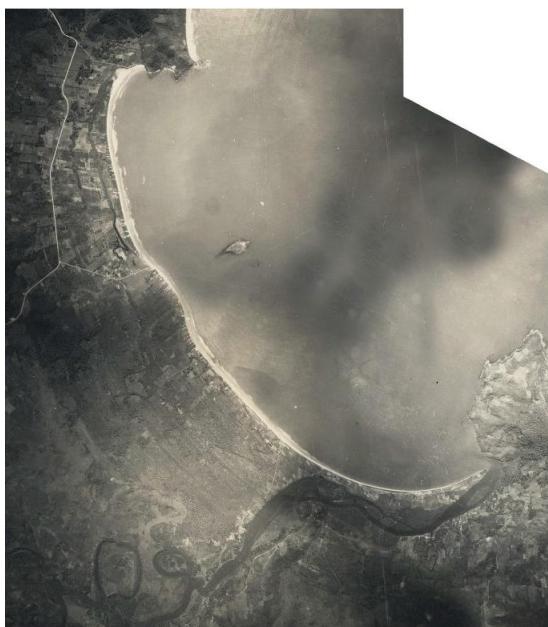
Figura 08: Edificações apontadas no mapa 05



Fonte: Álbum descritivo fotográfico de Camboriú, 1952

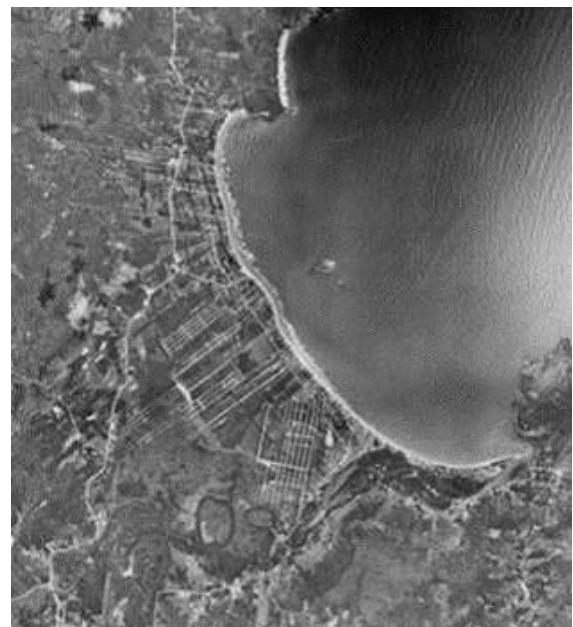
Skalee (2008) relata que, já na aerofotografia de 1938, a cobertura natural se encontrava bem modificada pela agricultura tradicional. Nesse período, de 1938, as ocupações ao centro e ao sul eram poucas e se localizavam próximas à orla, sendo as primeiras de caráter balneário na região. A mudança ao longo dos anos pode ser verificada nas figuras 09 e 10. Nota-se, na aerofotografia de 1957, que já é possível visualizar o desenho dos primeiros loteamentos a estruturar a malha urbana.

Figura 09: Aerofotografia de Camboriú, 1938



Fonte: FLORES, 2015, p. 59

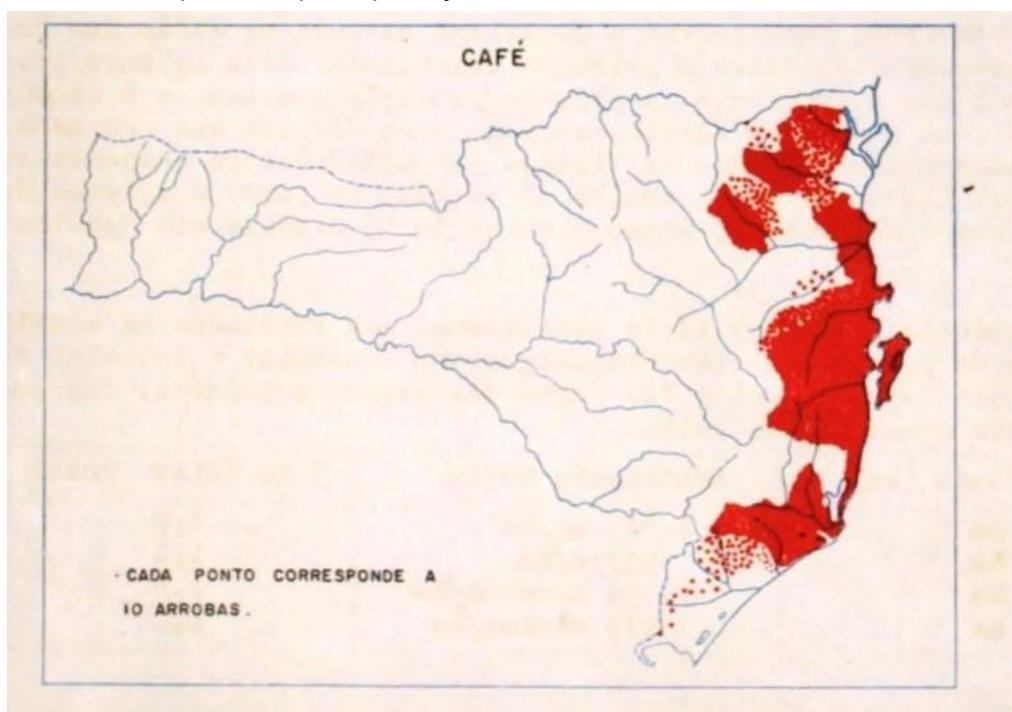
Figura 10: Aerofotografia de Camboriú, 1957



Fonte: FLORES, 2015, p. 69

No mapa de uso da terra de 1957 (mapa 10, p.67), observa-se a distribuição da área urbana de Camboriú concentrada na orla e no núcleo central. O cultivo de arroz é realizado na parte interiorana e há distribuição de pastagem por toda Camboriú. Fato importante a ser destacado é que Camboriú nessa época, era conhecido pela sua produção de café. Havia a produção do “café sombreado” e do “mármore” conforme demonstram os mapas 06 e 07. No entanto, desde o início da década (1950), essa produção entrou em crise e a praia passou se tornar a maior fonte de renda do município através do turismo.

Mapa 06: Mapa da produção de café em Santa Catarina, 1958

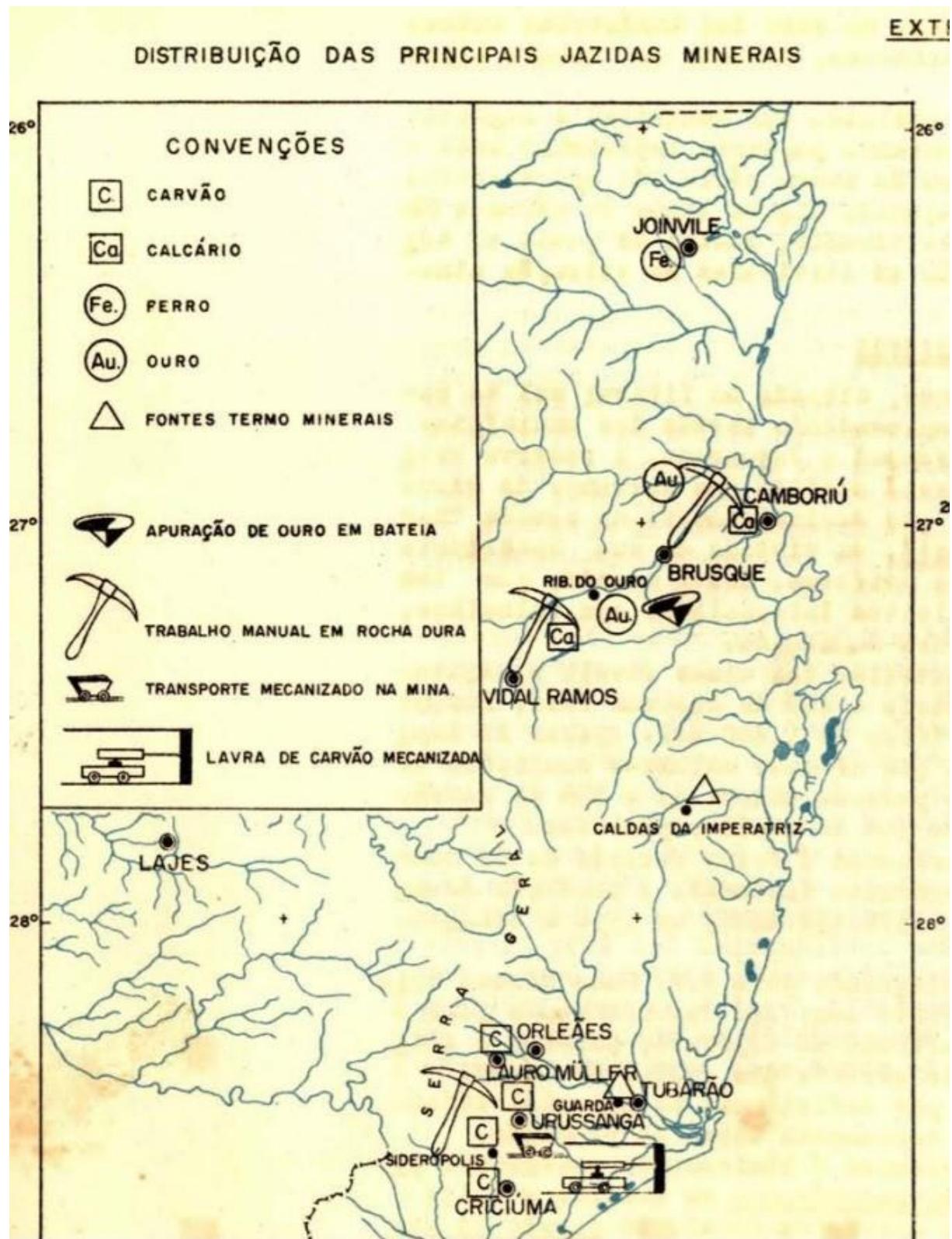


Fonte: Atlas Geográfico de Santa Catarina, 1958 (s.p.)

Entre 1950 e 1960, as glebas da orla começam a ser loteadas e vendidas, aumentando o número de construções de segunda residência e impactando na consolidação do mercado imobiliário. Com a implantação da Avenida do Telégrafo²², a parte central da orla passou a ter sua ocupação expandida de acordo com os interesses imobiliários privados, adaptando-se inicialmente aos limites naturais e expandindo-se sobre a restinga.

²² A área central da orla passou a ter sua ocupação expandida com o auxílio da Avenida do Telégrafo (atual Avenida Brasil).

Mapa 07 : Jazidas minerais de Santa Catarina, 1958



Fonte: Atlas Geográfico de Santa Catarina, 1958 (s.p.)

Conforme Bernardi (2017, p.54), entre as décadas de 1950 e 1960, nenhum dos nove primeiros edifícios da cidade estavam localizados na avenida beira mar, e sim, nas mediações da Avenida Brasil, principal avenida de comércio da época e também dos dias atuais. O desenho urbano era inicialmente perpendicular à orla e seguia a malha “espinha de peixe”, com poucas vias transversais.

As primeiras edificações eram de casas isoladas no lote, sendo substituídas, a partir da década de 1960, por edificações mais verticalizadas, intensificando esse modelo a partir da década de 1970. Apenas na década de 1970 foi criado o primeiro Plano Diretor, até esse momento o desenvolvimento da praia não era regulamentado. Abaixo, nas tabelas 03 e 04, observa-se a mudança nos índices de planos diretores e códigos de obras com o passar dos anos.

Tabela 03: índices constantes nos Planos Diretores e Códigos de Obra de Balneário Camboriú. Onde CA = Coeficiente de Aproveitamento e GAB = Gabarito máximo.

Legislação Municipal	128/1970		299/1974 300/1974 301/1974		885/1989		1677/1997		2195/2002		2794/2008		
	Índice	CA	GAB	CA	GAB	CA	GAB	CA	GAB	CA	GAB	CA	GAB
Valor		1,2	livre	-	-	6	Cone 70%	2	Cone 70%	3	Cone 70%	6	16 m
Densidade resultante aproximada	234	Hab/ha	-	-	1170	Hab/ha	390	Hab/ha	585	Hab/ha	1170	Hab/ha	-

Fonte: Adaptado de Beuting e Martins, 2011 (p.11).

Tabela 04: Áreas computaveis para o cálculo do Coeficiente de Aproveitamento (CA) em cada legislação. O preenchimento indica área computável.

Legislação Municipal	128/1970	299/1974 300/1974 301/1974	885/1989	1677/1997	2195/2002	2794/2008
Pavimento térreo						
Lojas térreas						
Sobrelojas (até 50% da área)						
Unid. comerciais						
Circulações verticais						
Jardins						
Garagem						
Área de lazer						
Apto. do zelador						
Terraço descoberto (ppto)						
Sacadas						
Áreas dos pavtos habitáveis						
Paredes de até 10 cm						
Centrais de ar						
Terraço superior						
Casa de máquinas						
Caixa d'água						
Barilete						
Heliponto						

Fonte: Adaptado de Beuting e Martins, 2011 (p.11).

Ao analisar essa dinâmica, Beuting e Martins notam que:

Apesar de o coeficiente de aproveitamento ter diminuído, áreas como pavimento térreo, pavimento de garagem e pavimento de lazer foram retirados do cálculo do coeficiente de aproveitamento. Isto encerrou a necessidade de grandes terrenos para que se pudessem construir grandes edifícios, e consequentemente aumentou o número de edificações que vieram a surgir, uma vez que terrenos menores eram mais facilmente comercializados. Este fato contribuiu também para uma crescente média de altura dos edifícios ao longo dos anos. (BEUTING e MARTINS, 2011, p.11)

O período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) até a construção da BR-101 (década de 70) foi importante não apenas pelo contexto turístico, mas também pela abertura de inúmeros loteamentos que ocuparam a maior parte da planície costeira. Na aerofotogrametria de 1957, Skalee (2008) nota a expansão do traçado urbano, inclusive sobre áreas de restinga seca e úmida, um adensamento de edificações nas proximidades do Canal Marambaia com diversas vias fazendo sua travessia.

O adensamento edificatório teve início em lotes que se estendiam ao longo da orla seguindo até a atual Avenida Brasil, o restante das ruas possuía edificações rarefeitas. Os loteamentos foram sendo realizados de forma gradativa, a partir das propriedades agrícolas preexistentes, visando a maior quantidade possível de lotes, através de empresas loteadoras. Nenhuma diretriz de conjunto era observada, gerando uma malha problemática, com vias perpendiculares ao mar e poucas paralelas a ele. A imobiliária Leopoldo Zarling foi uma das principais loteadoras²³ da cidade, criando loteamentos que constituem hoje os principais bairros do município.

Sobre a ação do poder público na produção da cidade, Souza (2016, p. 82) conta que, até a emancipação da praia (Balneário Camboriú), as ações da prefeitura em relação a esse local eram poucas, deixando as transformações por conta da iniciativa privada.

Até a emancipação, as ações da Prefeitura com relação ao espaço da orla marítima eram muito poucas. As transformações ocorriam, principalmente, a partir da iniciativa privada, como, por exemplo, os loteamentos realizados na década de 50. No entanto, depois de 1964, a recém-criada Prefeitura passou a atuar mais intensivamente na região central de Balneário Camboriú.

Entretanto, ressalta-se a existência de diversas iniciativas públicas a fim de viabilizar as demandas da iniciativa privada que aconteciam, principalmente, no sentido de incentivar o turismo. O fato inclusive gerou conflitos como, por exemplo, quando em 1950,

[...] os nativos de Camboriú se revoltaram com a instalação de energia elétrica na praia, enquanto a sede ainda se encontrava no escuro. Este episódio foi marcado pelo corte dos fios dos postes que serviam a praia de Camboriú com a energia elétrica vinda de Cabeçudas, um ato de vandalismo representativo dos antagonismos que viriam desmembrar a praia de seu município original. (FLORES, 2015, p.92)

²³ Além da Leopoldo Zarling, Leonardo Tetto, Marciano Sila (Loteamento Praiano) e Orlando Todeschini (Loteamento Alvorada) foram os primeiros loteadores da Praia de Camboriú.

Foi na década de 1960²⁴ que a Praia de Camboriú se tornou nacionalmente conhecida. Quando o país entrou numa nova etapa do desenvolvimento capitalista²⁵, ocorreu, segundo Pereira (2003), um crescimento no número de moradores próximos ao litoral, que passaram a frequentar os vários balneários, promovendo instalações de estabelecimentos comerciais e serviços.

É o que acontece, por exemplo, na praia central do atual Balneário Camboriú, em Itapema e em Porto Belo, dentre outras, onde essas casas para veraneio foram se multiplicando. O processo de ocupação se faz tão vertiginosamente que já em 1964 a então chamada praia de Camboriú – hoje o maior pólo turístico do Estado – desmembra-se do Município de Camboriú, tornando-se um município independente com o nome de Balneário Camboriú. (PEREIRA, 2003, p. 117)

Antes de 1964, a praia ainda era recordada por suas ruas de barro e o transporte para comércio era realizado através de carroças, a partir dessa data, como aponta Souza (2016, p. 5), a realidade muda:

Um suposto “progresso” tomou conta dos discursos sobre a cidade, seja nos periódicos, nas entrevistas ou na legislação municipal. A partir de então, a orla marítima passou por um processo de intensas transformações que foram marcadas, especialmente, pelo início da verticalização.

Segundo Corrêa (2019), o presidente João Goulart visitava frequentemente a praia de Camboriú antes de assumir a presidência. Por vezes foi hóspede do Hotel Fischer (construído em 1957) até que adquiriu uma casa de veraneio na Avenida Atlântica. Corrêa (2019) conta que havia rumores que teria sido por sua influência que o traçado da BR 101 foi aproximado da praia, uma vez que antes passava mais próximo a Brusque.

João Goulart foi incentivador do desenvolvimento turístico da cidade e patrocinou extensa reportagem na Revista do Sul sobre o tema “Praia Presidencial”. Goulart tinha ideia de trazer grandes investimentos para a cidade. Sua deposição coincidiu com a emancipação do município, mas esse fato não impediu o desenvolvimento do lugar. A campanha propagandista passou de “Praia Presidencial” para “Copacabana do Sul”, posteriormente para “Maravilha do Atlântico” e o mais atual “Dubay da América do Sul”.

²⁴ Nessa década, Balneário Camboriú se transformou num dos principais pontos turísticos de Santa Catarina.

²⁵ “Etapa de Deflagração do capitalismo monopolista e se caracteriza por conta da reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais da grande corporação.” (CARMO, 2009, p.8)

2.2.2. Emancipação e Desigualdades

No final da década de 1950, afirma Schlickmann (2016), a praia de Camboriú era mais desenvolvida que o município em si. Esse fato fez nascer sentimentos separatistas na região: a porção mais desenvolvida do município (a praia) agora desejava se separar.

Em 1954 o Distrito da Praia de Camboriú foi criado. No ano seguinte, a lei de criação foi revogada. Mais tarde, em 1959, foi aprovado o projeto²⁶ que o vereador Gilberto Meirinho²⁷ apresentou à câmara, criando o distrito da Praia de Camboriú. Olávio Mafra Cardoso²⁸, proprietário da Farmácia Central, foi nomeado intendente do distrito.

Em 1961 o “distrito da praia” elegeu três dos sete vereadores de Camboriú: Urbano Mafra Vieira, José Linhares e Aldo Novaes. Este último apresentou o projeto de emancipação no ano de 1964. Segundo Corrêa (2019), Aldo Novaes tinha o apoio do vereador adventício Leonel Pereira, gerente da empresa Votorantim. Conta o autor que Leonel Pereira apoiou a ideia da emancipação devido seu contato com os praianos e assumiu o discurso de que a indústria da construção civil, grande cliente da sua fábrica, seria ainda mais fortalecida.

Zemilda dos Santos (2010) relata que, a partir de 1960, iniciou-se o fenômeno de explosão demográfica urbana no município de Camboriú. A cidade recebeu os fluxos migratórios intermunicipais e do êxodo rural. Segundo a autora, um dos fatores desse crescimento foi o fato de Camboriú acolher os imigrantes que vinham buscar

²⁶ Segundo o jornal “O Sol de Camboriú” de 1970, foi Eduardo Delatorre quem sugeriu a ideia da criação de um distrito para ser mais “leve”, sendo mais fácil de ser aceita pelos conservadores e atendendo em parte os interesses dos revolucionários. Eduardo Delatorre atuou na construção civil (construindo um dos primeiros edifícios de apartamentos em Balneário Camboriú, o Edifício Arlene), mas deixou legado na área política (auxiliando no processo de divisão das cidades) e cultural (Cinerama e Auto cine).

²⁷ Segundo o portal da câmara de vereadores de Balneário Camboriú, Gilberto Américo Meirinho foi vereador na cidade Camboriú entre os anos de 1958 e 1962 e de 1973 a 1977 foi prefeito de Balneário Camboriú. Gerenciou o Banco Inco por 19 anos nas cidades de São Francisco do Sul e Camboriú, fundou entidades e empresas importantes na economia catarinense, como a Cooperativa dos Cafeicultores de Camboriú, a Sociedade de Beneficiamento de Arroz, a empresa FEMEPE, a Empreendimentos Turísticos de Itapema e a Reta Empreendimentos Imobiliários (atuando como incorporador imobiliário em Balneário Camboriú).

²⁸ Olávio Mafra Cardoso chegou na cidade, em 1954, instalando a primeira farmácia na Avenida Central, e em 1959 assumiu a intendência distrital da praia (ele foi nomeado pelo prefeito do município sede, no caso Camboriú). Olávio, a princípio, era contra a separação de Camboriú, mas depois acabou concordando. Segundo ele, a separação não foi um processo muito democrático.

melhores condições de vida em Balneário Camboriú e, devido ao alto custo de vida, acabavam se estabelecendo em Camboriú. A autora lembra ainda que a separação da praia não foi algo natural e não beneficiava em nada o camboriuense, questão negada pelos vereadores e negligenciada pelo então governador, Celso Ramos. Santos (2010, p.23) narra que Celso Ramos não imaginava que a emancipação representaria o “atestado de óbito de Camboriú”.

Face a isso, é importante ressaltar a resistência do município de Camboriú diante da emancipação do distrito. Corrêa (2019) conta que, o Vereador Antônio Fadel disse que Camboriú assim perdera sua sala de visitas, ao que Gilberto Meirinho contestou, dizendo que Camboriú não perdia, mas ganhava, pois pela exígua faixa de terras que compunha a Praia de Camboriú, esta jamais se tornaria um município.

O município foi, enfim, criado através da resolução nº 2, de 25 de fevereiro de 1964, da Câmara Municipal de Camboriú, criado pela Lei Estadual nº 960, de 08 de abril de 1964 e instalado por meio do Decreto Executivo Estadual nº 1.674, de 24 de junho de 1964.

A importância da praia para o orçamento do município era tanta que foi criada em 1962 uma taxa de turismo, esta chegou a corresponder, em 1964, a mais de 42% do orçamento do município.

Camboriú não queria perder sua principal fonte econômica, vinculada aos serviços do turismo, mas também não queria transferir a sede do município para a praia. Após muita negociação e várias votações, os vereadores da Praia de Camboriú conseguiram mais dois votos e o projeto foi aprovado. Assim, em 20 de julho de 1964, nascia a nova cidade: Balneário de Camboriú.” (SCHLICKMANN, (2016) p.30)

Schlickmann (2016) menciona uma entrevista feita a Álvaro Antônio Silva pela equipe do Arquivo Histórico Municipal, na qual ele conta da existência de dois projetos de divisão. O primeiro deixaria Camboriú e o Balneário com territórios semelhantes, tendo como divisor o Rio Camboriú até a nascente, dispondo tanto de terras rurais quanto marítimas para os dois municípios. Esse projeto não foi aprovado porque Camboriú não queria perder o Colégio Agrícola que ficaria para o Balneário. Ele permitiria que Camboriú ficasse com a barra, onde existia um aglomerado de pescadores, e com as praias, para as quais, na época, só existia acesso pelo mar ou picadas, como Laranjeiras, Taquaras e Estaleiro.

Como a economia de Camboriú era agrícola, e a da Praia Central voltava-se ao turismo, seria uma grande perda, ficar sem o Colégio Agrícola. Foi recomendado aos membros da Comissão de Limites que encontrassem outra solução. Segundo Corrêa (2019), o pensamento dos políticos camboriuenses da época era de não valorizar mais o “estrangeiro” do que o colono, pois o estrangeiro não votava. A comissão de limites propôs então que a divisão fosse feita pela futura BR 101, confinando o distrito da Praia ao litoral, ficando apenas com a foz do rio. A divisão foi percebida e divulgada em jornais como a decretação do empobrecimento de Camboriú.

No mapa de Camboriú de 1950 (mapa 08), nota-se que a Vila Camboriú se encontrava ao sul do Rio Camboriú e que já havia uma estrada estadual dividindo o município no sentido Leste-Oeste. Pode-se identificar proximidade física entre o povoado do Tabuleiro e o da Praia e também uma ligação entre o povoado da Várzea do Ranchinho com o do Tabuleiro, através da conexão dada pela estrada de rodagem municipal.

No mapa de Balneário de Camboriú de 1966 (mapa 09), dois anos após a divisão, podemos notar a estrada de rodagem estadual que foi a base da divisão dos dois municípios (ao invés do rio, que era a primeira proposta). É interessante perceber a aproximação desta da orla, especialmente em comparação com o mapa de 1950. Outro fator que chama atenção é que os povoados da Várzea do Ranchinho e Tabuleiro (atualmente bairros do Distrito do Monte Alegre) são representados dentro do limite do Balneário.

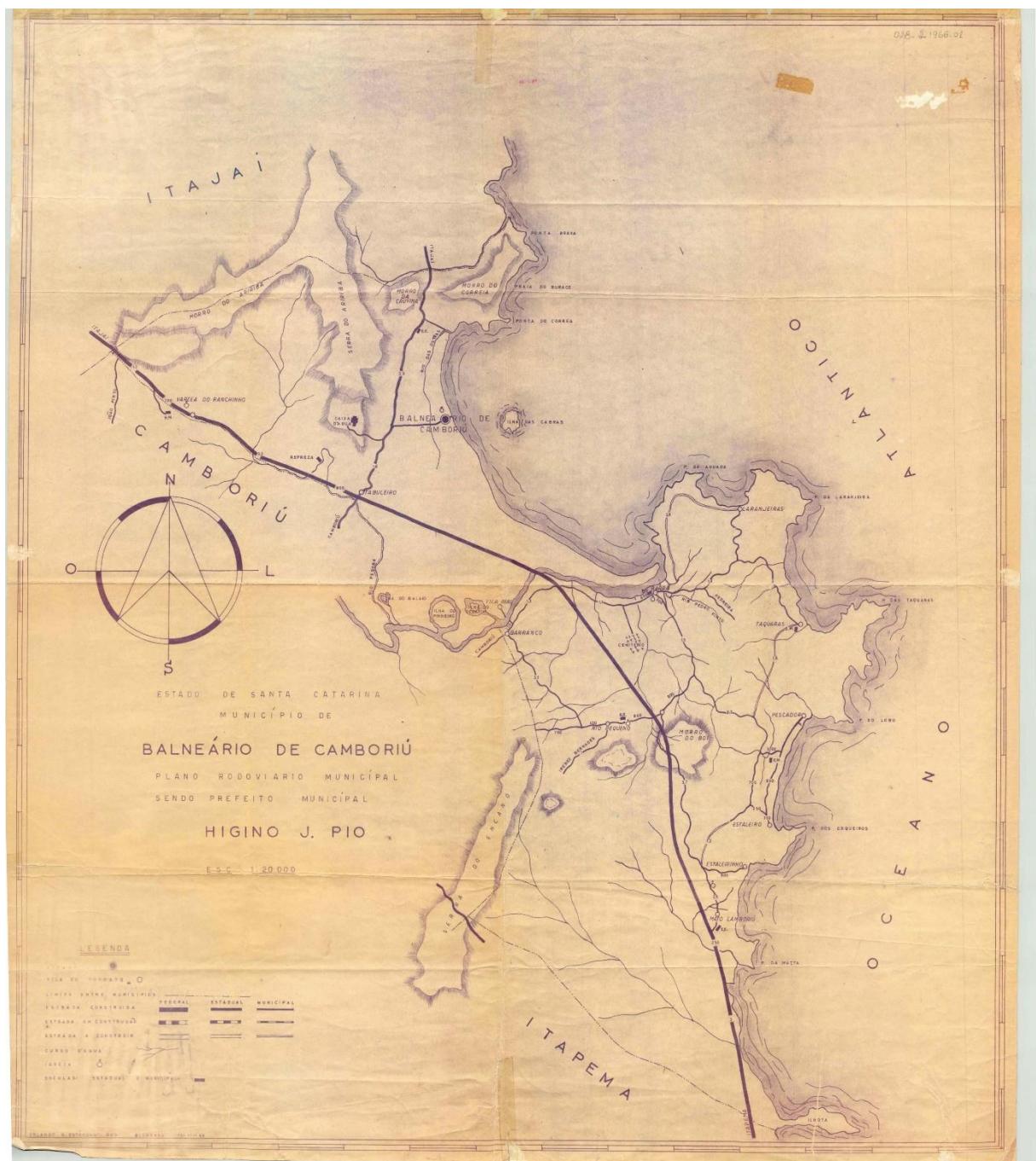
Mapa 08: Município de Camboriú, 1950



Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento (2019)

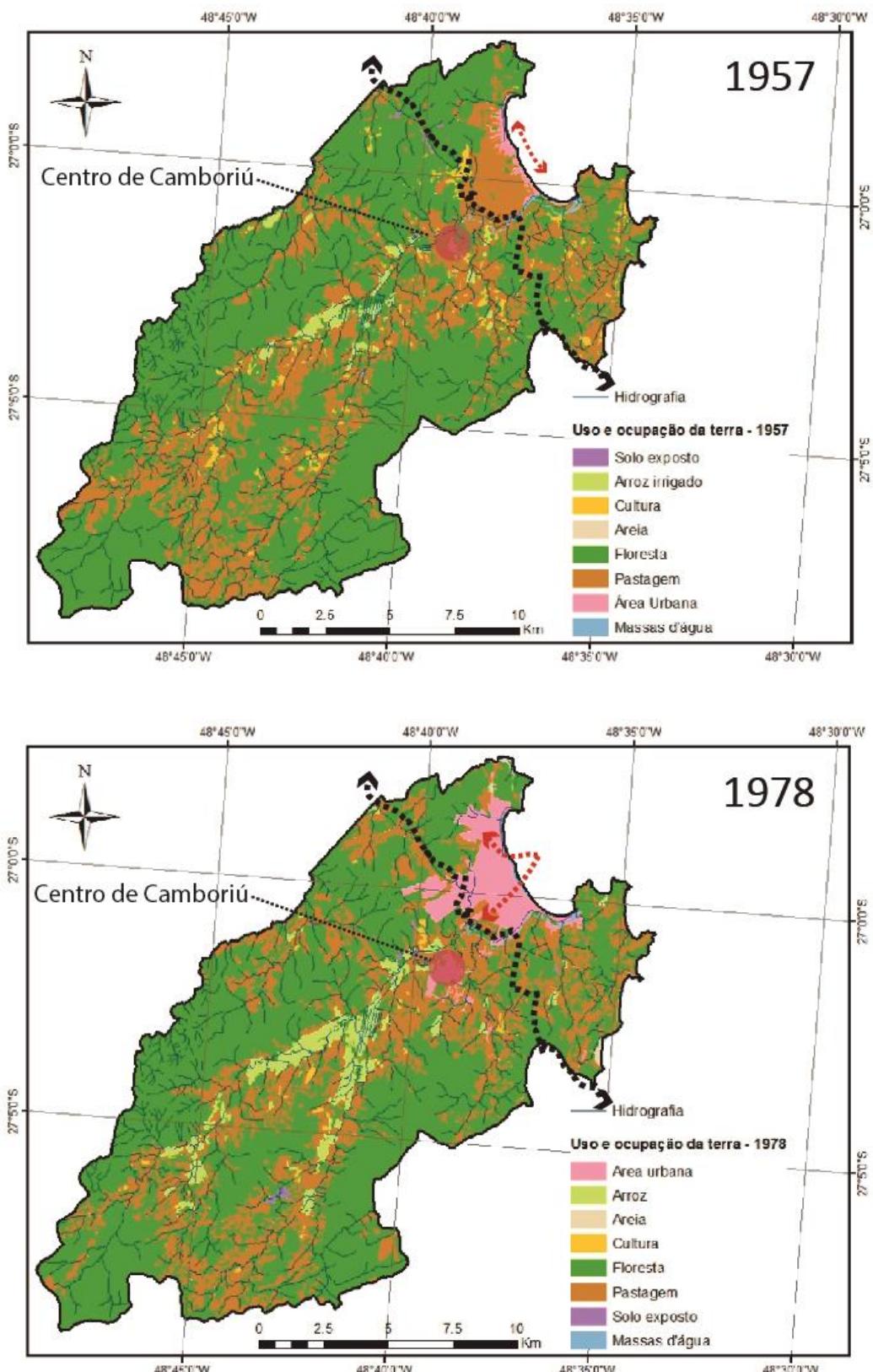
Ainda que a separação proposta inicialmente - divisa feita conforme o Rio Camboriú - não tenha sido aceita, o mapa do uso da terra de 1978 mostra que ela foi espontaneamente assumida. Nota-se, ainda, o crescimento do eixo central de leste para oeste: a população trabalhadora se estabeleceu no município de Camboriú, ampliando sua área urbana. Os bairros Monte Alegre e Tabuleiro afastaram-se do centro da cidade (mapas 10 a 12), ficando próximos novo município, movimento que seguiu o sentido da expansão de Balneário Camboriú. Esse afastamento foi tão significativo que, em 1999, foi criado o distrito do Monte Alegre, englobando o Monte Alegre, o Tabuleiro, a Várzea do Ranchinho e o Conde Vila Verde.

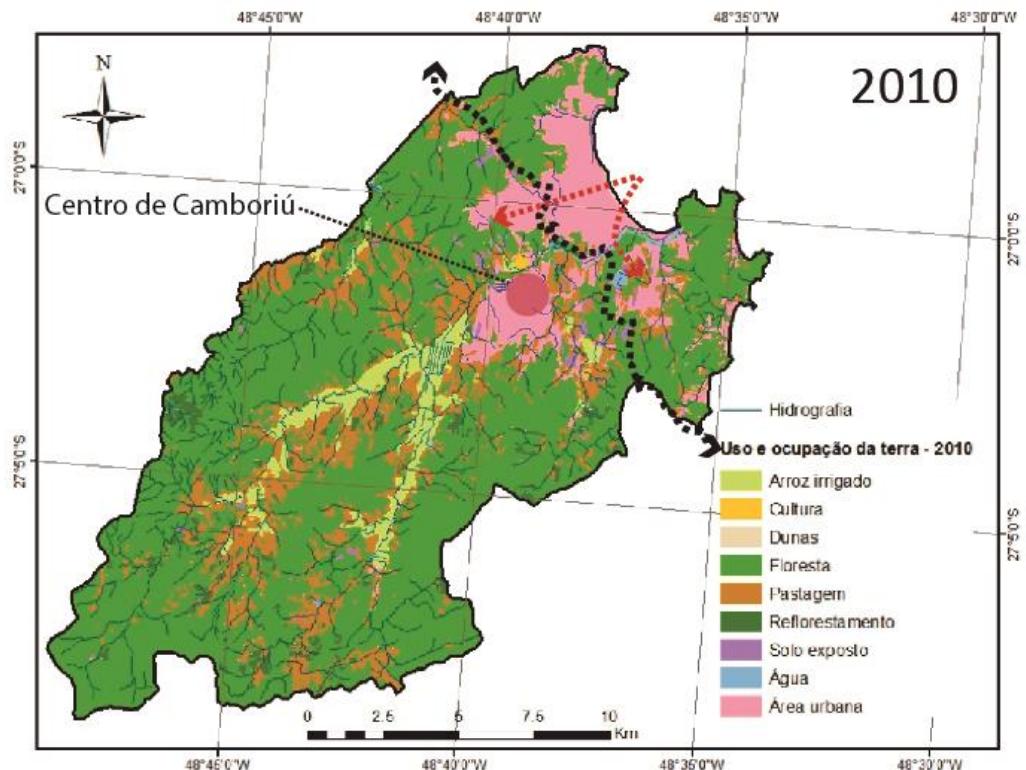
Mapa 09: Plano Rodoviário Municipal de Balneário de Camboriú de 1966



Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento, 2019

Mapas 10 a 12: Evolução do Uso e Ocupação da Terra com Vetores de Expansão e Núcleos Urbanos, onde as setas em vermelho indicam os vetores de expansão e as pretas, a BR-101





Fonte: EPAGRI/CIRAM (2015), com adaptações

Além da perda do litoral, a modernização do campo nos anos 1960 derrubou o modelo mini fundiário em Camboriú. Assim, o padrão extensivo de produção sucumbiu²⁹. De acordo com Corrêa (2019, p.25-26), “As condições topográficas do [...] município não se enquadravam nessa nova ordem, nesse novo modelo. [...] Os créditos subsidiados e os incentivos fiscais para os gigantes do agronegócio contribuíram para a derrocada do modelo”. Tal processo ocasionou grande baixa na arrecadação do município e os pequenos produtores empobrecidos migraram para os centros industriais do Estado, enquanto as localidades rurais foram abandonadas nos anos 1970/80.

Skalee (2008) afirma que Balneário Camboriú já nasceu com diversas carências de infraestrutura urbana. No entanto, a abertura da BR-101³⁰ acelerou o

²⁹ A forma da agricultura rural dos anos 60 evoluiu para o agronegócio, não comportando o pequeno agricultor doméstico, que era o padrão camboriuense de produzir alimentos. Os agricultores não esperavam que poderia ocorrer uma modernização da agricultura, como a mecanização dela.

³⁰ Digno de destaque, também, é a sua participação no fomento do turismo em várias cidades da costa catarinense, como Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Florianópolis, Laguna, entre outras, e na comunicação entre importantes centros populacionais, como Florianópolis, Joinville, Itajaí, Biguaçu, São José, Palhoça, Laguna, Tubarão, Criciúma e Araranguá. Esse novo cenário que se criou em Santa Catarina, com a reorganização espacial das atividades econômicas, ao longo do perímetro da BR-101,

crescimento urbano do município, atraindo a atividade turística. A indústria da construção civil, apoiada no turismo, desenvolveu-se e modificou a paisagem do centro da cidade. Por outro lado, a abertura da BR-101 também trouxe a diminuição do trânsito em Camboriú, segundo Corrêa (2019), a proporção foi exatamente inversa.

A partir da emancipação de Balneário Camboriú, a cidade ganhou ainda

[...] uma série de melhorias que ajudaram no crescimento. Foi realizado o planejamento urbano da cidade definindo novas ruas e avenidas, implantado o sistema de abastecimento de água e esgoto, os estabelecimentos comerciais e restaurantes foram se multiplicando, e o turismo se consolidou como a marca local. Em 1964, o Hotel Marambaia foi inaugurado. Sua arquitetura arrojada e o cassino atraíram hóspedes de todo o País. (SCHLICKMANN, 2016, p. 35)

O caos econômico se aprofundou em Camboriú com o esgotamento das jazidas de mármore e uma série de restrições de cunho ambiental que dificultaram a exploração de granito e da pedra calcária. O Arraial dos Garcia, por exemplo, tornou-se grande justamente pelo plantio do famoso café sombreado e pelas jazidas de mármore, granito, pedras calcáreas e outras riquezas minerais. E agora a economia da Capital do Café Sombreado e do Mármore, importantes produções da cidade, estava acabada.

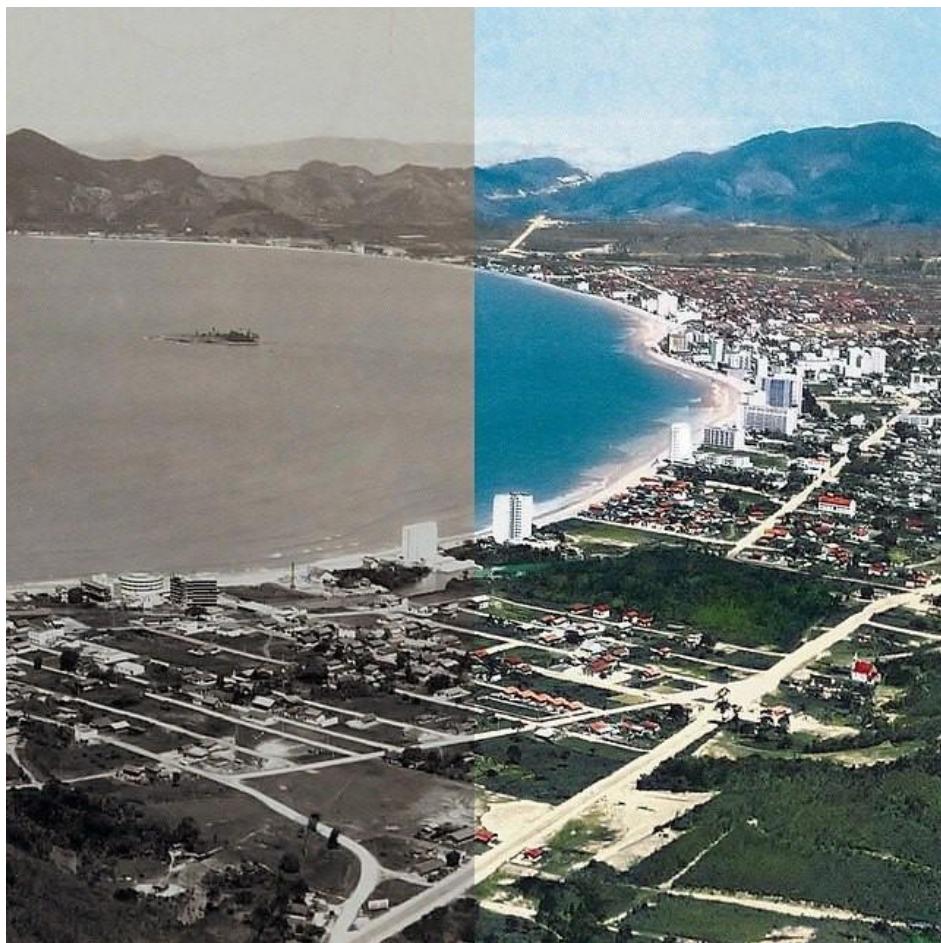
Enquanto isso Balneário Camboriú estava em ascensão econômica. Sobre as edificações de Balneário, Corrêa (2019) relata que a cidade teve seu primeiro edifício construído em 1963: o edifício Eliane³¹, na avenida Brasil. Nessa mesma avenida, foram construídos os edifícios Santa Inês, Arlene, Trude, Camboriú Palace e Atlântico. Na Avenida Central apareceram o Maríndia e o Miramar. Todos construídos nos primeiros anos da década de 1960 (figura 11), momento de crise econômica a nível nacional³². Com o sucesso de vendas, foram se intensificando as construções. O

oportunizando emprego e diferenciais de rendas, provocou um grande incentivo aos deslocamentos populacionais em direção à costa catarinense. (NUNES, 2008, p.33).

³¹ Iniciando a construção em 1959.

³² A partir de 1962, as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto passaram a decrescer em relação aos períodos anteriores, chegando a apenas 0,6% de crescimento em 1963. Por outro lado, a inflação, que era de 51,6% em 1961, passou a 80% em 1962, chegando a 93% em 1963. [...] A crise ocorreu, A partir de 1962, as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto passaram a decrescer em relação aos períodos anteriores, chegando a apenas 0,6% de crescimento em 1963. Por outro lado, a inflação, que era de 51,6% em 1961, passou a 80% em 1962, chegando a 93% em 1963 (Bugelli, 2008, p.05)

Figura 11: Orla da Praia na década de 1960



Fonte: Sergio Antonio Ulber (2015)

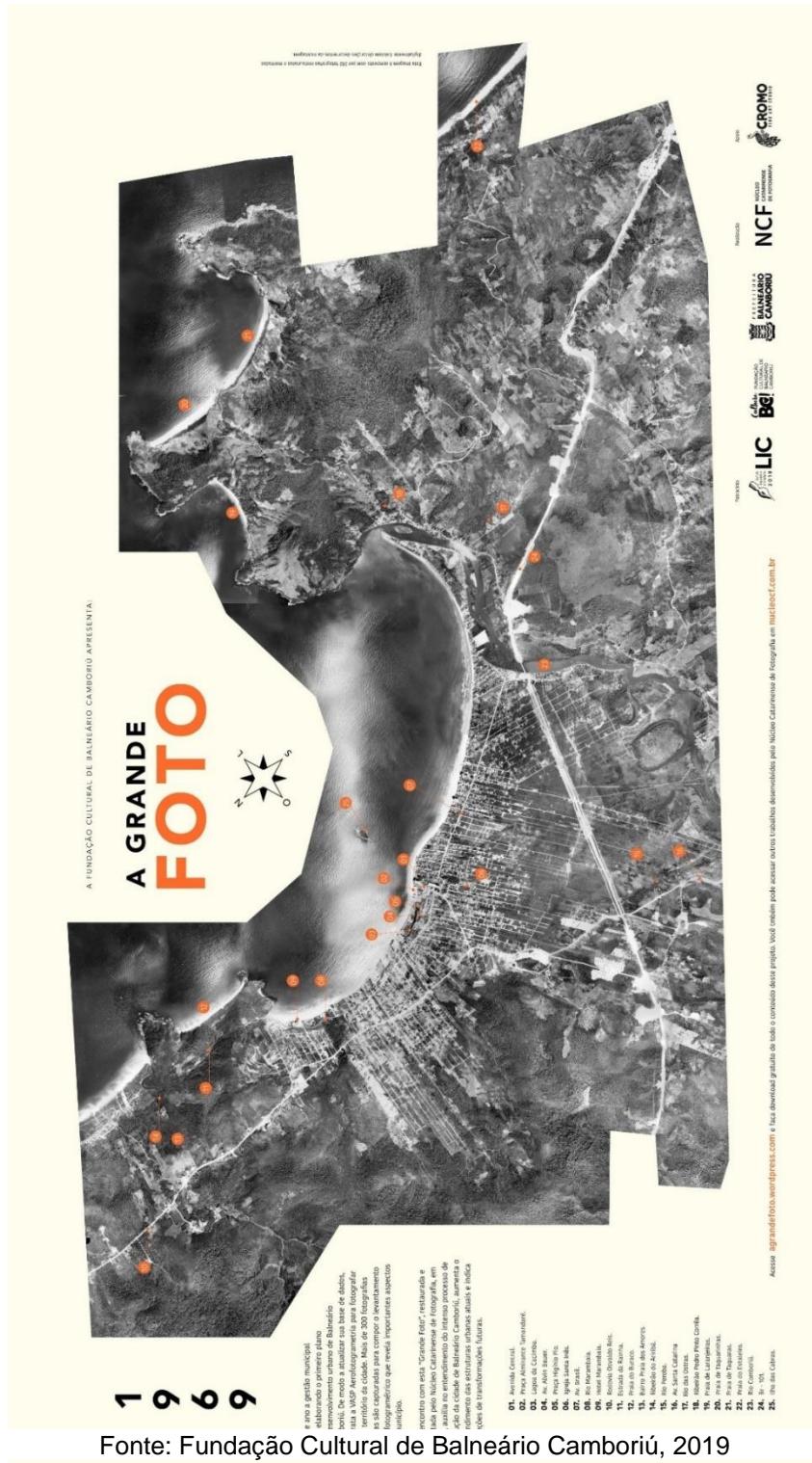
Edifício Presidente Kennedy, construído nesse período, foi considerado o edifício mais alto e mais luxuoso de Santa Catarina.

Em 1962, foram realizados o levantamento topográfico e cadastral da Praia de Camboriú e o projeto da rede de distribuição de esgoto. Em 1969, o governador Ivo Silveira, seguindo o Plano de Metas (PLAMEG), com interesses voltados ao desenvolvimento urbano e ao turismo, realizou o desenho do Mapa Geral do Estado e o Mapeamento Topográfico. Criou a COHAB, o Departamento Autônomo de Turismo e o Conselho Estadual do Turismo. No mesmo período, uma empresa especializada foi contratada para a elaboração do Plano Turístico, Plano Diretor e Cadastramento Imobiliário de Balneário Camboriú (SKALEE, 2008).

Ainda nessa leva, foi assinado convênio com a CASAN para o abastecimento de água do município. Aqui, Skalee (2008) afirma que, em Balneário Camboriú, a praia continua sendo canal de circulação urbana, interligando o sentido norte-sul. Além dela, existe a Avenida do Telégrafo (atual Avenida Brasil). A malha viária já está bem

ocupada, seguindo a mesma lógica de concentração das edificações no território, com algumas diferenças: passam a se entender de modo disperso a oeste, destacam-se áreas verticalizadas e surgem muitos hotéis.

Figura 12: A grande foto



Fonte: Fundação Cultural de Balneário Camboriú, 2019

O desenvolvimento do turismo era tão importante que em 1970 foi criado o Departamento do Turismo e, um ano depois, o Conselho Municipal de Turismo.

A Fundação Cultural de Balneário Camboriú realizou recentemente um trabalho de restauro e difusão da aerofotografia de 1969 (figura 12), o projeto intitulado “A Grande Foto” do Núcleo Catarinense de Fotografia. Nele se pode observar as diferenças e continuidades apontadas por Skalee (2008).

A BR-101 (1970), impulsionadora do desenvolvimento de Balneário, serviu também como uma barreira física³³ entre o centro a leste e os bairros a oeste, conformando uma espacialização desigual de infraestruturas, e ao mesmo tempo contribuiu para a consolidação do caráter turístico da cidade (SKALEE, 2008).

Na década de sua construção, foram aprovados o Plano Diretor Físico Territorial, o Zoneamento e a Ocupação do Solo, o Sistema Viário, o Código de Normas e Instalações e o Código de Obras e Edificações. Em 1970 foi também instituído o Plano de Urbanização de Balneário Camboriú. Souza (2016) aponta que uma questão importante desse plano é o incentivo ao processo de verticalização da orla marítima, tanto pela previsão de uma zona de alta densidade, vindo da faixa paralela à praia até 300 metros desta, como pela lei não restringir os gabaritos das edificações, sendo a verticalidade liberada em qualquer zona do município.

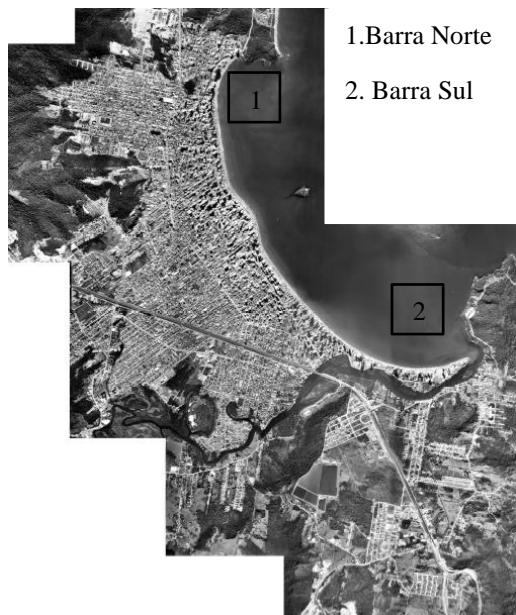
Ao analisar a aerofotografia (figura 13) de 1978, percebe-se que a paisagem já se encontrava urbanizada e o centro tem total substituição da vegetação nativa (SKALEE, 2008). O Marambaia já fora parte canalizado e havia intenso processo de verticalização nas redondezas. As margens do Rio Camboriú também se encontravam ocupadas, com edificações adentrando a vegetação ribeirinha. A BR-101 impulsionou o crescimento dos bairros na direção oeste, conformando quadras longas no sentido Leste-Oeste.

³³ O conceito de *Community Severance* (quando o sistema de transporte limita a mobilidade humana) explica bem o que ocorre nesse caso: temos, através da BR101, a criação de uma barreira, gerada pela rodovia de alta velocidade, que cria além da barreira física, barreira psicológica, esse distanciamento provoca uma dificuldade de coesão social.

Figura 13: Aerofotografia de 1978



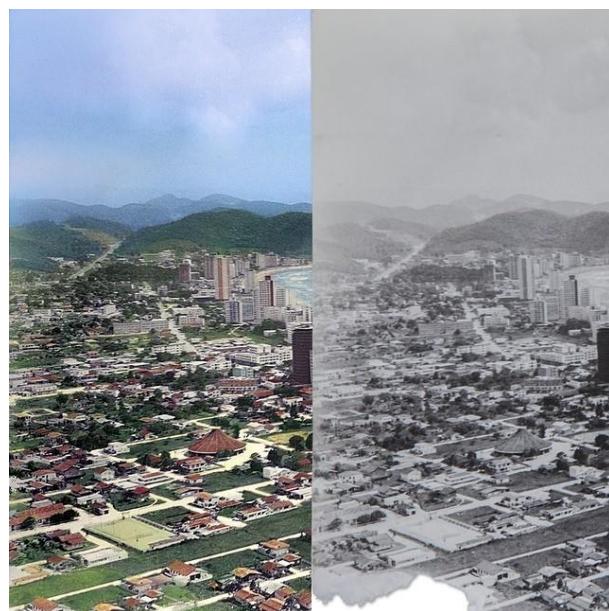
Figura 14: Aerofotografia de 2000



Fonte: Flores (2015, p. 71). Adaptado pela autora.

Destaca-se, nesse período, a abertura da 3º e 4º Avenidas – sentido norte-sul – que contribuíram para a extensão do centro, unindo a região leste (mais desenvolvida) à região oeste (em processo de adensamento). Na figura abaixo, é possível visualizar as quadras longas no sentido Leste-Oeste.

Figura 15: Balneário Camboriú, década de 70



Fonte: Sergio Antonio Ulber, 2015

Em 1970, o turismo e o capital imobiliário eram o foco da cidade de Balneário Camboriú e as infraestruturas de abastecimento de água, rede de esgoto e de integração viária eram pensadas para o atendimento a esses setores econômicos. Entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980, Balneário Camboriú tornou-se destino turístico dos países do Mercosul, especialmente da Argentina. Souza (2016, p.110) relata que

[...] a desvalorização da moeda brasileira perante o dólar e a dolarização argentina fez com que os turistas desta nacionalidade também passassem a investir no mercado imobiliário local, pois não eram afetados pela economia nacional como os investidores locais.

A união do capital imobiliário com o Estado se tornou visível em diversos momentos ao longo da história da cidade. Um desses momentos foi o anúncio do Edifício Imperador, em 1975. Sobre a inauguração, Souza (2016, p.99) conta:

O anúncio do Edifício Imperador, localizado na Avenida Atlântica, esquina com Avenida Central, é muito significativo, pois revela a que ponto estava o processo de verticalização na orla de Balneário Camboriú. A inauguração deste residencial contou com a presença da Miss Brasil 1975 e (apesar de se tratar de um empreendimento privado) do Governador do Estado de Santa Catarina. Esse parece ter sido um grande evento, e há motivo para tanto: este prédio tem uma característica importante, segundo o anúncio, “o Edifício Imperador, com 24 andares, é o mais alto do estado de Santa Catarina”. Esse seria o primeiro de uma série de outros prédios que entrariam na corrida dos mais altos do Estado, e depois, do país.

Edifícios como o Imperador continuaram cumprindo a mesma função que as casas de veraneio, ou seja, de servir como segunda residência. Assim, os modelos de casas isoladas nos lotes foram, gradativamente, sendo substituídos por prédios com apartamentos.

Ainda nos anos de 1970, há o início do processo de verticalização da beira-mar. Nos anos 1980, esse processo se intensificou. Souza (2016) afirma que com o contexto de crise nacional gerada pela redemocratização, os juros altos, inflação e constantes mudanças na moeda, tornaram a renda imobiliária fonte mais segura de investimento, colaborando com a expansão do setor.

O processo de verticalização da orla marítima continuou intenso durante os anos 1990 e 2000, passando da categoria de edifícios mais altos do estado para os mais altos do país. A cidade tornou-se conhecida pelos seus arranha-céus e continuou atraindo cada vez mais habitantes e turistas.

O crescimento populacional de Camboriú e de Balneário Camboriú entre 1980 e 2010 pode ser verificado na tabela 05. De 1980 a 1991, Camboriú cresceu 83,8%, e Balneário 84,4%. Entre 1991 e 2000, Camboriú cresceu 60,60%, e Balneário 82,23%. Entre 2000 e 2010, Camboriú cresceu 50,46%, e Balneário 47,14%. Segundo o IBGE, a população estimada de 2019 é de 82.989 pessoas em Camboriú e de 142.295 em Balneário, representando um crescimento, de 2010 para 2019, de 33,07% no primeiro e 31,63% no segundo município.

Tabela 05: População Total

Ano	Camboriú	Balneário camboriú
1980	14.038	21.854
1991	25.806	40.308
2000	41.445	73.455
2010	62.361	108.089

Fonte: Elaborado a partir dos dados dos Censos do IBGE.

Skalee (2008) aponta que, no levantamento aerofotográfico de 2000, se percebe a alta densidade de edificações na maioria dos bairros e a forte verticalização substituindo de forma gradativa a antiga tipologia de casas isoladas no lote. A autora levanta ainda, a relevância da percepção do crescimento de Balneário Camboriú avançando para além da BR-101, de forma a praticamente interligá-lo à cidade de Camboriú. Esses loteamentos mais afastados da praia, do outro lado da BR-101, estabelecem-se com fins de habitação para populações de mais baixa renda, que constituem a mão-de-obra de sustentação das atividades turísticas, gerando um crescimento de Balneário Camboriú para além da BR, em virtude do preço do solo, gerando o aumento da área urbana de Camboriú.

Com fins turísticos, ou para atender a demanda habitacional, a estrutura de Balneário Camboriú sofreu rápidas transformações nas últimas quatro décadas: alterações na malha viária, infra-estrutura, novas concentrações de moradia e hospedagem, centros de comércio, saúde e lazer visam dar suporte ao crescente número usuários. (SKALEE, 2008, p.15)

Em 2000, com o crescimento do mercado imobiliário e a disponibilidade de terrenos de potencial estético na Barra Norte e na Barra Sul, que possuem tanto vista para o mar quanto para o entorno verde dos morros, tornou-se efetiva a exploração dessas áreas, sendo aproveitadas brechas em legislações urbanas e ambientais em níveis federal e estadual.

Em 2006 ocorreu, segundo Souza (2016, p.32), a publicação da revisão do Plano Diretor, “que passou a permitir a verticalização e adensamento ao sul e norte da orla. No sul da orla, luxuosos empreendimentos começaram a se instalar nas proximidades do Rio Camboriú”. Na figura 16, observa-se imagem contemporânea do município, onde é nítida a verticalização e a aproximação dos empreendimentos de luxo ao Rio Camboriú.

Figura 16: Balneário Camboriú Contemporânea



Fonte: viagensecaminhos.com (2020)

De acordo com Skalee (2008), o traçado urbano de Balneário Camboriú é resultado de um processo histórico cumulativo de exploração turística da paisagem natural, de forma que ele sustenta tanto a estrutura urbana quanto a localização das atividades, funções e extratos sociais. A autora aponta, enfim, que o processo de expansão da cidade, para além da BR-101, continua ocorrendo de forma condicionada sobre o parcelamento rural da terra e do máximo aproveitamento do solo, estabelecendo, nessas áreas mais afastadas, as populações de menor renda, enquanto as mais próximas concentram as populações de mais alta renda.

Passos (2017), expõe a formação de Camboriú, revelando os efeitos do crescimento de Balneário Camboriú na constituição do território camboriuense. Em Camboriú, o crescimento do município se deu a partir da praça cívica e ao longo dos eixos paralelos aos cursos d'água, que hoje estruturam o sistema viário. A ocupação

do solo se deu de forma aleatória, baseada na exploração da terra próxima ao Rio Camboriú, extraindo tudo que pudesse possuir algum aproveitamento econômico. Com o crescimento de Balneário Camboriú, a ocupação do território camboriuense passou a ser ainda mais desordenada, levando à ocupação de áreas dispersas em locais que legalmente constituem-se em APPs. Essa tendência de ocupação irregular se deu inclusive em encostas, gerando impactos negativos na qualidade de vida, tanto paisagísticos como decorrentes de poluição da rede de drenagem de água, erosão, desmatamento e, por fim, deslizamentos.

O aumento populacional gerou em Camboriú, conforme Mendes (2014), um aumento de conjuntos habitacionais e loteamentos, que modificam a paisagem rural do município. Atualmente a maior parte da população se concentra no centro e nos bairros que rodeiam essa região central. Dos bairros periféricos, o Distrito do Monte Alegre parece ser o grande representante dessas mudanças, pois ali o confronto entre cultura e natureza foi mais agressivo, com grande aumento populacional em curto período de tempo. Esse aumento populacional foi gerado pelo êxodo rural principalmente do interior do Paraná, abrindo sulcos nos morros e os transformando em favelas.

O fascínio que Balneário Camboriú exerce, atrai essas populações, que se estabelecem o mais próximo que conseguem de Balneário, ou seja, nesse distrito. No Distrito do Monte Alegre, é registrada a maioria das ocorrências policiais do município de Camboriú. Mendes (2014) ainda afirma que:

Tráfico de drogas, violência sexual, roubos e homicídios ocorridos no Monte Alegre diariamente aparecem nas páginas dos jornais que cobrem a região. Esses registros, parece, ajudam a solidificar a representação do local enquanto favela e periferia, como um lugar de medo, insegurança e barbárie. Em contraste com o restante da cidade, o Distrito do Monte Alegre é um lugar novo, de pouca memória. Parece ser a porção de Camboriú que mais se aproxima da cidade moderna, porque reside sob o signo da concentração.

Com isso, viu-se então, como o município de Camboriú se originou e o que o levou a se dividir em dois municípios, gerando um processo de acumulação de capital e infraestruturas no litoral e, consequentemente, uma ampliação de desigualdades que se aprofundaram com o tempo. No próximo capítulo, será possível compreender com maior profundidade como o Estado, em suas diferentes escalas, contribuiu ao longo do tempo para essa forma desigual de desenvolvimento.

3. ATUAÇÃO DO ESTADO E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Para Corrêa (2007), o espaço urbano consiste no conjunto de usos da terra justapostos às distintas formas e conteúdos sociais existentes; é fragmentado, porém articulado, sendo reflexo e, ao mesmo tempo, condição social. É também um conjunto de símbolos e é campo de lutas, ou seja, representa a sociedade materializada em formas espaciais.

Os atores sociais, com seus diferentes desejos, interagem dentro desse espaço modificando-o constantemente. Alguns dos principais atores sociais que constroem o espaço urbano, para Correa (2007), são: os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. A análise aqui apresentada tem foco no Estado e parte da premissa de que é nele que diferentes interesses encontram unidade mediadora.

O objetivo do presente capítulo é, então, demonstrar como o Estado atuou na produção do espaço levando a um desenvolvimento desigual. Inicialmente, apresenta-se um quadro geral sobre os principais agentes construtores do espaço urbano e a atuação deles no contexto estudado. Após essa construção, destaca-se a atuação específica do Estado, que, na sua diversidade de escalas e perspectivas, atua em três frentes: a construção de obras, criação de leis e elaboração de discursos.

Para Corrêa, o Estado atua, no espaço e no tempo de forma complexa e variável, adaptando-se à dinâmica social. A atuação do Estado no meio urbanístico é ampla dentre os instrumentos a que pode recorrer, estão:

- (I) Direito à desapropriação;
- (II) Precedência na compra de terras;
- (III) Regulamentação do uso do solo;
- (IV) Controle de limitação dos preços das terras;
- (V) Limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar;
- (VI) Impostos fundiários e imobiliários;
- (VII) Uso da terra e de sua localização;
- (VIII) Taxação de terrenos livres, com fins de otimização do uso do espaço urbano;

- (IX) Mobilização de reservas fundiárias públicas, visando orientar a ocupação do espaço;
- (X) Investimento público na produção do espaço (i.e. obras de drenagem, desmontes, aterros e implantação de infraestrutura);
- (XI) Organização de mecanismos de créditos à habitação;
- (XII) Pesquisas; dentre outros.

Mesmo com todas essas possibilidades e com a descontinuidade característica aos momentos de alteração entre gestões, Bernardi (2017, p. 19) identifica uma qualidade perene na atuação do Estado na cidade de Balneário Camboriú: o privilégio auferido pelo Estado aos setores dos proprietários fundiários e a indústria da construção civil. Segundo o autor:

Foi percebido que, ao longo das décadas, desde a emancipação do município até o momento atual, o planejamento urbano e as políticas urbanas da cidade se constituíram e foram moldadas baseada no interesse do setor da indústria da construção civil, neste caso, representado pelo seu Sindicato. As interferências deste setor foram ocasionadas de diversas formas, ora o próprio Sindicado organizou-se e atuou em busca de seus interesses, ora os agentes do sindicato também eram os mesmos agentes da administração pública, e dessa forma, possibilitavam agir em função de seus próprios interesses.

Já para Correa (2007), os proprietários fundiários atuariam na geração da maior renda fundiária possível através de suas propriedades. Esses estão sempre interessados no valor de troca da terra. Aqueles, entre eles, com mais influência, valorizam suas terras através da obtenção de investimentos públicos em infraestruturas nas proximidades delas, principalmente com obras viárias.

As terras privilegiadas por sua localização, com amenidades físicas como a proximidade à praia, a lagoas e ao verde, usualmente servem à habitação das camadas sociais mais abastadas³⁴. Essas agem pressionando o Estado a fim de que este instale infraestruturas. Os investimentos públicos valorizam a terra e, somados a campanhas publicitárias que exaltam a qualidade dessas áreas, acabam elevando ainda mais o seu preço. Alguns dos proprietários dessas terras atuam, ainda, como promotores imobiliários, loteando, vendendo e construindo habitações de luxo.

³⁴ Com o exíguo território da praia central, já densamente construído, agora inicia-se um processo de investimentos para o bairro da Barra, como a passarela da Barra, com 190 metros de comprimento e altura com equivalência a um edifício de 22 andares, ligando a Barra Sul ao Bairro da Lagoa. O bairro da Barra tem várias amenidades, mas ainda não está incorporado pelo mercado imobiliário.

Lembra-se que, a urbanização brasileira no século XX teve como forças motrizes a industrialização e as migrações. Porém, no litoral, temos diversas cidades-balneários cuja produção do espaço é impulsionada pela exploração de suas amenidades físicas associadas ao turismo, ou seja, através da mercantilização direta do espaço. É comum que essa ocupação se inicie pela instalação de um hotel (no caso de Balneário, o Hotel Fischer).

Viu-se que, no caso da praia de Camboriú, o turismo valorizou a terra, expulsando os pescadores locais da praia central e estabelecendo uma segregação social em que os novos habitantes do espaço eram, na sua maioria, descendentes de alemães, vindos de polos industriais dinâmicos que se originaram das áreas da pequena produção mercantil. Os primeiros a se instalar eram representantes dessa burguesia industrial.

O Estado, que atuou em prol do turismo, implantou diversas infraestruturas que favoreciam a atividade, criando um verdadeiro *city marketing*³⁵, valorizando ainda mais os terrenos próximos à orla. O mercado imobiliário, aproveitando essa valorização, tornou-se altamente especulativo. O estoque de terrenos da Avenida Atlântica, por exemplo, logo entrou em escassez em razão de seu delimitado espaço. Em consequência disso, logo aumentaram os preços da terra na região. Dessa forma, o mercado passou a visar a valorização imobiliária a qualquer custo, tornando comuns os escândalos relacionados a empreendimentos que não respeitavam legislações ambientais.

Conforme Bernardi (2017), o setor da construção civil em consonância com o mercado imobiliário, transformou o município de simples balneário em reduto de férias, durante a segunda metade do século XX, e, em seguida, em importante polo comercial, no início do século XXI. Nessa lógica, em que a urbanização se dá em função da oferta imobiliária, a cidade tornou-se cenário perfeito para a construção civil

³⁵ Conforme Pasquotto (2008), A década de 90 é caracterizada pelo denominado Planejamento Estratégico, o *City Marketing* é uma ramificação dessa forma de Planejamento, que visa ações para promoção da cidade de forma a torná-la mais atrativa e competitiva, essa estratégia está cada vez mais sendo utilizada para o planejamento de cidades turísticas. Segundo a autora os principais mecanismos do City Marketing são: arquitetura icônica, eventos emblemáticos, “marcas”, discursos/slogan/logotipo. A arquitetura icônica ou monumental descarta tradições, e serve como um instrumento de planejamento urbano atraindo maior visibilidade.

e, posteriormente, para o mercado imobiliário especulativo gerado pelos promotores imobiliários.

Para Correa (2007), os promotores imobiliários são agentes que realizam incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física de imóveis, comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro acrescido de lucro. Eles atuam produzindo habitações novas com valor superior as que possivelmente existissem anteriormente no local. Com a obtenção de um preços de venda cada vez maiores, tal dinâmica tem como consequência a exclusão das camadas populares. Assim, os promotores imobiliários atuam na geração da desigualdade socioespacial, criando e reforçando a segregação residencial, ratificada pela implantação de conjuntos habitacionais populares em outros setores, usualmente afastados das regiões centrais, de orla e/ou mais valorizadas. Bernardes (2017, p.106) comenta sobre a relação dos promotores imobiliários com o Estado:

Para os agentes do mercado imobiliário, a elitização do espaço urbano de Balneário Camboriú foi essencial para garantir os lucros e a visão de futuro sobre a cidade. Esta elitização é promulgada numa ação conjunta, no qual, por um lado, os agentes empresariais realizam ações para garantir o monopólio e a exclusividades das terras, e sua consequente renda e por outro lado, o poder público garante investimentos e infraestruturas neste amalgamamento.

Para Correa (2007), os grupos sociais excluídos são aqueles que não possuem renda para garantia de uma habitação digna. O que lhes resta são moradias no estilo de cortiços, o sistema de autoconstrução, conjuntos habitacionais ou favelas. Esses grupos sociais excluídos tornam-se efetivamente modeladores do espaço urbano quando produzem ocupações informais como as favelas. Estas, configuram resistência à segregação social quando firmam-se próximas aos mercados de trabalho. A favela pode ser progressivamente urbanizada até se tornar um bairro popular, através de melhorias implementadas pelo Estado. Nesse processo de produção de um bairro residencial existem agentes diversos que buscam a valorização fundiária da área.

Com o alto preço do solo em Balneário Camboriú e a busca da proximidade em relação ao mercado de trabalho, ocorreu um crescimento urbano em Camboriú, principalmente no distrito do Monte Alegre. Nesse distrito concentraram-se grupos sociais excluídos, advindos de Balneário Camboriú em busca de qualidade de vida e

oportunidades de trabalho. Fato que demonstra, perfeitamente, o que afirma Harvey sobre a desigualdade socioespacial (2006, p. 72). Nas palavras do autor:

Enquanto não aprender a enfrentar esse poder burguês de controlar e produzir espaço, enquanto não aprender a moldar uma nova geografia da produção e das relações sociais, o movimento da classe trabalhadora sempre vai ser um ator em situação de fraqueza.

Dessa maneira, as populações mais pobres que buscaram a tão sonhada Balneário Camboriú, firmaram-se em Camboriú, devido aos preços mais acessíveis da terra, causando a necessidade de melhor infraestrutura em Camboriú e alimentando, assim, o ciclo formado pela segregação social e pelo desenvolvimento desigual.

3.1. O Estado enquanto agente produtor de espaço urbano em Camboriú e Balneário Camboriú: construindo obras, criando leis e elaborando discursos

O processo de acumulação e produção do espaço na orla da praia em Camboriú foi iniciado por descendentes de alemães do Vale do Itajaí, através da introdução de hotéis, da construção civil e de loteamentos (figura 17). Somando-se a isso, a capitalização dos trabalhadores do setor terciário do Vale do Itajaí, houve o início do investimento em casas de verão e a consequente criação de uma nova economia, esta que passou a ser a maior fonte de renda do município de Camboriú desde o início da década de 1950.

Figura 17: Primeiros Loteamentos da Praia de Camboriú (década de 1940)



Fonte: Flores (2015, p.90)

Com isso, iniciou-se a instalação de infraestruturas, por parte do Estado, com vistas a atender a essa nova lógica de produção do espaço. Nesse cenário, quanto mais poder econômico o espaço gerava, mais poder político ele também adquiria. Em consequência disso, os interesses políticos da praia lograram a divisão administrativa entre as duas cidades, processo que resultou no empobrecimento de Camboriú, como decorrência do pacto entre o Estado e a construção civil em Balneário.

Nesse processo que concedeu autonomia administrativa para Balneário, o Estado, em seus diferentes níveis de atuação, criou infraestrutura, gerou leis e formulou discursos que levaram à criação e à manutenção de um desenvolvimento desigual nos municípios.

3.1.1. Construindo Obras

Obras viárias valorizam o solo e induzem o crescimento urbano, pois dinamizam a movimentação de pessoas e mercadorias. Sob essa perspectiva, nessa seção do texto foram elencadas as principais contribuições do Estado (nas esferas municipal, estadual e federal) à infraestrutura local. Tais obras, foram responsáveis pelo acirramento do desenvolvimento geográfico desigual entre os municípios em estudo. As obras são descritas em ordem cronológica apresentadas nos mapas e fotografias para destacar o impacto delas no tecido urbano. Busca-se, nesta seção,

demonstrar que essas obras geraram a valorização das áreas em que foram implementadas.

Em 1894, conforme Correa (2019), foi liberada a verba para a construção de uma estrada de rodagem entre Camboriú e Itajaí, havendo, na época, uma grande polêmica sobre a sua realização³⁶. A Canhanduba (atual bairro de Itajaí, fronteira com o Distrito do Monte Alegre) era terra dos Muller³⁷, e a praia era terra dos Konder³⁸, dos quais Benjamim Vieira³⁹ era correligionário.

A estrada foi concluída somente em 1920. Depois de finalizada, a obra facilitou as relações econômicas entre os municípios e efetuou a conexão entre o Vale Industrial do Rio Itajaí e a orla de Camboriú, até então era geograficamente isolada. Isso possibilitou que, aos poucos, a orla fosse ocupada por veranistas de classes mais abastadas e advindos de Blumenau, Brusque ou Itajaí.

Com a conclusão da estrada, era necessário criar um acesso direto para a praia, e foi assim que o Caminho do Arame⁴⁰ deu lugar à Avenida Central. Somente em 1940 ocorreu, de fato, a ligação entre a Estrada Geral e a praia, chamada de “Rua do Flavinho” (atual Miguel Matte). Assim,

[c]om a abertura de uma estrada de rodagem ligando a sede de Camboriú (Garcia) com Itajaí, principal centro comercial da região, abertura esta fruto da “lealdade” dos políticos locais com a causa republicana. Os antes caminhos que margeavam as praias entre os dois municípios, abertos por particulares e chamados de “picões de cargueiro”, tiveram as obras iniciadas em 1909 e finalizadas somente em 1920, impulsionando o crescimento econômico pelas atuais Avenidas Santa Catarina e dos Estados e Rodovia Oswaldo Reis, leito da então estrada de rodagem (CORRÊA, 1985).

³⁶ Muito discutiu-se sobre ela ser realizada por Canhanduba ou pelo Canto da Praia

³⁷ Lauro Muller foi um engenheiro, militar e diplomata, natural de Itajaí/SC. Primeiro Governador republicano de Santa Catarina e Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Constituinte de 1891, no final do século XIX e início do XX. Ministro da Indústria, Viação e Obras e Ministro das Relações Exteriores. Memória Política de Santa Catarina (2018)

³⁸ Marcos Konder foi um industrial e escritor, natural de Itajaí/SC. Prefeito e Vereador na terra natal, Deputado Constituinte de 1928 e de 1935 e Deputado Estadual na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, no século XX. Memória Política de Santa Catarina (2018)

³⁹ Em Camboriú, foi Conselheiro (hoje denominado Vereador), de 1895 a 1890, e seu Presidente entre 1899 e 1906, além de Superintendente Municipal (atual cargo de Prefeito), sendo que, no ano de 1911, acumulava a função de Comissário de Polícia e era o principal chefe político local. Pelo Partido Republicano Catarinense (PRC), elegeu-se Deputado Estadual para o Congresso Representativo de Santa Catarina (Assembleia Legislativa) e participou da 9ª Legislatura (1913-1915). Memória Política de Santa Catarina (2018)

⁴⁰ Antes apenas uma servidão entre dois grandes latifúndios, um de Antônio Bittencourt e outro de José Bernardes

Nos anos 1950, a estrada que fazia ligação de Camboriú a Itajaí; a outra estrada que permitia a saída para a praia denominada Caminho do Arame (atual Avenida Central); cortando esta última, o Caminho do Telégrafo (atual Avenida Brasil); por último, a projeção da Avenida Beira Mar, atual Avenida Atlântica (mapa 13). Neste mapa nota-se a concentração de infraestruturas de serviços no Caminho do Arame e na Beira Mar.

Mapa 13: Caminhos de Balneário de Camboriú nos anos 1950



Fonte: Danielski (2009, p.85)

A Avenida do Telégrafo (atual avenida Brasil) fez com que a ocupação da parte central da orla se expandisse de acordo com os interesses imobiliários privados, adaptando-se, inicialmente, aos limites naturais e apropriando-se da restinga. Essa avenida foi a primeira a receber postes, passando a funcionar como um corredor de transmissão telegráfica.

Figura 18: Infraestruturas de Luz, Telefone e Transporte Público na Praia de Camboriú em 1952



Fonte: Álbum Descritivo Fotográfico de Camboriú (1952, p.33)

Como visto anteriormente, em 1952, havia em Camboriú, uma pequena central telefônica automática que fazia a intercomunicação dos telefones que serviam a Praia, a qual era ligada à rede telefônica geral do Estado. Também havia as quatro linhas de ônibus que serviam a praia: Praia – Itajaí, Praia-Itajaí-Blumenau e a Praia- Itajaí - Brusque. Além disso, existia uma série de outras infraestruturas pensadas para os turistas: boate, restaurante e hotéis, posto de gasolina, etc.

O Estado passou a gerar infraestruturas para a praia, onde não se concentravam os moradores, mas os veranistas. Esse fato gerou revolta por parte dos nativos. Nesse sentido, um marcante episódio na história do município foi a instalação de energia elétrica na praia, enquanto a própria sede do município permanecia sem o benefício.

Na mesma época, os avanços trazidos pela implantação do trecho de estrada de ferro Santa Catarina entre Blumenau e Itajaí⁴¹ ocasionaram um rápido crescimento do turismo na Praia de Camboriú, uma vez que também contribuíram para a vinda dos burgueses industriais para a praia. A referida estrada foi originalmente fruto de uma iniciativa privada proveniente de capital e tecnologia alemães. As empresas colonizadoras se beneficiaram com essa obra ferroviária, pois significou a valorização

⁴¹ Iniciada em 1925 e inaugurada em 1954, com 47 quilômetros de extensão.

das suas terras. Assim, rombia-se o isolamento e possibilitava-se o comércio com outras regiões.

Figura 19: Locomotiva de Itajaí com destino a Blumenau por volta de 1970

Santa Catarina,
por volta de 1910.



410

Locomotiva tipo Pacific nº 333, da Estrada de Ferro Santa Catarina, já incorporada à RFFSA, transitando com uma composição vinda de Itajaí, em frente ao jardim da casa do naturalista alemão Fritz Müller, na periferia de Blumenau, numa foto de Alasdair G. Burman, tirada por volta de 1970. Na sexta-feira 12 de março de 1971, os maquinistas José Pacheco e Aníbal Rocha, a bordo da locomotiva nº 331, conduziram o último trem da Estrada de Ferro Santa Catarina.

Fonte: Gerodeti e Cornejo (2005, p. 195)

Entre 1950 e 1960, as glebas da orla começaram a ser loteadas e vendidas, aumentando o número de construções de segunda residência e representando a consolidação do mercado imobiliário. Como exposto no capítulo anterior, até 1951 a média de casas aprovadas para construção, por ano, vinha sendo de 40 (casas). Já em 1952, esse montante subiu para 620 unidades requeridas.

Esse crescimento, segundo Flores (2015), ocorreu em parte pela melhoria viária regional, com a abertura da estrada de ferro entre Blumenau e Itajaí e a conclusão da SC-470 (primeira Rodovia Estadual asfaltada). Portanto, o transporte de mercadorias e pessoas não dependia mais do meio fluvial, via Rio Itajaí-Açu, de forma que foram dinamizadas as relações econômicas, o processo turístico e o de loteamentos.

Devido ao crescimento da praia de Camboriú, tanto na perspectiva urbana quanto na econômica, o processo de divisão política despontou. A praia passou a subjugar a sede em termos econômicos, pois a exploração turística do espaço cresceria, ao passo que a produção agrícola começou a entrar em decadência.

Tal cenário econômico refletiu-se na política, iniciando o processo de autonomia político-administrativa da praia de Camboriú na década de 1950. O

processo de urbanização da orla intensificou-se com o tempo, e o turismo gerou cada vez mais recursos. No ano de 1957, a praia já era mais urbanizada que a sede de Camboriú (figura 20).

Figura 20: Recorte do Mapa de Uso e Ocupação das Terras de Camboriú em 1957



Fonte: Adaptação EPAGRI/CIRAM (2015)

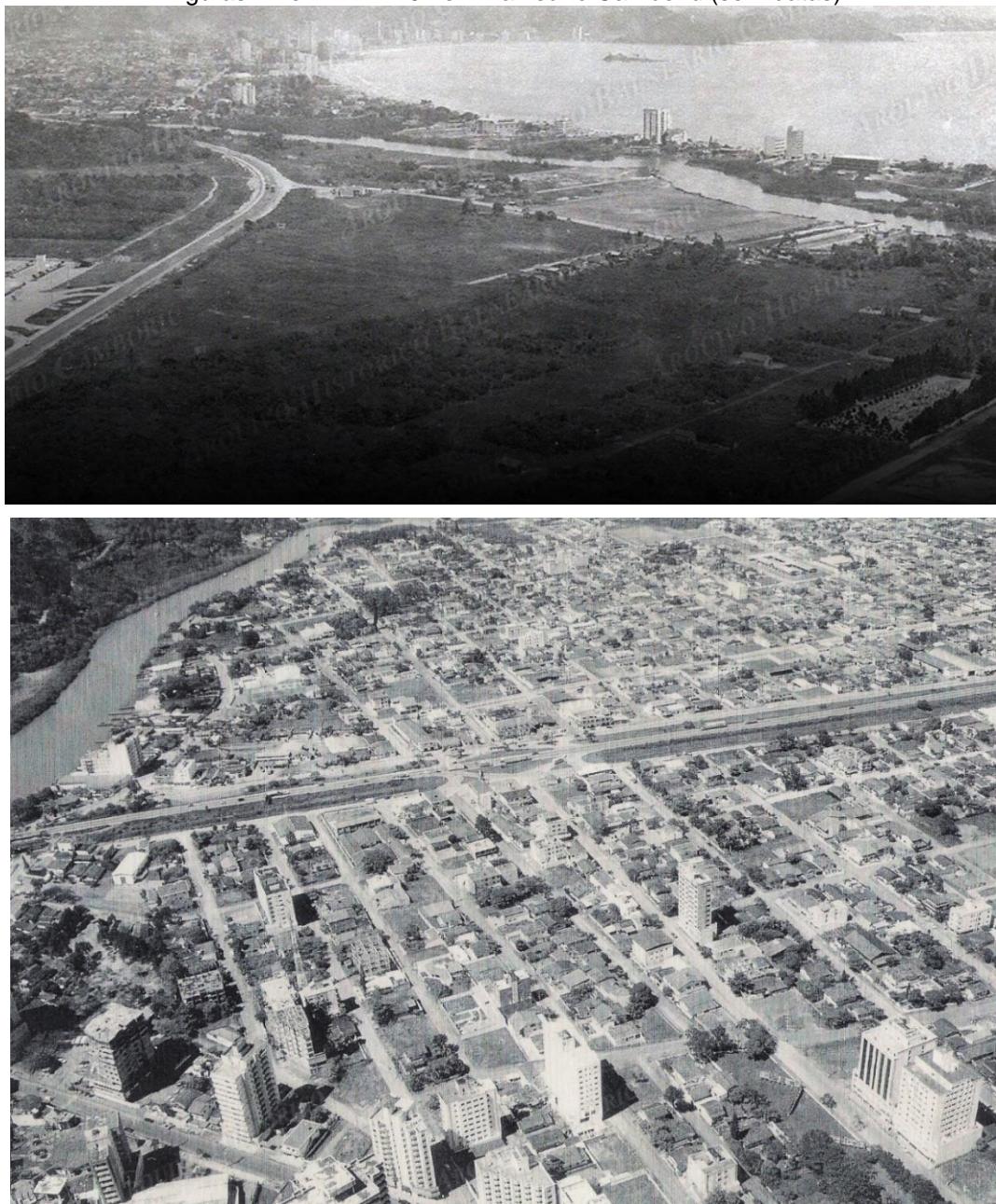
O processo de urbanização se intensificou com as obras de ampliação de infraestrutura (sistema viário, energia, abastecimento de água etc.), especialmente a partir da década de 1960, com a emancipação da praia. A implantação da BR-101 (trecho Itajaí-Itapema) em 1971 veio intensificar ainda mais esse processo. Há rumores de que o presidente João Goulart, teria influenciado o traçado da BR, trazendo-a perto do litoral. Com efeito, a BR-101 contribuiu para a exploração turística do espaço e para a conversão da praia em uma atração. Conforme Piatto & Polette (2012, p. 85), o processo de artificialização de Balneário Camboriú está relacionado

[...] com um processo que se iniciou em 1950 e se intensificou nos anos de 1970, a partir da construção da rodovia BR-101. Além da facilitação do acesso, a pavimentação da rodovia também levou a maior integração dos municípios na economia do país, sendo o ponto de partida para entendermos o processo da acentuada urbanização do município de Balneário Camboriú, influenciada pela tendência mundial de ocupação massiva. [...]

Sobre os efeitos da BR-101, o jornal Página 3, em Abril de 2013, publicou um caderno especial de comemoração aos 129 anos de Camboriú, contendo uma matéria intitulada “Depois que Camboriú perdeu a efervescência do movimento de veículos,

que agora optam pela BR-101, a cidade sofreu bastante para retomar o fôlego”, a cidade sofreu com o governo federal que ergueu uma barreira entre as duas cidades e desviara o trânsito que anteriormente atravessava a cidade de Camboriú. Esse processo auxiliou o estabelecimento do comércio local, pela forma como a rodovia foi alocada no território. Nesse sentido, “outro fator negativo, na década de 70, foi a inauguração da BR-101. Asfaltada e por um trajeto mais rápido e seguro, passando longe da cidade, já que a antiga estrada cortava a cidade e escoava a produção agrícola e, principalmente da mineração” (COMERLATO, 2012, p.35).

Figuras 21 e 22: BR-101 em Balneário Camboriú (sem datas)



Fonte: Biblioteca Pública Municipal de Balneário Camboriú

Entre 1965 e 1969, durante o mandato do primeiro Prefeito Higino Pio, foram realizadas inúmeras obras de infraestrutura, tais como: iluminação e arborização da Avenida Atlântica, pavimentação das avenidas Brasil e do Estado. Foi ainda realizado o convênio com a Companhia de Águas e Saneamento de Santa Catarina (CASAN) com o objetivo de realizar o abastecimento público de água. Nesse período também, foi estabelecida a nomenclatura das ruas do município.

Em 1970, o turismo e o capital imobiliário eram o foco econômico de Balneário Camboriú. Nessa conjuntura, as infraestruturas de abastecimento de água, ampliação da rede de esgoto, melhorias na integração viária, entre outras, eram pensadas no sentido de garantir que esses setores permanecessem em desenvolvimento. Conforme Bernardi (2017, p.49), verifica-se “investimento da Administração Pública Municipal em áreas consideradas estratégicas. Desde que houve o boom imobiliário na década de 1980, grande parte dos recursos públicos foram focalizados em obras na Avenida Atlântica”. Tais investimentos, no entanto, foram irregulares em sua distribuição, na figura 23, por exemplo, nota-se o contraste entre investimentos na orla e no restante do bairro, ainda que este fosse o centro da cidade.

Figura 23: Vista da rua 904, bairro centro, Balneário Camboriú final dos anos 1970



Fonte: Arquivo Histórico de Balneário Camboriú

Bernardi (2017) comenta que, durante os anos 1990, ocorreram diversos projetos que uniram a administração pública local e o empresariado, com objetivo de consolidar o turismo e os investimentos do capital imobiliário. Por exemplo, na Barra

Sul, foram implantados vários equipamentos de turismo e lazer, no intento de transformá-la no “maior centro de lazer do Sul do Brasil”.

Conclui-se que o Estado atuou, ao longo dos anos, trazendo infraestruturas para o capital em detrimento dos trabalhadores. Gerou-se, assim, um desenvolvimento desigual entre o rural e o urbano turístico, acentuado pela divisão dos municípios, que separou o setor decadente do ascendente.

Na *cidade corporativa*, a forma urbana reproduz a lógica da acumulação capitalista, com os conflitos, as desigualdades e as divisões que lhes são inerentes. Nela, o Estado atua como um facilitador para a reprodução dessa lógica. Conforme Corrêa (1995, p. 147):

As transformações no preço do solo urbano pela ação do poder público são aproveitadas por aqueles que vivem de especular com terras. Esses promotores imobiliários procuram influenciar as decisões oficiais quanto às áreas a serem beneficiadas com investimentos públicos...desse modo investimentos públicos, frutos da arrecadação de impostos de toda a população, são abocanhados por um pequeno grupo de proprietários e especuladores.

Dessa forma, em um estágio mais avançado de atuação do Estado como facilitador de acumulação capitalista, a cidade, além de base para a reprodução do capital, torna-se o próprio objeto dessa reprodução.

3.1.2. Criando leis

O Estado, além de atuar investindo em infraestruturas, atua como formulador dos códigos urbanos e ambientais que tem como dever obrigar os demais agentes a cumpri-los. Essa tarefa, muitas vezes, é desviada em favor do capital turístico-imobiliário, este que se tornou um dos principais agentes de transformação espacial, a exemplo do que ocorre em todo litoral brasileiro. Conforme Flores (2015, p. 26):

Neste processo podemos perceber a excludente concentração (espacial) de riquezas, própria da estrutura socioeconômica dominante, através da acumulação dos investimentos do poder público na orla da cidade e das constantes atualizações de suas legislações ambientais e urbanísticas em favor do mercado atuante principalmente nesta área.

Iniciativas como doação de terra, aprovação de loteamentos, criação de distritos, além da própria emancipação e das diversas mudanças nos códigos ambientais e urbanos, envolvem o Estado atuando na esfera legislativa. Sob tal perspectiva, esta seção do texto está organizada de forma a analisar

cronologicamente o impacto desse segundo foco de atuação do Estado, a criação de leis, na produção do espaço e, sobretudo, na geração de desigualdades entre Camboriú e Balneário Camboriú.

Já no processo de colonização da região, a iniciativa privada fora privilegiada pelo governo central, este sempre tendente a criar brechas para que funcionários públicos se aliassem a empreendedores particulares. Segundo Correa (2019), Baltazar Pinto Corrêa conseguiu a concessão de uma sesmaria após, provavelmente, aliar-se ao grupo de Anacleto Pereira.

Baltazar obteve a autorização para ocupar as terras e fundar uma vila em Camboriú, contudo não poderia explorar as madeiras reais nem as minas no interior da terra. Impasses como esse, gerados pela administração pública, levaram ao surgimento de um esquema de fundação das Colônias, no qual os funcionários públicos se aliavam a empreendedores particulares, formando grupos que atuavam nesse nicho cujo surgimento foi alavancado pelo próprio Estado. Assim, o processo de colonização, deixava clara uma contradição: “o interesse estratégico do Estado em parceria com a iniciativa privada. Entre o Estado e o empresário ou sesmeiro, ligando tudo, estava o funcionário público” (CORREA, 2019, p.56).

Nessa conjuntura, Anacleto Pereira constituiu uma organização para fazer a extração da madeira de forma legal, pois o colonizador não poderia fazê-la sozinho. Esse grupo era constituído por políticos, militares, comerciantes e outros agentes do alto escalão do governo, uma organização poderosa que atuou a partir de Desterro e teve Agostinho Alves Ramos como liderança entre os Rios Itajaí e Tijucas.

Esse relato demonstra como uma brecha na criação de leis foi capaz de influenciar a constituição de grupos de domínio do território, evidenciando também a ligação dessas organizações com agentes do governo. Além disso, o Estado atua de forma explícita no território, aliando-se, muitas vezes, a grupos de domínio como o citado, de modo a regularizar as transformações no espaço de acordo com os interesses desses últimos.

Como mencionado, os primeiros a promover loteamentos na Praia de Camboriú foram Markos Konder e Alois Fleischman, por volta de 1913. As glebas eram tão extensas que, posteriormente, outros investidores as dividiram em menores escalas, a fim de transformá-las em loteamentos residenciais. Esse processo, regularizado

pelo Estado, levou à expulsão dos pescadores e, mais tarde, à criação de uma divisão social entre os camboriuenses e os alemães que adquiriram os lotes da praia.

Nos anos 1950, a Praia passou a pleitear o status de distrito, materializado no Decreto nº02/59, do início de 1959, e levou, posteriormente, à emancipação do município, em 1964. Nesse processo, verificou-se a ocorrência de um “Estado dividido”: de um lado, políticos que apoiavam a separação, em prol do turismo e construção civil e, do outro, a parcela que percebia a perda que isso geraria para o município de Camboriú. Com a divisão, a praia, mais urbanizada, gerava mais receita que o resto de Camboriú, que vivia um período de crise, aprofundando ainda mais a desigualdade entre os municípios.

Em 1974 foi elaborado o primeiro plano Diretor de Balneário Camboriú, durante o mandato de Gilberto Américo Meirinho. Na vigência desse código, os edifícios obedeciam a um recuo considerável e havia alto rigor para o cumprimento da lei. Tanto que apenas um edifício foi inaugurado durante a gestão desse prefeito. Ele foi responsável pela abertura da Terceira Avenida, da Quarta Avenida, além de uma parte da Quinta Avenida.

Nessa mesma época, foi constituída a Associação dos Incorporadores de Imóveis de Balneário Camboriú, como relata Bernardi (2017, p. 60):

Um aspecto importante para compreender a lógica de aproximação do mercado imobiliário com a formulação das legislações urbanísticas, é a organização do setor da construção civil sob forma de sindicato, adquirindo estrutura política, administrativa e corpo técnico. A criação da Associação dos Incorporadores de Imóveis de Balneário Camboriú, que alguns anos mais tarde, veio ser chamado de SINDUSCON, ocorreu em 1976, e as manifestações da entidade procuram incidir sobre a política urbana do município.

Bernardi (2017) aponta ainda que a primeira grande interferência na legislação em virtude da indústria da construção civil foi a mudança da área da Barra Sul, classificada pelo Plano Diretor, até então, como ZE (Zona Especial, com objetivo de servir como área de lazer e cunho social). Tal classificação foi modificada para atender aos interesses da referida indústria, devido ao aumento da construção civil nessa década e à ocupação total da beira mar.

Durante os anos 1970, iniciou-se o processo de verticalização à beira-mar, que foi intensificado nos anos 1980. No início da década de 1980, a Avenida Atlântica contava com 50 edifícios. Nessa década ocorreu o boom da construção civil da cidade.

Souza (2016) argumenta que, com o contexto de crise nacional gerada pela redemocratização e caracterizada por jutos altos, inflação e constantes mudanças na moeda, a renda imobiliária se tornou uma fonte mais segura de investimento, colaborando com a expansão do setor.

Essa expansão gerou a necessidade de realização de adaptações no Plano Diretor em Camboriú, pois este era muito restritivo aos interesses do mercado imobiliário, que se expandia. Souza (2016, p. 109) aponta alguns aspectos que foram modificados com a aprovação da Lei nº 885/198:

Altera alguns aspectos do Plano Diretor de 1974 como a definição de zonas especiais para ocupação do solo e a diminuição do recuo frontal mínimo na Avenida Atlântica de 6 metros para 4 metros. Além disso, se extingue o limite de 20 andares para o gabarito, que a partir de então passou a ser livre novamente. Através destas adaptações, edifícios que já ultrapassavam os 20 andares puderam ser regularizados, enquanto novos outros despontavam.

A Lei nº 579, de 1982⁴², teve como propósito regularizar os lotes irregulares na região das praias agrestes de Balneário Camboriú, modificando o uso e ocupação do solo da região. Cinco anos depois, em 1987, o Jornal JBC publicou uma reportagem intitulada “Construção Civil apresenta proposta para o Plano Diretor”, relatando que o Sindicato da Indústria da Construção Civil havia apresentado uma proposta de diretrizes básicas, que deveriam ser inseridas no novo Plano Diretor (figura 24).

Figura 24: Construção Civil e Plano Diretor



Fonte: Bernardi (2017, p.61)

⁴² Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/balneario-camboriu/lei-ordinaria/1982/57/579/lei-ordinaria-n-579-1982-aprova-o-plano-fisico-territorial-complementar-de-balneario-camboriu-e-das-outras-providencias>

A década de 1990, teve como destaque a criação da Lei Municipal nº 1447 de 1995. Esta regularizava obras que desrespeitassem o projeto aprovado, mediante pagamento de multa ou doação de área construída. Isso possibilitava o “perdão jurídico” aos construtores e incorporadores, ao mesmo tempo que arrecadava dinheiro para Prefeitura.

Em 2000, com o crescimento do mercado imobiliário e a disponibilidade de terrenos de potencial estético na Barra Norte e na Barra Sul - áreas com vista para o mar e para o entorno verde dos morros - tornou-se efetiva a exploração dessas áreas. Para isso, houve um processo de aproveitamento de brechas em legislações urbanas e ambientais tanto a nível federal quanto estadual.

Já em 2006, ocorreu a revisão do Plano Diretor, “que passou a permitir a verticalização e adensamento ao sul e norte da orla. No sul da orla, luxuosos empreendimentos começaram a se instalar nas proximidades do Rio Camboriú” (SOUZA,2016, p.32).

A década foi ainda marcada por inúmeras leis, que regulamentavam assuntos diversos: desde a criação do dispositivo do Solo Criado para algumas zonas do município, até a possibilidade de utilização do Índice de Aproveitamento (IA) com objetivo de aumentar a área a partir de pagamento aos cofres públicos. Mais tarde, na década de 2010, criou-se os índices ICON e ICAD⁴³, os quais, de forma geral, possibilitam que as construções avancem em metragem mediante pagamento, isto é, através da compra desses índices. Como resultado desse processo, Garbe, Hulse e Baade (2017, p. 113) apontam que:

Algumas empresas da construção civil encabeçam projetos arquitetônicos na cidade com vistas tão somente ao lucro, agindo de maneira desvinculada das leis ambientais, divorciada aos interesses socioambientais construindo assim, a longo e médio prazo um modelo de cidade caótica e inabitável.

Sobre o tema, Schroeder et. al. (2009) apontam que a questão-problema, por vezes, não está na letra da lei, mas em suas brechas ou na forma como a lei é empregada. O Plano Diretor de Balneário é modelo disso, pois traz a questão da Habitação de Interesse Social como prioridade, mas sua aplicação claramente difere disso na realidade. O mercado de luxo da habitação invariavelmente reserva as áreas mais distantes de infraestruturas urbanas para a habitação de interesse social.

⁴³ Índice de Confortabilidade de Obra para Desapropriações e Índice Construtivo Adicional para Desapropriações

Schroeder et. al. (2009) cita um exemplo dessa situação ao narrar a seguinte situação ocorrida em reunião de revisão do Plano Diretor, na Câmara Municipal, em 2017:

(...) uma das propostas/sugestões mais completas sugeridas para a Revisão do plano diretor em 2017, foi apresentada pelo SINDUSCON – Sindicato do Comércio de Balneário Camboriú e Camboriú – e localizou as ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social – próximas as encostas em zonas de proteção do ambiente natural e longe da infraestrutura urbana existente.

O planejamento urbano na legislação de Balneário Camboriú está diretamente vinculado à intensificação dos índices urbanísticos de uso e ocupação do solo, tendo como efeito um enorme processo de verticalização da orla, gerando o sombreamento na faixa de areia. Para responder a esse sombreamento gerado pela busca de maiores lucros pelo capital imobiliário, há um projeto de alargamento da faixa de areia, custeado pelo poder municipal.

Segundo o Jornal NSC Total de 2 de janeiro de 2020, intitulado “Infográfico: Veja como será feito o alargamento da Praia Central de Balneário Camboriú”, o edital de licitação desta obra foi lançado em dezembro de 2019 para o projeto que prevê um aumento de 25 para 70 metros, em média, da largura da praia. O valor de referência da licitação é de 85 milhões de reais, a ser financiado através de um empréstimo do Banco do Brasil. Para pagar esse financiamento, a prefeitura fará uma nova operação de outorga onerosa, afrouxando os limites para construção civil em troca de pagamento de taxas para o município. Ou seja, o setor imobiliário ganhará duas vezes.

Esses dinâmica de modificação nas legislações pertinentes ao planejamento urbano em benefício do capital imobiliário é demonstrada por Bernardi (2017) na figura 25. Frente a isso, Garbe et al. (2017, p.114), resumem, com maestria, a situação de Balneário Camboriú. Para os autores, a cidade

[...] vem sendo desenhada por uma política de crescimento urbano sem equilíbrio, que se traduz estritamente pela lógica de mercado, tendo as grandes construtoras como protagonistas e o poder público conivente com tal postura, gerando assim, um crescimento insustentável na cidade de Balneário Camboriú, necessitando da intervenção do poder judiciário como forma de frear tal crescimento.

Figura 25: Cronologia das legislações pertinentes ao planejamento urbano da cidade de Balneário Camboriú

Década de 1950	1959 Primeira Edificação - Edifício Eliane	1960 Primeiro Edifício na Av. Atlântica - Edifício Punta Del Este	1970 Década de 1970	1974 Primeiro Plano Diretor - Lei 299	1980 Década de 1980	1982 LEI 579 Altera Plano Físico e Territorial	1990 Década de 1990	1991 Revitalização da Av. Atlântica	2000 Década de 2000	2002 LEI 2195 Altera a lei 1677/1997	2010 Década de 2010	2014 LEI 3681 Cria os índices ICON e ICAD	2016 Projeto de Lei complementar nº3	2006 LEI 2686 Revisão do Plano Diretor	2008 LEI 2794 Uso e Ocupação do Solo
----------------	---	--	------------------------	--	------------------------	---	------------------------	--	------------------------	---	------------------------	--	---	---	---

Fonte: Bernardi (2017, p. 52)

3.1.2.1. Planejamento e desenvolvimento desigual em outras escalas

Além de compreender o poder legislativo do Estado enquanto agente produtor do desenvolvimento urbano desigual, é importante perceber que legislações em outros níveis da federação também influenciam esse modelo de desenvolvimento.

De acordo com Theis e Butzke (2008), o planejamento urbano em nível estadual, em Santa Catarina, acentua essa desigualdade urbana, uma vez que os planos governamentais parecem considerar que o desenvolvimento econômico seria, por si só, responsável pelo social. Dessa forma, o Estado intensifica investimentos em áreas já desenvolvidas, contribuindo para a criação ou ampliação de um desenvolvimento geográfico desigual. Ainda segundo Theis, nas Associações de Municípios, as populações participam de forma muito timida nas tomadas de decisão administrativas sobre a cidade. Outro problema elencado por ele é a concentração de esforços na prestação de serviços, e não no planejamento sistêmico e de longo prazo.

Exemplo da deficiência sistêmica do planejamento é a ação dos Comitês de Gerenciamento de Bacias, que surgiram na década de 1990, através da Política Nacional de Recursos Hídricos. Esses têm como unidade a bacia hidrográfica e como objetivo a organização do processo de descentralização da gestão dos recursos naturais, elegendo prioridades locais e estabelecendo estratégias e diretrizes políticas. Contudo, o âmbito de atuação deles é restrito à bacia hidrográfica, não se estendendo ao desenvolvimento regional.

Dessa forma, o que ocorre é que o planejamento regional em Santa Catarina, de acordo com Theis e Mantovaneli Junior (2019), configura-se um instrumento eficaz a serviço da produção das desigualdades, que é condição para a reprodução ampliada do capital. Ou seja, por via das gestões eleitas, o planejamento acaba sendo instrumento voltado à reprodução do capital em detrimento de uma iniciativa apta a defender os interesses populares.

Conforme os autores, as Associações de Municípios efetivamente, criadas em meados dos anos 1960, contribuíram para fortalecer as regiões e reivindicar soluções para seus problemas junto ao governo estadual. A principal missão dessas associações tem sido integrar - administrativa, econômica e socialmente - os municípios que as compõem na busca de melhorias na geração de trabalho e renda, e na criação de consórcios intermunicipais.

Camboriú e Balneário Camboriú fazem parte da AMFRI (Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí). No entanto, entre os anos de 2012 e 2017, Balneário saiu da Associação. Edson Piriquito (PMDB), o prefeito à época, afirmou⁴⁴ que, enquanto encabeçasse a gestão municipal, Balneário ficaria fora da AMFRI. Os motivos determinantes seriam os gastos do município com a associação e a falta de apoio para assuntos de interesse do município.

Balneário Camboriú ficou, então, fora da Amfri durante os dois mandatos de Edson Piriquito. Segundo o jornal ClickRBS, Balneário teria encaminhado mais de um milhão de reais à AMFRI em 2011. Destaca-se ainda que o repasse dos 11 municípios participantes da entidade equivale a 1,5% do Fundo de Participação dos Municípios, além disso, os municípios também pagam um percentual sobre consórcios de que fazem parte. Nessa época, Balneário fazia parte dos consórcios de saúde e turismo.

Nota-se, portanto, que existe dificuldade para a integração regional em termos de políticas de planejamento. Para Balneário Camboriú prevalece a lógica municipalista. Sobre isso, Piatto e Polette (2012, p.86) afirmam:

A expansão das atividades turísticas, através de investimentos públicos e privados cada vez maiores e a atração da mão-de-obra que migra de várias regiões do Brasil para dar suporte à construção civil, complementam os fatores que levam o município de Balneário Camboriú ao rápido crescimento urbano e à artificialização da paisagem natural num curto espaço de tempo. Tal crescimento gerou problemas de infra-estrutura e planejamento, além de um processo acelerado de verticalização.

A Constituição Federal de 1988 gerou a valorização dos processos de planejamento urbano, por meio da política pública municipal. Isso ocasionou conflitos em localidades cujos fenômenos espaciais não se limitavam às divisas político-administrativas. Nessas localidades, as atividades públicas de planejamento e gestão tornam-se limitadas e de governança restrita. De acordo com Zioni et al (2012, p.9):

O atual desenho das políticas urbanas brasileiras, vinculado às instâncias administrativas, acaba por omitir a dimensão multiescalar dos processos sociais. A Constituição Federal de 1988 valoriza o processo de planejamento urbano por meio da política pública municipal – agora definido como ente federativo. Embora determinadas questões urbanas tenham seu campo de disputa na esfera local-municipal, estas articulam-se com outras escalas de atuação e outras instâncias políticas.

⁴⁴ De acordo com o Jornal ClickRBS de 1 de março de 2012. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/itajai/2012/03/01/balneario-camboriu-pede-para-sair-da-amfri/>

Zione (2012) afirma também que o espaço urbano contemporâneo apresenta complexidade que não é contemplada por políticas públicas. Essas permanecem atreladas a um sistema administrativo baseado em níveis escalares isolados e acabam por omitir a multiescalaridade dos fenômenos urbanos, além de desconsiderar que os processos sociais produtores do espaço urbano também articulam-se em vários níveis. Exemplo disso é o arranjo populacional⁴⁵ Itajaí-Itapema, de que Balneário Camboriú e Camboriú fazem parte.

A integração econômica entre os municípios em estudo não acompanhou os limites administrativos, gerando problemas sociais e ambientais que extrapolam os limites municipais, ocasionando rápido crescimento populacional no município de Camboriú. Sendo assim, os limites políticos deveriam corresponder aos limites das ações dos atores sociais no espaço. Segundo Arrais (2008, p.86):

(...) A integração econômica tornou os problemas (degradação ambiental, falta de saneamento básico, desemprego, carência de infra-estrutura urbana, etc.) mais visíveis. É o fato político, a necessidade de reconhecer/estimular respostas para além da escala municipal, que justificaria, teoricamente, falar em “cidaderegião”.

Assim, apesar de Balneário Camboriú ter-se separado administrativamente de Camboriú, os limites estabelecidos não acompanharam as complexas e dinâmicas interações dos atores sociais nesses espaços. A interdependência entre os municípios se estabeleceu de forma desigual⁴⁶ e combinada com diferentes hierarquias de poder⁴⁷. Dessa forma, os problemas socioambientais gerados por essas interações não são analisados na escala adequada, sendo, na maioria das vezes, vistos exclusivamente dentro da escala do município.

Assim, pela interligação existente entre os municípios, as decisões político-econômicas de um acabam gerando efeitos no outro, ou seja, as legislações municipais, por mais que sirvam aos limites administrativos, geram efeitos que são sentidos em ambos os municípios.

⁴⁵ Esse arranjo populacional de localização litorânea, voltado para atividades turísticas e de veraneio, constitui um modelo em que as áreas urbanizadas são contíguas ou muito próximas umas das outras e acompanham a orla marítima.

⁴⁶ Desigualdades político-econômicas

⁴⁷ O espaço tem diferentes níveis, formando um espaço organizado e hierarquizado

Para que possa existir equidade e autonomia, a reorganização⁴⁸ das hierarquias escalares⁴⁹ é uma possível estratégia. A superação de uma linguagem monodimensional da escala⁵⁰ é necessária para que sejam criadas respostas mais adequadas aos problemas sociais do espaço urbano. Mudanças verdadeiras devem incorporar os variados processos de mutações urbanas e suas diferentes escalas. Conforme Arrais (2008, p.38), “assim, quando pensamos em escala, estamos nos referindo à escala de ação, o que implica dizer que seu limite corresponde aos limites das ações dos diversos atores sociais no espaço urbano-regional”. Em adição, expressa Harvey (2006, p. 299):

Sugiro que vejamos os conhecimentos construídos mais a partir de complexas ecologias entrelaçadas, constituídas por processos e partes distintivas que se alimentam dinamicamente, umas às outras de maneiras que com frequência envolvem confusões e contradições. [...] há um número abundante de interações, interdependências, diferenças e não poucos contenciosos e conflitos.

3.1.3. Formulando Discursos

Uma outra forma de atuação do Estado é a formulação de discursos. Mecanismo este que é capaz, dentre outras consequências, de ser promotor de interferências desiguais no território. A formulação de discursos muitas vezes ocorre em associação com os interesses do capital utilizando-se de um elemento essencial: a mídia. Sobre o tema, relatam Oliveira et al. (2008, p.89):

O uso da imagem de uma cidade pode se dar como “estratégia urbana” em eventuais “candidaturas” das cidades na competição por representatividade turística: exposições, programas de regeneração urbana de áreas centrais prevendo equipamentos culturais em complementaridade com outras cidades, competição por pólos de desenvolvimentos tecnológico, científico e de comunicações, acessibilidade, relações trabalhistas, tradição laboral, marketing político, calendários eleitorais, etc. Esta estratégia urbana, em algumas situações, pouco tem a ver com os interesses de gerar efetivos

⁴⁸ A reorganização das hierarquias escalares é uma estratégia de lutas sociais por ganho de poder, em que alguns agentes podem se sobressair sobre outros, criando geografias de inclusão e exclusão.

⁴⁹ O conceito de Hierarquias escalares pode ser entendido como a articulação das escalas com outras escalas de forma a formar uma hierarquia.

⁵⁰ Entender que as escalas estão em constante transformação, ou seja, que a diferenciação escalar entre unidades geográficas são arenas e produtos produzidos, são maleáveis das relações político-econômicas.

hábitos de ação social, mas sim de aproveitar a imagem de cidade para ser estampado mundo afora, através de agências de viagens, com a pretensão de obter visibilidade do espaço turístico e de negócios e, consequentemente, atrair investimentos e divisas (notadamente através do fluxo turístico).

No recorte estudado, o processo de formulação e utilização de discursos na produção do espaço urbano passou a ocorrer especialmente a partir de 1952, quando iniciou-se a grande divulgação do município como lugar de consumo turístico. Duas décadas depois, nos anos 1970, esse discurso foi alterado para consumo do próprio lugar, o que levou à comercialização de edifícios e divulgação do setor imobiliário. O fato pode ser observado no desfile de 7 de setembro, do início da década de 1970 (figura 01, introdução), narrado por Souza (2016, p.94):

Alunos do Colégio Municipal João Goulart, ao invés de carregarem bandeiras ou cartazes alusivos à pátria, ostentavam placas de propaganda das construtoras. As crianças, justamente aquelas que representam o futuro da cidade, marchavam rumo a um suposto progresso, simbolizado pelos edifícios. A marcha dos estudantes indicava a direção que a cidade estava tomando: o futuro de Balneário Camboriú estava sendo anunciado.

Lembra-se que em 1952, o Álbum Descritivo Fotográfico de Camboriú foi lançado com o objetivo de atrair visitantes para a praia. O material continha fotografias da praia, informações sobre as infraestrutura, localização, clima e esportes. Era um guia e um meio de divulgação turístico. O álbum, vendido a 20 cruzeiros, continha a seguinte afirmação: “Neste Álbum não se inclui matéria paga. Todas as indicações de hotéis e empresas de transportes terrestres e aéreos foram feitas gratuitamente, a título de informação turística”. O documento consistia, possivelmente, na primeira divulgação, pelo Estado, da Praia de Camboriú como ponto turístico.

Um dos primeiros slogans representativos da cidade foi “Praia Presidencial”. O presidente João Goulart, que possuía residência na praia de Camboriú (figura 26), participou de uma reportagem para a Revista do Sul, em que enfatizava as qualidades turísticas da Praia de Camboriú. Com isso, a campanha propagandista da praia passou a denominá-la “Praia Presidencial”. Posteriormente, o slogan foi modificado para “Copacabana do Sul” (figura 27), depois “Maravilha do Atlântico”, “Dubay da América do Sul”, chegando ao mais atual: “Balneário Camboriú, seu melhor lugar”.

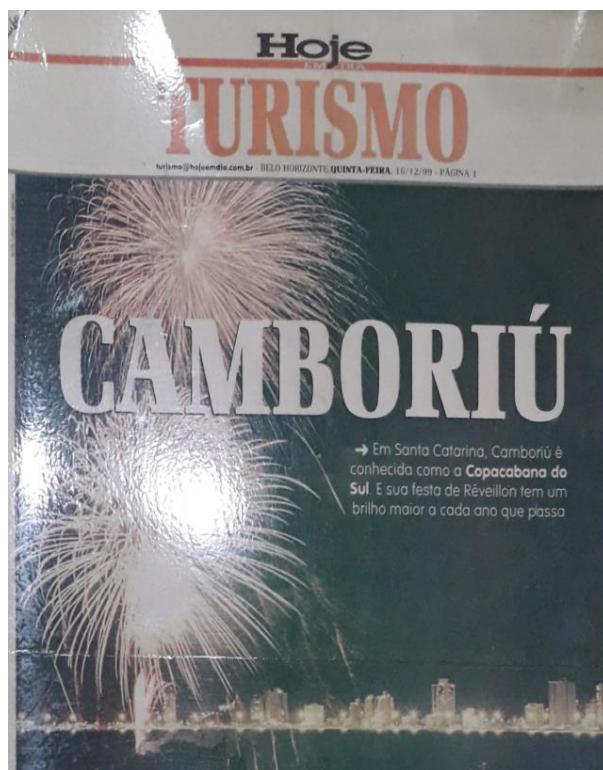
Figura 26: Residência do Presidente Jango em Balneário Camboriú



Fonte: Arquivo Histórico de Balneário Camboriú

João Goulart, como representante do Estado, atuou tanto através de discursos quanto trazendo infraestruturas para o capital turístico. Além dele, houveram outros atores do Estado, de alta hierarquia, fomentando discursos a favor do capital, estes ligados ao capital imobiliário. Tem-se como exemplo o anúncio do Edifício Imperador (o mais alto do estado de Santa Catarina), na Avenida Atlântica, cuja inauguração contou com a presença da Miss Brasil de 1975 e com o próprio governador do estado.

Figura 27: Camboriú a Copacabana do Sul

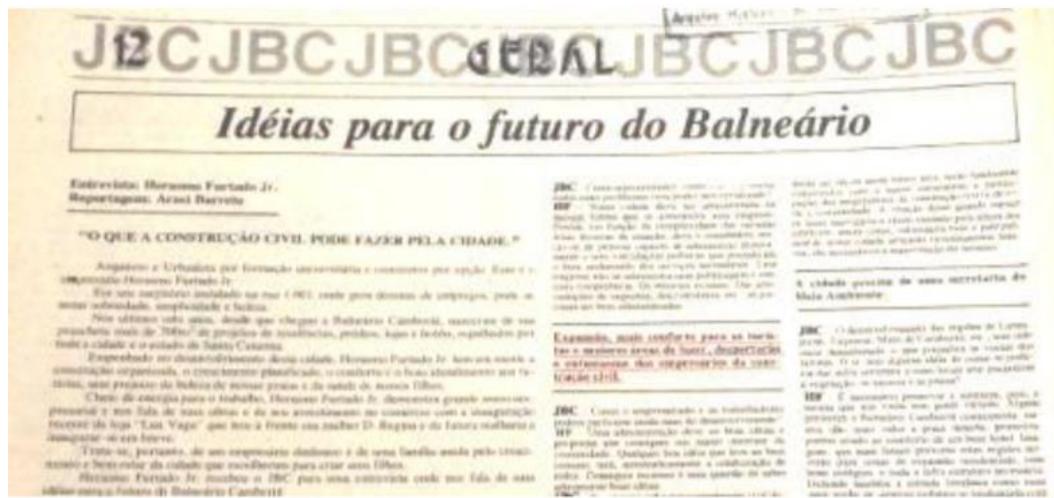


Fonte: SECTUR BC

Entre 1880 e 1990, de acordo com Bernardi (2017), os países vizinhos ao Brasil foram os principais focos de direcionamento das propagandas turísticas, principalmente a Argentina. Como resultado, os turistas argentinos foram os estrangeiros que visitaram em maior número a cidade. Essa atração de turismo argentino permanece até os dias atuais. Nesse cenário, em 2019, a Secretaria do Turismo e Desenvolvimento Econômico de Balneário Camboriú lançou, em Buenos Aires, na Feira Internacional do Turismo, um novo vídeo promocional da cidade de Balneário Camboriú, enfatizando os equipamentos turísticos, a gastronomia, a natureza e as praias.

Em 1988, conta Bernardi (2017), os veículos de imprensa da época contribuíram para a expansão da influência política e econômica do setor imobiliário e da construção civil. O jornal JBC, por exemplo, trouxe estampada a manchete “Ideias para o futuro do Balneário”, lançando, no ensejo, o texto intitulado “O que a construção civil pode fazer pela cidade.”. Conforme se verifica, a veiculação de notícias sobre um futuro melhor era ligada aos ganhos econômicos da construção civil.

Figura 28: Reportagem sobre as ideias para o futuro do Balneário



Fonte: Bernardi (2017, p.65)

Um fato interessante a ser destacado é que a secretaria responsável pelo turismo em Balneário Camboriú, se chama Secretaria do Turismo e Desenvolvimento Econômico, o que evidencia a importância do setor para a economia do município. Tanto que o município de Balneário, conforme, Maria (2008, p.35), foi considerado pelo Ministério do Turismo como um dos 65 destinos indutores de desenvolvimento

turístico⁵¹, sendo um dos 65 municípios priorizados para receber investimentos técnicos e financeiros do governo federal, através de programas de desenvolvimento nas áreas de planejamento, gestão e estruturação dos segmentos turísticos. O requisito para a seleção era a capacidade de atrair e distribuir expressivo número de turistas e de desenvolver a economia.

No vídeo promocional de Balneário Camboriú, disponível na página do Sectur⁵², se pode observar a grande quantidade de prêmios conquistados pela cidade relacionados ao turismo: 4º melhor IDH do Brasil, 2º melhor IDH de Santa Catarina, cidade mais segura do sul do país, quatro milhões de visitantes por ano, mais de mil lojas, comércio durante todo o ano, etc. Outra importante premiação foi a conquista, pela Secretaria de Turismo, em 2006, da terceira posição no Prêmio Catarinense de Propaganda, realizado pelo Sindicato de Agências de Propaganda do Estado de Santa Catarina.

Figura 29: Premiações de Balneário Camboriú



Fonte: SECTUR (2020)

Outro fator interessante diz respeito às imagens propagadas da cidade, as quais não são necessariamente singulares, uma vez que outras cidades com

⁵¹ Em 2007, foi iniciado o Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Em 2010, passou a ser denominado Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

⁵² Disponível em: <https://www.secturbc.com.br/turismo/pt-br/home>

características semelhantes vendem imagens parecidas. Em muitos aspectos, se pode perceber a similaridade das imagens vendidas de Florianópolis com as de Balneário Camboriú, baseadas na venda e no consumo do prazer, que favorece a expansão de serviços relacionados ao turismo e ao setor terciário (LENZI, 2010).

Lenzi (2010, p. 10) observa que a criação de uma imagem vendável da cidade envolveu a escolha de uma imagem hegemônica, ou seja, lugares pontuais são utilizados para representar a totalidade urbana. No caso de Balneário Camboriú, esse lugar é a orla da praia central:

[...] existem espaços símbolos dentro da cidade que desfrutam do privilégio de serem divulgados pela publicidade. Ou seja, há uma seleção de partes da cidade a serem mostradas em guias turísticos, em capas de revista ou em matérias de jornais. Fato comum e próprio da mensagem comercial, que só expõe as vantagens de seu produto.

Os discursos divulgados pela mídia a fim de atrair investidores, turistas e moradores são muito parecidos em muitas cidades. Esse marketing turístico é útil ao mercado imobiliário, que tem como produto partes da cidade, pois, o turismo, como uma atividade econômica, encara o espaço como produto e, para isso, utiliza-se de imagens dos lugares para promover seu desenvolvimento.

A imagem vendida consiste, com efeito, naquilo que se almejaria que a cidade fosse, não no que ela de fato é, ou seja, veicula-se o que se deseja alcançar, gerando comparações da cidade com outros lugares, o que se verifica, por exemplo, quando Balneário Camboriú é comparada com Dubai, enfatizando a relação da cidade com o mercado imobiliário e, ao mesmo tempo, buscando denotar que a cidade é turística e tecnológica.

Outro fator interessante dessa midiatização da imagem urbana de Balneário Camboriú é que ela se dá, sobremaneira, pela utilização de imagens aéreas (figura 29), como apontam Oliveira et al. (2008). Essas imagens induzem à monumentalização da cidade, somente apresentada pelas mídias, pois poucos conseguem visualizá-la a partir de tais ângulos.

Essa monumentalização captada é motivo de orgulho para alguns, residentes e turistas, que exaltam a verticalidade excessivamente ressaltada na paisagem edificada, “resultante de uma estratégia urbana apoiada na lógica da especulação imobiliária, tem operado também como a identidade do lugar”. Dessa forma, para Schroeder et al. (2019, p. 6)

Temos então de um lado o Estado, que segundo argumenta Villaça (1998), atua através da legislação urbanística, sendo esta feita pela e para as burguesias, e do zoneamento, que é elaborado tendo em vista soluções para os problemas de classe média e alta, atendendo apenas aos padrões urbanísticos destas classes. Do outro lado temos o mercado imobiliário que, através da lógica capitalista, não vende o produto de acordo com seu valor real (uso), e sim pelo lucro. Em Balneário Camboriú não é diferente, surge uma tendência, tanto do poder público quanto do mercado imobiliário, representados muitas vezes pela mesma figura, de incentivar, através da legislação e do marketing, a utilização da área central da cidade apenas para um público específico, privilegiado.

Com essa argumentação é possível perceber que o poder público opera a legislação e o marketing utilizando a área central da cidade como identidade do lugar, a especulação imobiliária dessa área é a imagem da cidade, buscando atrair um público privilegiado.

No site *Visite Balneário Camboriú*, na parte “a cidade”, há um texto contando um pouco sobre o município, nele podemos encontrar alguns elementos que chamam a atenção para essa formulação de discursos que vinculam a imagem da cidade diretamente ao mercado imobiliário. Nessa perspectiva, o mencionado escrito destaca a finalização do maior prédio residencial da América Latina e comenta sobre o fato de a cidade dispor de um dos metros quadrados mais caros do sul do Brasil, destacando, no ensejo, a construção civil e a “grandiosidade” vista por toda a beira mar, que, segundo o texto, dá à cidade ar de grande metrópole.

Figura 30: Imagem de Sobrevoo Utilizada para Representar a Monumentalidade da Cidade



Fonte: SECTUR (2020)

A cidade é planejada adotando pressupostos do *city marketing*⁵³, alinhando políticas públicas com interesses do capital imobiliário e transformando a especulação imobiliária em uma forma de identidade. Podemos perceber, com isso, que os discursos formulados por parte do Estado atuam de forma a reforçar os interesses do capital imobiliário.

3.2. Um Estado para o Capital?

Segundo Lefebvre (1976), a cidade pré-capitalista revelava-se mais como uma obra do que como um produto, uma vez que nem a cidade nem a terra eram consideradas mercadoria. As cidades antigas e medievais eram o lócus de produção de conhecimento, técnicas e obras, ou seja, as relações sociais davam-se mais em função de um valor de uso do que de troca. Nesse contexto, classes ricas justificavam seu privilégio ante a comunidade através de rituais festivos, embelezamentos, palácios ornamentados, etc. - não com o objetivo de valorização monetária, mas com fins angariar prestígio.

Na cidade capitalista, o sentimento de pertencimento à cidade, anteriormente comum a todas as classes, foi sendo suplantado. O espaço urbano, construído primordialmente como *valor de uso*, passou a ter o *valor de troca*, passando-se a viver intensamente a contradição entre esses valores. Nesse cenário, o espaço urbano é produzido e reproduzido a partir das relações espaciais conflituosas entre três grandes agentes: o Estado, os trabalhadores e o capital.

Desta forma o Estado acaba tornando-se um agente ativo da segregação socioespacial. Fragmenta a cidade através da distribuição desigual de infraestrutura e serviços. Aproveitando-se dessa lógica, o capital imobiliário desponta. Em Balneário Camboriú, a situação não é diferente. Bernardi (2017) aponta que a urbanização e o planejamento urbano da cidade sempre estiveram ligados a relação íntima entre construção civil e administração pública municipal.

⁵³ As políticas públicas, por influência do capitalismo, atuam de forma a valorizar as características mais relevantes do município. O City Marketing, conforme Voogd e Ashworth é definido como a percepção das vantagens da obtenção de investimentos privados e a preparação de estruturas de parceria para alcançá-los.

O Estado fomenta a produção, distribuição e administração da maioria dos meios de consumo coletivos⁵⁴. Ele interfere na localização de infraestruturas e dos objetos⁵⁵ que, por sua vez, geram a valorização do espaço urbano. Além disso, tem uma forte atuação reguladora no âmbito do planejamento urbano.

Maricato (2002) investiga a história do planejamento urbano no Brasil e evidencia que esta é marcada pela diferenciação entre retórica e prática. Processo em que os direitos universais e a normatividade cidadã dos textos se contrapõem às discriminações e desigualdades apresentadas na gestão urbana. Em última análise, o planejamento urbano brasileiro modernista/funcionalista contribuiu para dominação ideológica do capital, fomentando a especulação imobiliária.

Os Planos Diretores, especialmente os pós-Estatuto da Cidade, são documentos de grande qualidade, mas que dependem da aprovação das Câmaras Municipais e da gestão e execução das Secretarias de Planejamento, que não raramente respondem aos interesses das elites locais. Diante desse histórico de atuação seletiva do Estado, a autora afirma que a ocupação ilegal da terra é parte do modelo de desenvolvimento urbano no Brasil. A ilegalidade na provisão de grande parte das moradias urbanas é essencial para a manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho e do clientelismo político-eleitoral, como também para a existência de um mercado imobiliário especulativo.

Na ausência da regulação do Estado, os conflitos territoriais urbanos entre o capital e o trabalho se acentuam. De um lado, os trabalhadores lutam pela cidade enquanto valor de uso, buscando nela condições básicas de moradia, transporte, lazer e vida comunitária; de outro, os agentes do capital, cuja atuação objetiva o lucro, utilizam a cidade como objeto de extração de ganhos. Tal dinâmica fez com que Camboriú passasse, hoje, a servir à habitação dos trabalhadores, enquanto Balneário Camboriú serve aos agentes do capital, buscando extraír ao máximo os ganhos.

O elevado custo de vida de Balneário trouxe a segregação socioespacial e, consequentemente, o crescimento da área urbana de Camboriú, transformando a relação entre as duas cidades na seguinte dicotomia: município polo e município

⁵⁴ Objetos urbanos inerentes ao processo de produção do espaço urbano, tomados na dimensão da coletividade.

⁵⁵ Os equipamentos e os serviços urbanos.

dormitório. Maricato (2002) aponta a valorização imobiliária, incitada pelo capital e permitida pelo Estado, como base para a segregação socioespacial e para a carência habitacional. A especulação imobiliária nas cidades aumenta o preço do solo e faz com que a população mais pobre ocupe áreas mais afastadas, sem infraestrutura, ou se aventure em habitar áreas de risco. Exatamente o que ocorreu em Camboriú.

Bernardi (2017), traz alguns apontamentos interessantes sobre a especulação imobiliária em Balneário Camboriú, segundo a autora os imóveis localizados na Avenida Atlântica de Balneário Camboriú tiveram suas exclusividades garantidas pelos investimentos públicos e privados, sendo que os melhoramentos urbanos custeados pelo poder público dão à cidade um maior potencial de investimentos imobiliários. Outro fator interessante é que em razão dos limites geográficos da cidade, as construtoras passaram a investir em imóveis de alto padrão e a explorar, ao máximo, os limites geográficos da orla, expandindo sua ocupação por áreas ambientalmente frágeis, como as pontas norte e sul, adentrando margens de rios e a mata atlântica nativa das encostas. Com isso é possível perceber que o valor de troca, cada vez maior, com sua aliança com o Estado, consegue transformar o espaço e as legislações ambientais e urbanísticas de acordo com seus anseios – onde o Plano Diretor e outras legislações municipais se sobrepõem a legislações federais - favorecendo seu mercado e aumentando as desigualdades socioambientais.

O encarecimento dos terrenos à beira mar iniciou na década de 50, o que teve como consequência a expulsão dos pescadores da Praia Central. Como é possível perceber no relato do pescador Manoel Germano, disponível no Álbum Descritivo Fotográfico de Camboriú de 1952, que demonstra os efeitos que essas infraestruturas para o turismo geraram para a população local. Segundo ele, a partir da instalação dos hotéis, os terrenos começaram a encarecer e a “pobreza foi procurando os morros”.

A partir da década de 1950, devido à decadência da cultura cafeeira, em razão das adversidades climáticas, como geadas e alagamentos, Camboriú passou a investir na praia, garantindo a consolidação do mercado turístico e imobiliário. Havia infraestruturas como a central telefônica automática, ligada à rede telefônica geral do estado, e as linhas de ônibus – frisa-se, aliás, que tais infraestruturas (meios de transporte e comunicação) são consideradas essenciais para a reprodução do capital. Além disso, havia diversos atrativos, como hotéis, boates, restaurantes e posto de

gasolina. No final dessa década, de 50, a praia já era mais desenvolvida que o município, o que levou à instauração da ideia de divisão do município. Segundo Harvey (2006, p. 238), investimentos como os que ocorreram na praia geram desenvolvimentos geográficos desiguais:

Os investimentos em infra-estruturas sempre geram distorções geográficas e desenvolvimentos geográficos desiguais, e estes atraem ainda mais desenvolvimento, como parte da sinergia que advém inevitavelmente quando as atividades do livre mercado se envolvem na produção do espaço.

Assim, em 1964, a praia já correspondia a mais de 42% do orçamento do município, ou seja, os investimentos acabaram atraindo cada vez mais investimentos. Camboriú não queria perder sua principal fonte econômica, mas, sob o pretexto do crescimento da indústria da construção civil, os praianos conseguiram cooptar um vereador⁵⁶ e acabaram conquistando a aprovação da divisão⁵⁷.

Antes da emancipação, as ações da prefeitura em relação à praia eram poucas e muitas das transformações se deram por conta da iniciativa privada. Entretanto, a partir da emancipação, o Estado, por meio de suas diferentes escalas (municipal, estadual e federal), buscou garantir, cada vez mais, os interesses econômicos dos capitais turísticos e imobiliários. Com essa garantia de investimentos buscando suprir os interesses do capital, o que ocorre é a produção de desigualdades geográficas, como explica Harvey.

A concentração de recursos, principalmente públicos, no espaço produz uma espiral de desigualdades geográficas em todas as escalas. E tudo isso no interesse da preservação das fontes político-econômicas do poder do Estado que garantem o funcionamento dos livre mercados. (Harvey, 2006, p. 238)

A união do capital turístico e imobiliário com o Estado é nítida desde a divisão do município: o vereador citado acima deu seu voto justamente por ser gerente da Votorantim e, consequentemente, por beneficiar-se com a possibilidade de crescimento do setor imobiliário. Assim, Balneário Camboriú foi, desde sua criação, um terreno propício para que o setor imobiliário se aproveitasse do Estado, que buscou valorização dos setores turísticos e imobiliários, concentrando seus recursos na colaboração para a expansão desses setores.

Dessa forma, vê-se que

⁵⁶ Leonel Pereira, gerente da empresa Votorantim, foi cooptado pela ideia do crescimento da indústria da construção civil, grande cliente da sua empresa. (CORRÊA, 2019)

⁵⁷ Aldo Novaes apresenta projeto de lei emancipação.

[os] jogos geopolíticos de poder entre nações-Estado (ou outras unidades territoriais), por exemplo, se interligam com a posição no mercado numa estrutura mutável de relações espaciais que privilegia, por sua vez, certas localizações e certos territórios para a acumulação capitalista. (HARVEY, 2006, p.51)

A liberdade que o mercado imobiliário passou a ter, assegurada pela sua conexão com o Estado, transformou Balneário Camboriú na cidade que conhecemos hoje. Os melhoramentos urbanos que vêm sendo custeados pelo poder público dão a Balneário um maior potencial de investimentos imobiliários. Os interesses do Capital são transformados, então, em interesses do Estado - isso ocorre porque o planejamento urbano da cidade funciona de acordo com as relações estabelecidas entre a construção civil e a administração pública municipal.

Após a separação dos municípios, Balneário Camboriú, que ficou com o território que, na época, já gerava o maior rendimento, continuou se desenvolvendo. Já Camboriú, como se a perda do litoral não fosse o bastante, sofreu com a queda do modelo mini fundiário e com o esgotamento das jazidas de mármore, o que fez com que as oportunidades de trabalho em Camboriú diminuíssem drasticamente.

Balneário Camboriú desenvolveu-se e atraiu capital, enquanto Camboriú passou a servir como fornecedor de mão de obra para a construção civil e para a manutenção dos investimentos imobiliários de Balneário. Nesse sentido, concorda-se com Harvey (2006, p.329) quando afirma que a “necessidade capitalistamente imposta que reduz as oportunidades de vida num dado lugar a fim de incrementá-las em outro”. Gerando profundas contradições no espaço urbano, na qual a política pública em parceria com a iniciativa privada produz espaços destinados a reprodução do capital em detrimento do uso pela população mais pobre.

A União do Capital turístico e imobiliário com o Estado, em Balneário Camboriú, parece existir desde o momento da criação do município. Essa união vem resultando, ao longo dos anos, em desigualdades e segregação socioespacial. Em Balneário Camboriú, as atividades turística e imobiliária tornaram-se a bandeira do desenvolvimento econômico municipal, levando à implantação de políticas, ações e intervenções desiguais no território por parte do Estado, responsável por prover infraestruturas para o capital.

3.3. Relações não republicanas

Ao compreender a estreita relação, historicamente mantida entre Estado e capital em Balneário Camboriú, é possível argumentar que, no estado capitalista torna-se usual o comportamento do Estado no sentido de prover condições para a reprodução do capital.

Essa dinâmica gera um questionamento ético em relação a como o capital é capaz de se infiltrar no Estado, aproveitando-se da aparelhagem pública para seu benefício. Nos municípios objeto deste estudo, o Estado vem atuando como habilitador dos interesses econômicos do setor imobiliário, tanto através da regulação pelo poder legislativo como através da força do lobby da construção civil na Câmara Municipal, além da inserção do setor no Poder executivo da cidade. Nota-se que

[...] ao longo dos anos, os agentes da construção civil foram —tomando posse daquilo que é público, ou seja, a tomada de decisão e de prioridades dos governos municipais (ou até mesmo estaduais). Ano a ano, priorizaram investimentos e infraestrutura para garantir o bom desenvolvimento do mercado da construção civil na cidade, sempre com a justificativa econômica, de que a construção civil garante os empregos da cidade, e as edificações megalomaníacas atraem turistas e investidores. (BERNARDI, 2017, p.105)

Flores (2015) traz uma visão crítica sobre o crescimento de Balneário Camboriú, dada a união entre as forças Estado e Capital (em especial o imobiliário), que acaba por enfraquecer o social. Nessa conjuntura, os agentes do capital interferem e adentram a política para favorecer seus meios.

O seu Plano Diretor não planeja, não controla, não direciona, apenas regulamenta os anseios do mercado imobiliário e institucionaliza o metabolismo do capital. Este metabolismo, baseado na acumulação pela acumulação e produção pela produção, no caso de Balneário Camboriú, é muito bem representado pela dinâmica do mercado imobiliário local, cuja produção desenfreada de torres de apartamentos está longe de atingir a necessidades sociais, tendo como propósito apenas atividades especulativas e consumidores altamente capitalizados, ao explorar economicamente a área mais valorizada da cidade, a orla da Praia Central, onde se localiza o seu maior e único espaço público. (FLORES, 2015, p.02)

Um bom exemplo dessa fusão é apontado por Flores (2015): o ex-Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentaria de Balneário Camboriú, também empresário e proprietário de uma construtora, foi presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON) entre 2007 e 2015. Foi nomeado membro do Conselho Municipal da elaboração do Plano Diretor do Município em 2006, período em que ocorria o processo de revisão. Mesmo sendo uma figura privada, ele teve

grande influência no processo “participativo” e, justamente por sua atuação expressiva, foi nomeado, um ano depois, Secretário do Planejamento. Enquanto ativo na secretaria, assumiu a vice-presidência do SINDUSCON e se tornou membro do Conselho da Cidade, oscilando entre poder político público e poder econômico privado na representação da construção civil.

O relato acima é, pois, um exemplo nítido das relações entre Estado e Capital, uma vez que evidencia a união entre o público e o privado, demonstrando que a urbanização e o planejamento urbano de Balneário Camboriú sempre estiveram ligados a relações contínuas entre a construção civil e a administração pública municipal. Ou seja, o poder regulatório do Estado funciona a favor do capital imobiliário, garantindo sua expansão, inclusive sobre áreas ecologicamente sensíveis.

Outro fator curioso, que repetiu-se década a década, foram as constantes legislações para regularizar aquilo que era irregular, ou seja, uma espécie de mão do Estado protegendo o Mercado. Tratando-se deste assunto, muitas vezes, não sabia se era o Mercado que estava sendo protegido pelo Estado, ou ele mesmo era o próprio Estado, uma vez que os agentes do capital imobiliário eram os mesmos agentes do Estado. (Bernardi, 2017, p.106)

Souza (2016) traz outro caso que evidencia essa relação. De acordo com a autora, o Jornal página 3 de 21 de janeiro de 2006 na página 5, trouxe uma notícia intitulada *Promotores investirão contra mudanças no Plano Diretor*, a qual mencionava que, durante o mês de dezembro de 2005, vereadores teriam aprovado rapidamente propostas de alteração no Plano Diretor que favoreceriam o mercado imobiliário, tais como o aumento da ocupação da Barra Sul e a regularização de obras até então irregulares, privilegiando proprietários de terrenos daquela região. Alguns desses proprietários eram, inclusive, vereadores envolvidos na discussão, que obteriam lucro com as modificações caso o Ministério Público não tivesse barrado as propostas, sob o fundamento de que não houve discussão com a comunidade. Mesmo assim, em 2006, com a publicação do novo Plano Diretor, as emendas foram aprovadas.

Conforme Souza (2016), houve participação popular na audiência para esse Plano Diretor, tendo comparecido mais de 400 pessoas, contudo, isso não foi suficiente perante a participação de atores do mercado imobiliário. Nessa ocasião, funcionários e pessoas ligadas às construtoras se infiltraram em três grupos de delegados: das entidades sindicais de trabalhadores, dos empresários e dos movimentos sociais e populares. Assim, uma construtora conseguiu, por exemplo, emplacar três delegados, outra dois. Como se não bastasse, a secretaria do sindicato

da categoria virou delegada, representando os trabalhadores. Com a aprovação, esse Plano Diretor impulsionou uma corrida para a construção do edifício mais alto, sendo que, em 2014, Balneário Camboriú já possuía cinco dos dez edifícios mais altos do país.

Em relação ao Conselho da Cidade - o órgão colegiado que reúne representantes do poder público e da sociedade civil, permanente e deliberativo, com atribuições de analisar, debater, deliberar e participar dos processos de elaboração e revisão do Plano Diretor de Balneário Camboriú, da Lei de Uso e Ocupação do Solo e de outras regulações urbanísticas, entre outras funções – podemos observar que, por mais que na teoria existam representantes de todos os segmentos (como representantes do poder executivo municipal, dos movimentos populares, dos trabalhadores, do segmento empresarial e de entidades acadêmicas), os agentes do capital se apropriam e subvertem esses mecanismos de participação social a seu favor, como comentado anteriormente.

Outro fato interessante é a grande a quantidade de agentes do Estado que são também agentes do Mercado Imobiliário. Ao observar, por exemplo, os nomes dos presidentes do SINDUSCON⁵⁸ e verificar a lista de prefeitos e vereadores de Balneário Camboriú, é possível constatar que, na gestão atual do SINDUSCON (2017-2020), o presidente é Nelson Edilberto Nitz, que foi vereador de Balneário Camboriú entre 2005 e 2008. Ainda a título de exemplo, Auri Pavoni foi Secretário do Planejamento e diretor do SINDUSCON. Além desses casos, pode-se observar agentes do Estado que, ao mesmo tempo, são agentes do capital imobiliário, por possuírem sociedade ou serem donos de empresas do ramo, por exemplo, Jone Antônio Moi, que assumiu a Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária em 2014, possui sociedade com 3 empresas, uma de corretagem no ramo de aluguel de imóveis, outra de construção de edifícios e a última de compra e venda de imóveis.

Essas relações, contudo, não são recentes. Higino Pio⁵⁹, que foi prefeito do Balneário em 1965, firmou-se como hoteleiro antes de entrar para a vida política. Além disso, foi dono da Imobiliária Maresol, junto a dois outros sócios. Já Domingos

⁵⁸ O SINDUSCON representa a indústria da construção civil em Balneário Camboriú. É formado por pequenos, médios e grandes construtores, além de outros profissionais cujas atividades estão ligadas ao setor, como comércio e prestação de serviços.

⁵⁹ Era amigo próximo do presidente da república, João Goulart. Foi preso sem qualquer motivo aparente e morto durante a ditadura militar.

Fonseca, que foi vice-prefeito de Balneário Camboriú em 1970, dedicava-se ao ramo da construção civil. Gilberto Américo Meirinho⁶⁰, que foi prefeito de Balneário Camboriú em 1973, foi também fundador da Reta Empreendimentos Imobiliários. Nelson Edilberto Nitz, empresário do ramo imobiliário e hoteleiro, foi vereador de 1982 a 1988 e, novamente, entre 2005 a 2008. Harold Schultz, que foi prefeito de Balneário Camboriú em 1983, era corretor de imóveis.

Os casos acima são apenas alguns exemplos que evidenciam a composição do Estado, na esfera municipal, por agentes que, além de representarem o poder público, também representam o capital imobiliário, possibilitando que os interesses desse Capital se transformem nos interesses⁶¹ do Estado. Assim, algumas vezes, como nos casos apresentados por Flores e Souza, esses agentes acabam atuando de forma não republicana, favorecendo seus negócios particulares, através do poder adquirido como atores do Estado.

Vê-se que, como afirma Flores (2015), em Balneário Camboriú o Estado em nível municipal, muitas vezes atua como cúmplice de um processo de urbanização corporativa em que o Plano Diretor não planeja, controla ou direciona, mas regulamenta e possibilita a realização do mercado imobiliário. A dinâmica do mercado imobiliário local, vista através de torres de apartamentos à beira mar, está longe de atingir necessidades sociais, mas tem como propósito atrair consumidores altamente capitalizados e servir para especulação.

Os conselhos municipais, que servem para o encontro da sociedade civil com o poder público, permitem o debate sobre políticas públicas. Embora tenham, em sua composição, representantes da sociedade civil, esses conselhos não conseguem desfazer a aliança entre Estado e mercado imobiliário, pois funcionários e pessoas ligadas às construtoras conseguem se infiltrar nos grupos de delegados. Assim, o conselho não serve como uma esfera de resistência, ao contrário, apenas assina embaixo das propostas do Estado e do Capital Imobiliário.

A resistência pode ser verificada em alguns grupos criados a partir de movimentos de preservação ambiental, como o grupo Salve a Rainha, criado em

⁶⁰ Contrariamente à relação de aliança do Estado na esfera municipal com o mercado imobiliário, durante a vigência do mandato de Gilberto Américo Meirinho, o rigor era tanto para o cumprimento dos códigos que apenas um edifício foi inaugurado naquele período.

⁶¹ Observar exemplo contrário.

2013, que visava parar uma obra na estrada da Rainha, ou ainda, mais recentemente, o movimento nas redes sociais que diz não à verticalização das praias agrestes. Quanto a esse último, conforme reportagem do Jornal NSC Total⁶², de 22 de janeiro de 2020, intitulada “Verticalização das praias agrestes de Balneário Camboriú volta à discussão”, a secretaria do meio ambiente de Balneário Camboriú afirmou que os novos parâmetros construtivos para as praias agrestes são mais restritivos e, além disso, são inspirados em três propostas diferentes: a da associação de moradores, a de uma empresa contratada por recomendação do Ministério Público e a que deriva do plebiscito. Porém, os moradores, contrários às mudanças, afirmam que as taxas de ocupação são mais permissivas que aquelas relativas ao período em que a APA⁶³ ainda não estava instituída, creditando isso ao Conselho Gestor, em que é muito forte a presença do mercado imobiliário e da indústria da construção civil.

Pelo exposto, assume-se que Balneário Camboriú testemunha, desde sua formação, a ligação do capital turístico e imobiliário com o Estado, impulsionando a especulação e, consequentemente, empurrando as classes menos favorecidas para o município de Camboriú. Com a divisão, estabeleceu-se uma relação em que Balneário Camboriú fica com o bônus e Camboriú com o ônus do desenvolvimento da primeiro município, estabelecendo uma relação de desenvolvimento desigual, combinada a uma situação de interdependência entre os municípios, como veremos melhor no próximo capítulo.

⁶² Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/dagmara-spautz/verticalizacao-das-praias-agrestes-de-balneario-camboriu-volta-a>

⁶³ Área de Preservação Ambiental

4. RELAÇÕES DESIGUAIS E INTERDEPENDENTES

Este capítulo realiza uma leitura do presente dos municípios objeto deste estudo. A primeira seção compreende breve revisão bibliográfica acerca do conceito de desenvolvimento geográfico desigual destacado no estudo da realidade urbana em questão. Foram analisados especialmente indicadores socioeconômicos de desigualdade e de interdependência entre os municípios.

A segunda parte do capítulo compreende análise dos aspectos urbanos que ressaltam a dinâmica interdependente entre Camboriú e Balneário Camboriú, tais como a relação de classes sociais com o trabalho, a segregação residencial, a questão da centralidade e a disposição das infraestruturas.

Os objetivos desse capítulo são: a identificação das relações mantidas entre os municípios mesmo - após 55 anos da divisão - e a análise de como essas relações resultam em segregação socioespacial e dependência agravadas por essa forma de desenvolvimento.

4.1. Desenvolvimento geográfico desigual: as transições do capital no espaço

Inicialmente, é preciso destacar que a teoria do desenvolvimento geográfico desigual, ou teoria do desenvolvimento desigual, difere da lei do desenvolvimento desigual. Segundo Theis (2009), o que distingue a lei da teoria, é que a lei, conforme formulação de Trotsky, se preocupa em explicar por que uma formação social periférica atrasada pode experimentar uma revolução política. Já a teoria busca captar a espacialidade do desenvolvimento desigual, isto é, a natureza geográfica da desigualdade socioeconômica. Portanto, a presente pesquisa tem como base a teoria, ao passo em que busca captar a espacialidade da diferenciação, destacando elementos que, através do investimento do Estado no território, foram capazes de ocasionar a desigualdade socioeconômica apresentada no capítulo anterior.

Theis (2009) explica ainda que a teoria não aborda a desigualdade em geral, mas a produzida pelo capitalismo resultante dos processos sociais cotidianos como a escolha de uma área urbana para investimentos ou mudança de gabarito. A competição capitalista por trás dessas relações tem grande importância no processo

de acumulação de capital e no desenvolvimento geográfico desigual. O aspecto fundamental da teoria do desenvolvimento geográfico desigual refere-se à organização espacialmente desigual da base produtiva ou dos setores mais dinâmicos da economia urbana.

Ainda Theis (2009) afirma que a teoria se inicia pela diferenciação do espaço geográfico: a concentração de setores da economia e gêneros da indústria em determinados lugares ou regiões forma uma divisão inter-regional de trabalho. De forma análoga a lei, essa divisão inter-regional de trabalho pode ser comparada a uma divisão internacional do trabalho, como uma divisão entre locais desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Esse é justamente o arranjo verificado na divisão administrativa entre Camboriú e Balneário Camboriú. Viu-se que, um município que dividido administrativamente teve, com isso, os setores ascendentes da economia concentrados em um dos municípios resultantes da divisão, enquanto o outro, mais decadente, transformou-se em espaço de recepção de trabalhadores que empregavam-se no município ascendente. Isso contribuiu a uma divisão inter-regional do trabalho.

No capítulo 2, dispôs-se sobre a formação e a separação entre os dois municípios e sobre o consequente aprofundamento de desigualdades entre elas. Devido às diferentes condições naturais e às conexões históricas dessas, surgiram disparidades que conferiram distintas proporções de desenvolvimento socioeconômico entre as duas. Viu-se ainda que a divisão trouxe a separação dos ramos de produção, o acúmulo de investimentos em um dos municípios e o aparecimento de um contexto desigual e interdependente, onde a dominação do capitalismo desenvolvido se combinou com o “atraso” de características agrárias.

Nesse sentido, Camboriú optou pelo colégio agrícola, gerando contradições fundamentais e servindo de base para o desenvolvimento desigual necessário ao capital e contrastando com Balneário Camboriú e sua acumulação de recursos especialmente ligados ao turismo e à especulação imobiliária.

Esse cenário exemplifica o modo como setor dinâmico da economia exerce uma força de sobredeterminação sobre os setores tradicionais. Lowy (1995) aponta que um primeiro esboço desse conceito aparece em passagem da Introdução à Crítica da Economia Política (1857) de Marx:

Em todas as formas de sociedade, é uma produção específica que determina todas as outras, são as relações engendradas por ela que atribuem a todas as outras o seu lugar e a sua importância. É uma luz universal onde são mergulhadas todas as outras cores e que as modifica no seio de sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda a existência que aí se manifesta". Neste texto não se trata de formas pertencentes a modos de produção diferentes, mas de ramos distintos da produção: a indústria e a agricultura, o capital e a renda fundiária (LOWY, 1995, p.73)

No recorte estudado, as formas tradicionais de economia (agricultura, pesca, extrativismo) contrastaram com as relações socioeconômicas impostas pelo capital turístico e imobiliário de uma forma que levou à divisão do antigo município. A economia tradicional modificou-se à medida em que os novos modelos foram incluídos, fazendo com que as novas economias passassem a determinar todas as outras relações, impactando, inclusive, o espaço.

O capital turístico litorâneo e seus novos atores sociais se sobrepunderam à antiga estrutura do lugar e transformaram o espaço de forma hegemônica. Camboriú se construiu a partir da economia agrícola, mas suas relações foram desestruturadas aos poucos com o desenvolvimento do capital turístico em Balneário. As transformações mais importantes no espaço urbano se deram para atender funcionalmente cada um desses modelos econômicos.

O capital agrícola predominava no interior do antigo município regendo seus processos sociais, no entanto, o capital turístico gerou tal inversão de valores que destruiu as relações anteriores gerando novas. Sobre o tema Lowy (1995) comenta a ocorrência de mudanças na forma das regiões econômicas. Segundo o autor, enquanto as atividades inicialmente dominantes dão lugar a novas, as inovações nos meios de comunicação e transportes auxiliam no processo de transformação dos espaços economicamente relevantes em irrelevantes.

Assim, observa-se que a melhoria viária promovida pela BR101 ocasionou justamente o aumento de fluxo rodoviário para a Praia, ao mesmo tempo em que gerou uma diminuição de fluxo em Camboriú. Com a sua inauguração, Balneário passou a receber cada vez mais turistas. Essas novas relações propiciaram ambiente favorável à mudança de economia: o capital imobiliário reproduziu-se pela sobreacumulação e remodelou todo o território de Balneário. Ou seja, a sobreacumulação tornou-se possível, em parte, devido à delimitação espacial gerada pela BR101.

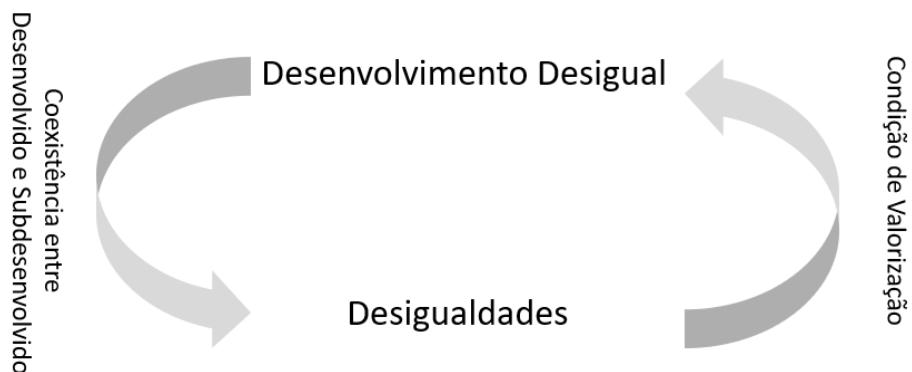
Infraestruturas como a BR101 são resultados da modernização, servem ao progresso tecnológico e à população. A modernização desigual, no entanto, aparelha o território com infraestruturas desiguais. Milton Santos, em *O espaço dividido*, explica que a realidade urbana dos países então chamados de “terceiro mundo” define-se pela coexistência de dois circuitos: o circuito superior e o inferior da economia⁶⁴.

O circuito superior tem ligação com o processo tecnológico e com parte da população que é capaz de usufruir dele. Já no circuito inferior localizam-se aqueles que não acessam tais benefícios. Esses circuitos expressam a divisão social em classes de maneira espacial. A diferenciação da qualidade das edificações e infraestruturas urbanas é representada por esses circuitos. Nessa dinâmica, o circuito superior é alimentado pelo inferior, o que gera dependência entre os sistema de fluxos e serviços: os indivíduos do circuito inferior vendem sua força de trabalho ao superior. Compreendendo o funcionamento desses circuitos, é legítimo apontar as consequências desse modelo de organização econômica entre os municípios, dentre elas: o aumento das dívidas sociais, a elevação do processo de urbanização e a concentração de renda.

Theis (2009) afirma que o desenvolvimento geográfico e desigual, além de gerar coexistência entre espaços desenvolvidos e pouco desenvolvidos, é condição para a constante valorização do capital, isto é, para o desenvolvimento capitalista. Em relação a realidade de Camboriú e Balneário, podemos perceber que além da visível diferenciação entre as infraestruturas dos dois municípios, o desenvolvimento desigual foi e é utilizado para perenizar essa valorização: define um mecanismo de retroalimentação (figura 31).

⁶⁴ Sistema de fluxos da economia urbana se dividem entre atividades do sistema superior e inferior cuja diferença fundamental está nas diferenças tecnológicas e de organização (tradicional *versus* moderno)

Figura 31: Processo de retroalimentação do Desenvolvimento Desigual



Fonte: Elaborado pela autora

Para Neil Smith (1988), o sistema capitalista produz o espaço de maneira desigual por meio da mobilidade do capital: gerando escassez num espaço, simultaneamente promove opulência em outro. Ao longo da história de Camboriú e Balneário, esse movimento pode ser observado nas mudanças modelo econômico, passando da atividade da pesca à agricultura, e do turismo ao setor imobiliário.

Essas mudanças moveram o lugar de produção do litoral para o interior e novamente para o litoral e foram responsáveis pela divisão de Camboriú, fatos que demonstram o que diz Valença (2006, p.185) sobre a capacidade do capital de transformar a cidade em função da sua própria funcionalidade:

O capital constrói, destrói e reconstrói a cidade a sua semelhança. A cidade, assim, transforma-se constantemente em função dessa funcionalidade. Mais do que isso, transformar a cidade é uma necessidade mesma de reprodução do capital em momentos de sobreacumulação.

Assim, é interessante perceber que as cidades se modificam em função de um novo capital ascendente. No entanto, em Camboriú o impacto do novo capital, atuando de forma conjunta com o Estado, foi capaz de dividir o município em dois, construindo um espaço próprio a sua funcionalidade. O autor comenta que essa funcionalidade não necessariamente traz qualidade de vida para os habitantes da cidade, uma vez que serve ao capital atuante e produz desigualdades no espaço construído, para ele,

“a forma do rebatimento dessa desigualdade no espaço construído da cidade, portanto, depende de como este pode favorecer a acumulação do capital e tem sua geografia própria estabelecida ao longo do tempo. Porém, a cidade

é, em diferentes formatos e intensidades, desigual, abrigando seletivamente ricos e pobres". (VALENÇA, 2006, p.185)

Assim, a desigualdade que molda a cidade, criando o ambiente das classes abastadas e o dos mais pobres. No caso deste trabalho, a escala de observação permite que se veja como as desigualdades internas e as inter-regionais se sobrepõem.

4.2. Escalas espaciais de expressão da desigualdade

Segundo Smith (1988), o padrão desigual de desenvolvimento do espaço é produto específico da dinâmica contraditória da produção do espaço sob o capitalismo. Ou seja, a produção espacial capitalista é desigual. Conforme Harvey (2006, p. 233):

A acumulação do capital fundada no livre mercado, em sua incidência sobre um variegado terreno geográfico de dotações de recursos, histórias culturais, possibilidades de comunicação, quantidades e qualidades de trabalho (terreno geográfico que é cada vez mais um produto diferenciado de investimentos de capital em infraestruturas, em "capital humano" e ambientes construídos), produz ao mesmo tempo a intensificação do desenvolvimento geográfico desigual em termos de padrão e de perspectivas de vida. Regiões ricas tornam-se mais ricas, deixando regiões pobres ainda mais pobres.

Esse desenvolvimento desigual produz constantemente novas escalas de desigualdade através da produção de fronteiras políticas. No caso de Camboriú, esse processo de diferenciação, antes contido na escala de um município, extrapolou fronteiras e gerou a divisão política em escala intermunicipal, acentuando as diferenças entre os territórios.

Para Harvey (2006), a produção da escala nos assuntos humanos é um dos principais aspectos da teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais. O autor explica que as divisões sociais muitas vezes não podem ser explicadas como resíduos de uma ordem antiga, como as divisões entre cidades e subúrbios, mas por meio dos poderes diferenciadores da acumulação do capital e das estruturas do mercado.

Segundo Swyngedouw (1997, Apud Harvey 2006, p.109) "As escalas espaciais nunca são fixas, sendo perpetuamente redefinidas, contestadas e reestruturadas em termos de seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas inter-relações". Assim, "[m]esmo quando concebemos uma escala específica, a do centro

urbano, digamos, como fixa, vê-se que também ela se altera de modo dramático ao longo do tempo" (HARVEY, 2006, p.110).

Dessa forma, pode-se compreender que as escalas mudam tanto em termos espaciais quanto temporais, definindo-se como legados históricos e sendo constantemente reproduzidas e sustentadas pelos processos político-econômicos do presente. Ainda Harvey (2006, p.111) pondera que

[...] as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem no momento presente. Tem tanta importância considerar de que modo as diferenças geográficas estão sendo produzidas no aqui e agora quanto tem recorrer a matérias-primas histórico-geográficas que nos vieram de outros ciclos de atividade.

Vê-se que a diferenciação geográfica sempre existiu em diversas escalas, mas atualmente ela se dá de maneira mais rápida e

[...] o mosaico geográfico ⁶⁵sempre [está] em movimento em toda e qualquer escala. Sua volatilidade contemporânea deixa, no entanto, a impressão disseminada, mas superficial de anarquia global - em vez da operação de forças de produção sistêmicas de desenvolvimento geográfico desigual. (HARVEY, 2006, p.112)

Para o autor, o desenvolvimento geográfico desigual leva em conta tanto essa mudança das escalas, quanto a produção de diferenças geográficas. Para entender esse desenvolvimento, se faz necessário a compreensão das diferenciações, interações e relações interescalares e intraescalares em constante transformação.

Na contemporaneidade o urbano deixou de ser apenas um nível encaixado entre os níveis nacional e local, devendo ser visto como produto de redes interescalares. Para compreender a mudança em uma lógica espacial, é necessária uma visão multiescalar para compreender a diluição dos limites urbanos e das relações do urbano com sua região, assim como a formação de novas morfologias urbanas. Ou seja, na contemporaneidade, as interações, as relações interescalares e intraescalares transformam o espaço e seus limites. Isso, somado às diferenças

⁶⁵ Para Harvey (2006) A longa geografia histórica da ocupação humana da superfície da terra e da evolução distintiva de formas sociais (línguas, instituições políticas e valores e crenças religiosos) inseridas integradamente em lugares com qualidades todas suas tem produzido um extraordinário mosaico geográfico de ambientes e modos de vida socioecológicos. Esse mosaico é ele mesmo um "palimpsesto" - composto de acréscimos históricos de legados parciais sobrepostos em múltiplas camadas uns sobre os outros, tal como ocorre com as diferentes contribuições arquitetônicas de diferentes períodos que se distribuem em camadas nos ambientes construídos de cidades contemporâneas de origem antiga.

geográficas próprias de cada modelo capitalista, tem como resultado a formação de desenvolvimento geográfico desigual.

A divisão de Camboriú, ocorreu por meio do poder diferenciador da acumulação do capital. Entretanto, a divisão administrativa não representa as interações existentes entre os dois municípios, onde as fronteiras são transcendidas pelos fluxos. Os limites geraram uma divisão de classes entre os dois municípios, resultando numa formação de desenvolvimento geográfico desigual, onde uma absorve a população de baixo poder aquisitivo e apresenta problemas sociais, enquanto a porção rica concentra cada vez mais renda e infraestrutura.

Desta forma, deve-se atentar a dois fatores. Primeiro que existe uma “não coincidência entre as escalas dos interesses econômicos, as da ação política e as da vida social” (SPOSITO, 2011, p.127); e segundo, que não é mais possível abordar a cidade como unidade, uma vez que, nas palavras de Sposito (2011, p.135):

(...)não há o dentro e o fora, já que não é possível delimitá-la, já que mesmo que a delimitemos, as interações espaciais colocam em relação à ordem próxima e à ordem distante, num período em que as tecnologias da informação se combinam às formas de deslocamento material de pessoas e mercadorias, a inda que as condições não sejam oferecidas com equidade (as desigualdades socioespaciais a parecem no primeiro plano), nem sejam, necessariamente, apropriadas com o mesmo sentido ou com as mesmas finalidades (as diferenças socioespaciais são as principais nesse segundo plano). Reconhecer, assim, o fim da cidade como unidade espacial, comparativamente aos períodos pretéritos, tomando-se como referência a longa duração, implica em aceitar que a cidade não pode ser pensada em si. Tem que ser avaliada como um espaço aberto, do ponto de vista das formas e dos fluxos, do ponto de vista objetivo e subjetivo, do ponto de vista concreto e abstrato.

4.3. Relações interdependentes

As relações interdependentes se estabelecem entre locais que possuem uma diferença econômica ou social a fim de que funções necessárias sejam cumpridas. Exemplo disso é a relação campo/cidade. Sobre as relações no campo intraurbano, Corrêa (2007, p. 66-67) explica:

A interdependência entre as áreas definidas de acordo com a divisão econômica do espaço intra-urbano, de um lado, e com a divisão social do espaço, de outro, é evidente quando se considera o circuito do capital na cidade, ou seja, a circulação entre sedes de empresas, bancos, fábricas e lojas, fixos no espaço econômico, e as áreas sociais, onde se realiza o consumo. Áreas de produção e de reprodução estão fortemente articuladas. A interdependência verifica-se também por intermédio da jornada para o trabalho, articulando locais de moradia e locais de trabalho. Em outras

palavras, diferenciação sócio-espacial implica em articulação, restabelecendo a unidade aparentemente dissolvida.

Visto isso, entende-se que a interdependência pode existir em várias escalas. Neste subcapítulo elas serão analisadas a partir de uma escala urbana, pertinente ao enquadramento de Camboriú e de Balneário Camboriú.

4.4. Espaço, classes sociais e trabalho

Segundo Smith (1988), a relatividade do espaço geográfico é definida pelo processo de acumulação de capital. Cujo valor é primeiramente uma relação, cuja determinação particular se encontra em um conjunto de relações espaciais. Por exemplo, o valor de um imóvel não é somente determinado por suas dimensões, mas sim por um conjunto de relações que leva em conta a localização. As relações espaciais em termos de espaço absoluto ou espaço relativo, estão nas bases das análises de localização. Um exemplo muito comum desse processo é o mercado impondo custo ao acesso à orla, e a política apoiando o mercado através de investimentos públicos nesses ambientes já valorizados.

Esse tipo de configuração é evidentemente funcional ao capital, pois ele funciona através da acumulação. Como resultado do processo de acumulação, observa-se a segregação espacial entre ricos e pobres, fato que pode ser observado nos municípios estudados. Essa segregação é combinada entre os dois municípios, de maneira que a população de mais baixa renda que chega a Balneário Camboriú passa a habitar em Camboriú. Ou seja, a segregação observada é tamanha que classes socioeconomicamente divergentes habitam municípios distintos.

Sobre os processos migratórios em Santa Catarina, Silva e Assis (2019) destacam que atualmente está ocorrendo uma desaceleração no seu ritmo de crescimento e uma taxa de fecundidade inferior à nacional. Entretanto, o crescimento populacional no estado, principalmente a região litorânea, vem se estabelecendo por força das migrações, que se configura como um polo de absorção regional, nacional e internacional de migrantes. As cidades que obtiveram maior crescimento populacional foram as de maior IDH (índice de desenvolvimento humano) e que mais empregam trabalhadores. Ao que lembra-se, no entanto, que os locais de moradia desses trabalhadores são, usualmente, as cidades vizinhas devido à valorização imobiliária das cidades de mais alto IDH.

Em meio à visível segregação, Balneário Camboriú vem exportando seus ônus sociais e ambientais para Camboriú, mais especificamente para o Distrito do Monte Alegre. É dessa maneira que Balneário se mantém como um município de alta qualidade de vida com alto IDH, sempre aparecendo como destaque entre as cidades médias brasileiras. Enquanto isso, Camboriú padece com a expansão da sua “irmã rica”, afinal acaba recebendo muitos dos que buscam a qualidade de vida de Balneário, mas acabam por residir em Camboriú.

Face a isso, destaca-se que Camboriú apresenta IDH municipal menor que a média brasileira e sua população constantemente necessita de infraestrutura e de melhorias em serviços sociais. Na tabela 06 pode-se perceber como o município de Camboriú entre 1970 e 2010 manteve seu IDH-M menor que o brasileiro.

Tabela 06: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)

ANO	CAMBORIÚ	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	SANTA CATARINA	BRASIL
1970	0,424	0,493	0,477	0,462
1980	0,639	0,767	0,734	0,685
1991	0,705	0,797	0,785	0,742
2000	0,764	0,867	0,822	0,766
2010	0,726	0,845	0,774	0,727

Fonte: Adaptação do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

De acordo com a GERCO/SC (tabela 07), Camboriú é também o município que concentra a maior porcentagem de pessoas abaixo da linha da pobreza, com 11,08%, enquanto Balneário Camboriú representa o oposto: é o município com menor taxa da população abaixo da linha da pobreza, com uma porcentagem de 4,6%. Balneário ainda é o município com maior porcentagem nas classes sociais A1 e A2, enquanto Camboriú o de menor porcentagem nessas classes.

Tabela 07: Composição das Classes Sociais nos municípios do Centro-Norte do Litoral Catarinense

Municípios	Classes Sociais (%)							
	Abaixo linha pobreza	D e E	C2	C1	B2	B1	A2	A1
Balneário Camboriú	4,60	5,40	25,20	19,64	23,87	13,38	3,16	4,75
Balneário Piçarras	4,80	15,01	37,42	18,27	16,28	6,00	1,18	1,04
Bombinhas	6,52	11,34	36,84	24,01	14,01	5,34	0,68	1,26
Camboriú	11,08	12,24	39,69	21,41	12,26	2,63	0,38	0,31
Itajaí	5,89	9,67	32,09	20,74	20,32	7,99	1,52	1,78
Itapema	6,00	9,19	33,53	21,74	18,47	7,73	1,44	1,90
Navegantes	7,56	11,73	37,30	21,84	16,22	4,35	0,59	0,41
Penha	9,69	14,16	32,52	20,27	17,43	4,51	0,79	0,63
Porto Belo	5,68	13,63	37,66	20,80	15,76	4,56	0,88	1,03
SETOR	6,47	9,70	32,44	20,73	19,20	7,85	1,57	2,04
SC	4,66	14,26	34,90	19,21	16,98	6,71	1,44	1,84
Renda nominal mensal	Sem renda	< 1 SM	1-3 SM	3-5 SM	5-10 SM	10-20 SM	20-30 SM	> 30 SM
Agrupamento de classes	Classe baixa			Classe média			Classe alta	

Fonte: GERCO/SC (2010). Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/gerco.php>

Viu-se que a divisão de Camboriú em dois municípios não se deu por fator “natural”, mas por interesses político-econômicos. Harvey (2006, p.108) explica que

“[...]o caso das alterações da territorialização mostra claramente que não há nada “natural” nas fronteiras políticas, mesmo que características naturais com frequência tenham tido algum tipo de papel em sua definição[...] As escalas em que a atividade humana pode ser orquestrada é algo que depende pesadamente, é claro, das inovações tecnológicas (sendo vital o sistema de transporte e comunicações), bem como de várias condições políticas-econômicas mutáveis (o comércio, as rivalidades e alianças geopolíticas, etc.). Elas resultam igualmente de lutas de classes e de outras formas de luta política/social, ao mesmo tempo que definem as escalas em que se tem de travar a luta de classes. (Harvey, 2006, pp. 108-109)

A partir disso, pode-se observar que a organização espacial dos dois municípios é condicionada pelo mercado imobiliário, onde a reprodução da força de trabalho e relações de classe redefinem os papéis de cada município pela própria tendência expansionista e segregativa do capital. O avanço dessa divisão específica de trabalho é potencializado por sistemas de transporte ou comunicações e levam ao aumento dessa segregação.

Smith (1988, p. 163-164) aponta a “introdução de novas tecnologias pode ser bem responsável [...] pela diferenciação do espaço nas escalas interurbanas, regionais ou mesmo internacional”, enquanto Harvey (2006, p. 41-42) também comenta a responsabilidade do capital que sobre a segregação:

A urbanização concentra no espaço as forças produtivas e a força de trabalho, transformando populações dispersas e sistemas descentralizados de direitos de propriedade em imensas concentrações de poder político e econômico que acabam por se consolidar no aparelho legal e militar da nação-Estado. As “forças da natureza” tornam-se sujeitas ao controle humano à medida que sistemas de transporte e de comunicação, divisões territoriais do trabalho e infra-estruturas urbanas são criadas para servir de fundamento à acumulação do capital.

Para Smith (1998), a emancipação do espaço natural faz crescer a necessidade de produzir o espaço relativo, onde os custos de transporte e o tempo dedicado a ele devem ser reduzidos. A importância das distâncias relativas entre lugar de produção e de consumo cresce proporcionalmente ao acúmulo de capital. À medida que a produção aumenta, cresce a necessidade de trabalhadores espacialmente concentrados nas proximidades do lugar de trabalho. Isso reduz o deslocamento e permite a manutenção de baixos salários. Isto é, ao produzir espaço relativo, o capital realiza a emancipação do espaço natural.

No caso deste trabalho, o espaço onde concentram-se trabalhadores é o Distrito do Monte Alegre. Isso acontece tanto pelo vetor da expansão urbana seguir o do crescimento de Balneário Camboriú (mapas 10 a 12, capítulo 2), quanto pela relação de diferença do valor do solo.

Para Mendes (2014, p.37), em contraste “[...] com o restante da cidade, o Distrito do Monte Alegre é um lugar novo, de pouca memória. Parece ser a porção de Camboriú que mais se aproxima da cidade moderna, porque reside sob o signo da concentração”. A autora comenta que o “[...] êxodo rural, principalmente [o] do interior do Paraná, levou muitas famílias para a localidade. Talvez o interesse pela região tenha a ver com o fascínio que Balneário Camboriú exerce”.

Composto pelas localidades de Taboleiro, Várzea do Ranchinho, Monte Alegre e Conde Vila Verde, o Distrito de Monte Alegre ainda abriga porções de áreas verdes “entre a arquitetura da pobreza que se ergueu ali. São vestígios da floresta e das várzeas que dominavam aquele território (MENDES, 2014, p.37).

Conforme Sposito (1988), o capital movimenta-se de acordo com a decisão dos agentes econômicos e políticos. Busca territórios e articula redes, usualmente aprofundando desigualdades em escalas diversas. Do mesmo modo, a força de trabalho tem de se movimentar em busca de estoque de empregos, o põe frente a

frente culturas, hábitos e práticas, estas reveladoras das diferenças entre formações socioespaciais, suas histórias e geografias. Para Mendes (2014, p.35)

Todos esses elementos – causos da história oral, patrimônios naturais e arquitetônicos, festas municipais – contribuem para uma concepção da pequena Camboriú como cidade que se constitui sob o signo da tradição. No entanto, em suas margens, mas também distantes da área rural, conforme sua população aumenta, conjuntos habitacionais e loteamentos se erguem, modificando a paisagem. (MENDES, 2014, p. 35)

Abandonando esses elementos, a orla deixou de abrigar os pescadores artesanais para assumir a imagem de uma modernidade por vezes futurística. E, por sua vez, à Camboriú são atribuídas as imagens conflitantes de lugar tradicional e aglomerado urbano.

4.5. A segregação residencial

Segundo Correa (2007), existem três padrões espaciais de segregação, os modelos de Kohl, Burgess e Hoyt. O modelo de Kohl foi definido para a cidade pré-industrial, onde a segregação caracterizava-se pela elite no centro e os pobres na periferia da cidade. O padrão ocorria pela necessidade da elite estar próxima às instituições urbanas mais importantes.

O modelo de Burgess teve como base as grandes cidades norte-americanas da década de 1920, onde os pobres residiam no centro e a elite na periferia. E, enfim, no modelo de Hoyt, a segregação divide-se em setores a partir do centro: as áreas residenciais de padrão mais elevado localizam-se nos setores que possuem mais amenidades e são cercadas por setores de população mais pobre.

O modelo de Hoyt é o que melhor explica a segregação contemporânea das cidades brasileiras litorâneas. Entretanto, em uma cidade de área pequena como Balneário Camboriú, a segregação se dá visivelmente a partir da expulsão das áreas mais cobiçadas pela elite: os pobres migram para o outro lado da BR101, expandindo o tecido urbano para dentro dos limites do município de Camboriú. A dimensão reduzida da cidade também fez com que diferentes classes ocupassem espaços mais próximos, o que gerou o surgimento de condomínios de luxo fechados.

Bem entendido que a dinâmica da segregação é própria do capitalismo, nota-se a pertinência a esse processo, dos mecanismos de renovação urbana: uma determinada área social pode durante um período de tempo pertencer a uma dada

classe social e, em outro momento, ser reivindicada e ocupada por outra. A mudança de capital interfere na valorização ou degradação da área e gera renovação dos grupos que habitam o espaço. No caso de Camboriú, de pescadores locais, ao setor imobiliário, passando pelos alemães hoteleiros, todas as mudanças no modelo econômico proeminente influenciaram na renovação social da praia de Camboriú.

Para Carlos (2001), há uma “ordem estabelecida” na cidade, onde a ação dos promotores imobiliários, as estratégias do sistema financeiro e da gestão política concorrem para reproduzir o componente espacial da divisão social do trabalho, da hierarquização dos lugares e da fragmentação social. O autor afirma que “a ação do Estado – por intermédio do poder local - ao intervir no processo de produção da cidade reforça a hierarquia de lugares, criando novas centralidades e expulsando para a periferia os antigos habitantes, criando um espaço de dominação” (CARLOS, 2001, p.15). Assim, conforme Harvey (2006, pp.204-205)

[...] Quem detém o poder do dinheiro dispõe de liberdade para escolher entre mercadorias suntuosas (incluindo locais de prestígio, adequadamente protegidos, cercados por muros e portões e com todos os serviços), mas aos cidadãos como um todo é negada toda escolha coletiva de sistema político, de formas de relacionamento social ou de meios de produção de consumo e de troca.

Da mesma forma descrita acima, a orla de Balneário Camboriú, região mais valorizada da cidade, vê a troca constante de seus habitantes. Os antigos moradores concentraram-se na região histórica da barra que também já vem sofrendo com a gentrificação⁶⁶. Como consequência desse processo, Balneário Camboriú tornou-se uma cidade onde a população não possui uma identidade de referência, a cultura local foi sendo perdida, é uma população formada por pessoas de diferentes localidades que migraram para a cidade em busca de qualidade de vida, mas que encontraram um espaço altamente fragmentado e hierarquizado.

Carlos (2001, p.16) afirma que “no mundo moderno, a prática socioespacial revela a contradição entre a produção de um espaço em função das necessidades econômicas e políticas e ao mesmo tempo a reprodução do espaço da vida social”. Isto é, as necessidades que transformaram o espaço a leste da BR101 através do uso de uma racionalidade técnica, contrastam com o espaço a oeste e refletem o aprofundamento da divisão social e espacial do trabalho. Esse aprofundamento é

⁶⁶ Um grande exemplo desse processo é a instalação da Passarela Manoel Firmino da Rocha

causado em parte pela supremacia de um poder político que controla e homogeneiza o espaço e que, simultaneamente, acentua a hierarquia desigual de lugares.

Outro causador do processo é a mercantilização do espaço. Segundo Carlos (2001, p.25):

A extensão do processo de mercantilização do espaço, produz uma mobilização frenética do capital no espaço, desencadeada pelos promotores imobiliários, que leva a deterioração ou mesmo à destruição de antigos lugares (que passam a fazer parte do fluxo de realização do valor de troca), como decorrência da realização de interesses imediatistas, em nome de um presente programado e lucrativo. Produz-se com isso a especialização dos lugares determinando e redirecionando fluxos, produzindo centralidades novas. Desse modo, o espaço dominado, controlado, impõe novos modos de apropriação, pelo estabelecimento de novos usos que excluem/incluem os habitantes.

Balneário Camboriú por ser um município com alta taxa de atração sofre pressões sobre suas estruturas econômicas e de serviços, enquanto Camboriú com alta taxa de repulsão, sofre pressões na esfera social. Municípios de altas taxas de repulsão tem a tendência de formar arcos no entorno de municípios-polo e funcionar como municípios-dormitório.

Conforme exposto no Capítulo 2, a área urbana de Balneário Camboriú teve um grande crescimento entre 1957 e 1978, pelo turismo e setor imobiliário, propiciando em 1964 a emancipação do município. É importante ressaltar que seu crescimento foi maior que o do município ao qual pertencia. De 1978 a 2008, o elevado custo de vida de Balneário trouxe a segregação socioespacial e a consequente expansão de Camboriú. Nesse momento é que evidencia-se a formação do referido arco⁶⁷ e o surgimento da relação município-polo e município-dormitório.

Sobre a expansão de Camboriú, Mendes (2014) comenta três passagens interessantes. A autora observa a interdependência visível representada pelo cotidiano do indivíduo que habita um município e trabalha em outro. Aponta ainda, consequências dessa divisão, como o aparecimento de uma periferia em Camboriú às margens de Balneário (Distrito do Monte Alegre). Segue os relatos do autor:

É muito fácil morar em Camboriú e passear em Balneário, assim como é fácil morar em Camboriú e trabalhar em Balneário. Dependendo do bairro em que se está, chega-se de uma cidade para outra a pé em poucos minutos. Estão em contato, essas duas cidades, e nesse contato se contrastam imensamente. Uma é modernizada, possui muitos prédios, shoppings, cinemas. A outra, ainda que também tenha as suas belezas, é mais pobre, desordenada e interiorana. A especulação imobiliária, própria nas cidades

⁶⁷ Ver mapas 10 e 11 na página 67.

turísticas, elevou o custo de habitação em Balneário. Quem a deseja, mas não a pode ter, contenta-se em ficar o mais próximo possível dela. Num movimento de modernidade, que inclui as consequências desse cenário, a população de Camboriú cresceu. [...]

[...] Camboriú ainda tem uma extensa área rural, florestas, festas de igreja. No entanto, o ambiente familiar e campesino teve muitas de suas várzeas urbanizadas e povoadas. Ganhou uma periferia, que ocupa seu território, mas que também fica às margens de Balneário Camboriú, tocando-a.[...]

[...] Sua grande e violenta periferia destoa do movimento lento de seu centro provinciano, pautado pelo badalo do sino da igreja. Trata-se de um cosmos peculiar, esse município: sua composição engloba zona rural, floresta, vestígios pós-coloniais, provincianismo, lugares de memória, áreas de povoação desordenada, caos, favela. (MENDES, 2014, p.17,18 e 38)

O processo de segregação residencial, conforme Correa (2007), é uma expressão espacial das classes sociais. Grupos sociais uniformes em suas características econômicas e, usualmente, étnicas, aglomeram-se em áreas de homogeneidade social interna. A atuação da classe dominante se dá, por auto segregação, isto é, através da seleção das melhores áreas para si, excluindo o restante da população mais pobre de seu convívio. Na tabela 08 observa-se o alto preço da moradia em Balneário Camboriú. A mudança drástica de preço observada entre os bairros a leste e o bairro Vila Real (oeste da BR101) demonstra como a desigualdade existente entre as duas cidades não apaga a desigualdade interna de cada uma delas.

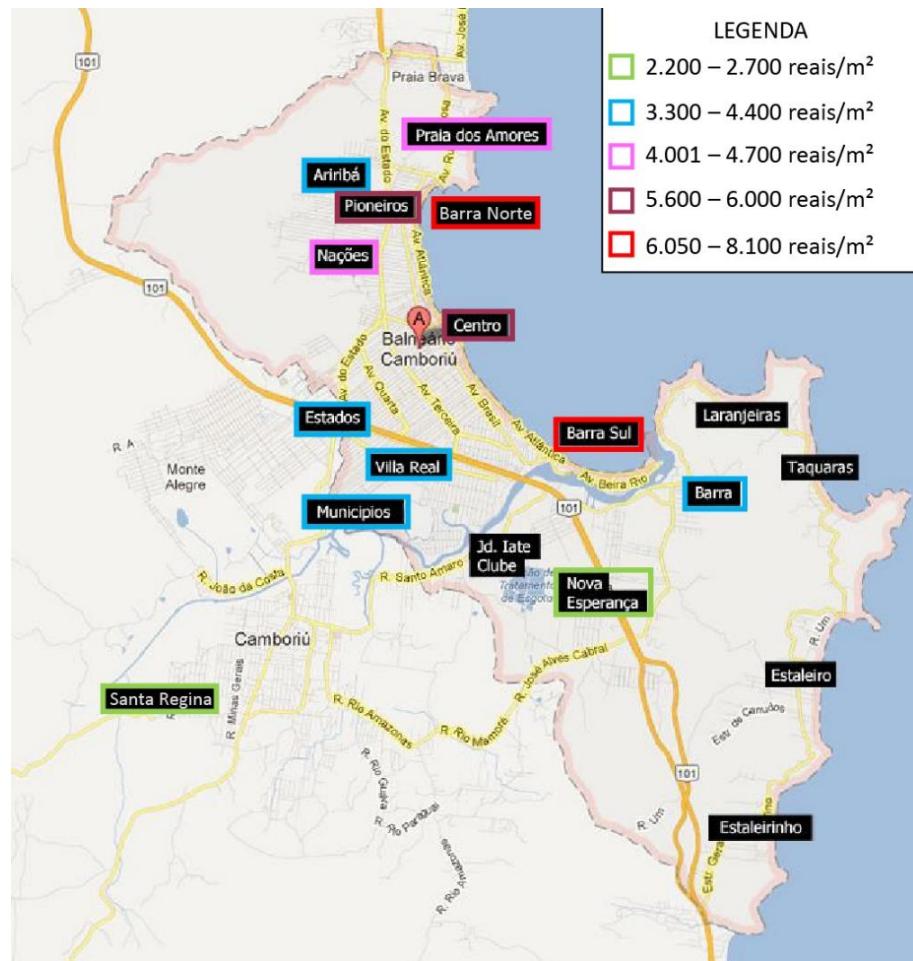
Tabela 08: Referência de preços e metragens dos imóveis na cidade de Balneário Camboriú (Julho de 2013)

LOCALIZAÇÃO	PREÇO MÉDIO (EM R\$)	ÁREA PRIVATIVA MÉDIA	ÁREA TOTAL MÉDIA	R\$ / M ² PRIVATIVO	R\$ / M ² TOTAL
Beira Mar	2.185,488	177	340	11.645	6.070
Centro	987,372	128	250	7,706	3.924
Nações	483,997	90	156	5.228	3.059
Vila Real	185,767	67	109	3.786	2.038
Média de Bal. Camboriú	1.397,463	141	269	8.864	4.652

Fonte: Bernardi (2017, p. 94)

De acordo com o índice FipeZap, índice de preço de imóveis anunciados, Balneário Camboriú assume o terceiro metro quadrado mais caro do país, com uma média de R\$ 7.359 mil. Porém há grande diferença de preço entre seus bairros: a Barra Sul e a Barra Norte possuem o m² mais caro do município e o Bairro Nova Esperança apresenta a mesma faixa de preço médio que o Bairro Santa Regina em Camboriú

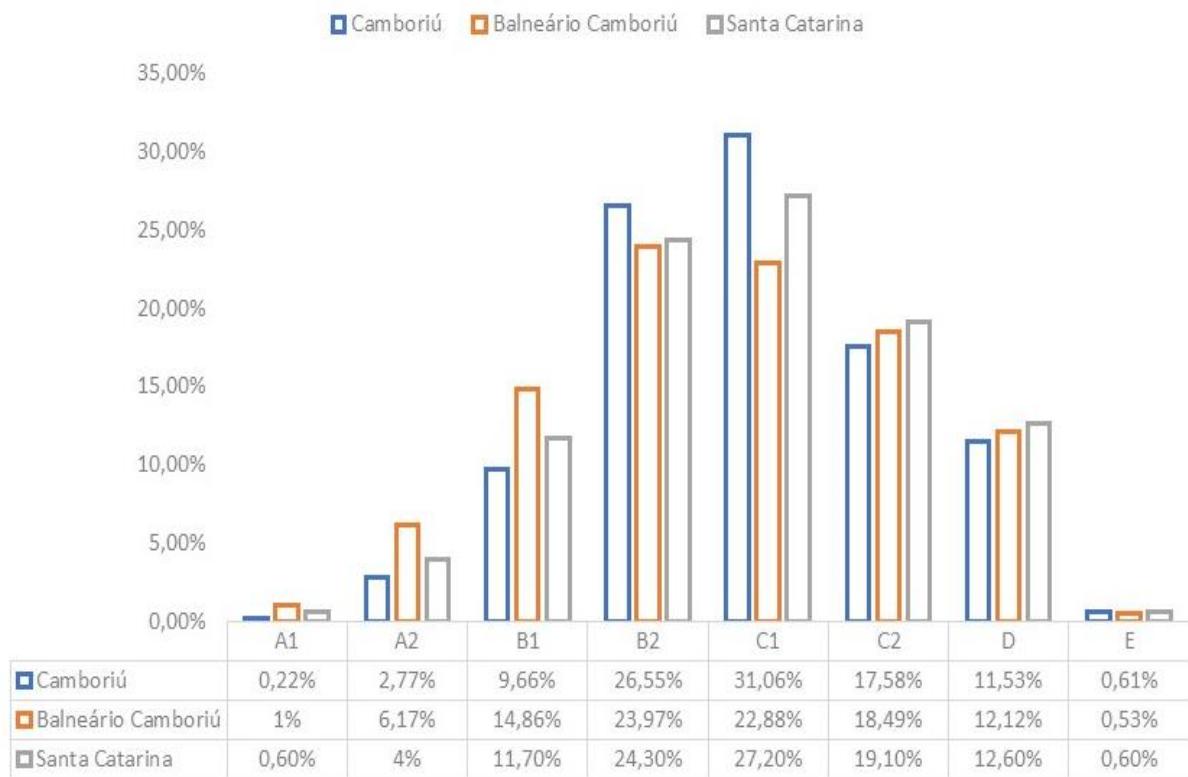
Mapa 14: Mapeamento do valor por metro quadrado dos bairros de Balneário Camboriú



Fonte: Elaboração própria baseada em dados do índice Finezap

Seguindo a análise, o gráfico da figura 32 ajuda a melhor compreender a relação entre domicílios urbanos e classes econômicas nos dois municípios em estudo.

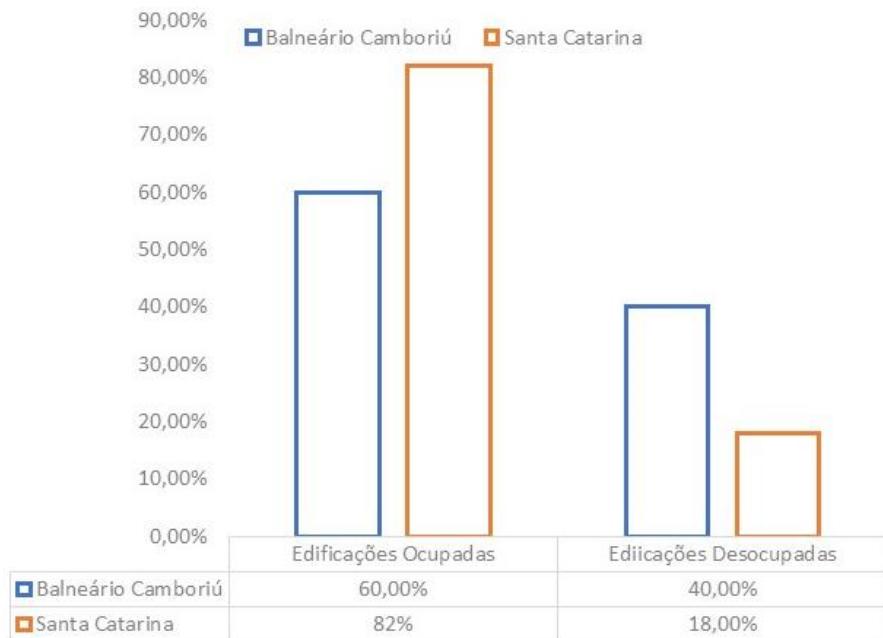
Figura 32: Percentual de domicílios urbanos por classe econômica em 2011



Fonte: Adaptação de dados do SEBRAE/SC (2013)

Vê-se, então, que Camboriú possui percentual inferior ao do estado de Santa Catarina nas classes A1, A2 e B1, enquanto Balneário Camboriú possui percentual superior ao do estado nessas mesmas classes. Além disso, é possível observar que o índice de domicílios desocupados em Balneário Camboriú é elevado, o que demonstra o predomínio do valor de troca nesse município, como pode ser observado na figura abaixo.

Figura 33: Domicílios segundo ocupação em 2012



Fonte: Adaptação de Flores (2015)

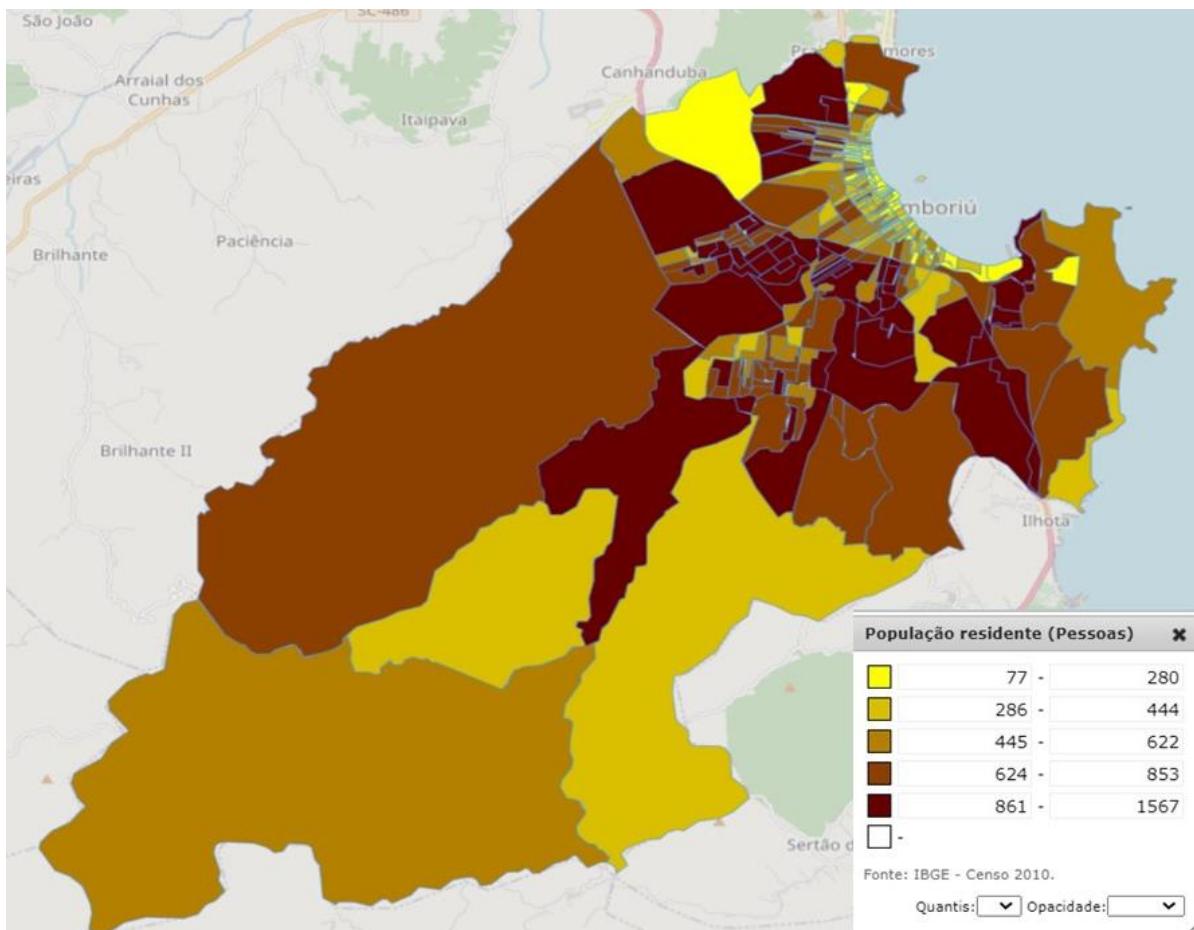
Ressalta-se, ainda, que em Balneário Camboriú, quanto maior o afastamento da orla marítima, reduz-se a proporção do mobiliário urbano, a largura dos passeios, a arborização, a sinalização e a oferta de atividades. Schroeder et al. (2019) enfatizam o fato de existir concentração de habitantes nas áreas mais periféricas e afastadas da costa, ao que se contrapõe a concentração de investimentos na área central. Os autores afirmam:

A legislação urbanística do município adota para estas áreas centrais, quantidade de pavimentos livres, e com apartamentos de no mínimo 100,00m², necessitando ter no mínimo 2 quartos, e 2 garagens. A generalização de todo o espaço com frente ao mar até a 3^a avenida, com o gabarito livre, faz com que construtoras de maior porte invistam em edifícios de 1 apartamento por andar, 4 vagas de garagem, e uma extensa área recreativa para conseguir ainda mais lucro. É difícil encontrar flexibilidade nos 6 tamanhos dos novos apartamentos na área central, já que o foco deste investimento é apenas para um determinado público. Apesar de muitos edifícios antigos já terem dado lugar a edifícios de alto padrão, como em extensa parte da Av. Atlântica, uma grande parcela da população, diga-se classe média, ainda consegue usufruir da infraestrutura central, em sua grande maioria no sentido Avenida Brasil – BR-101, onde ainda são encontrados edifícios mais antigos e portanto com um valor de arrendamento ou compra mais baixo. Para uma moradia de classe baixa/média, restam os bairros mais afastados da cidade e das cidades próximas (Camboriú, Itapema, Itajaí), dotados geralmente de poucos espaços públicos adequados. (SCHROEDER, et al., 2019, p.6)

O mapa de residentes (mapa 15) por setor censitário atesta as informações apresentadas pelos autores. Nele verifica-se a concentração de residentes nos limites

territoriais opostos à praia e, principalmente, concentrados do outro lado da BR-101. Além disso, é importante ressaltar que apenas 60% dos domicílios de Balneário Camboriú são ocupados.

Mapa 15: População Residente por Setores Censitários



Fonte: IBGE, 2010

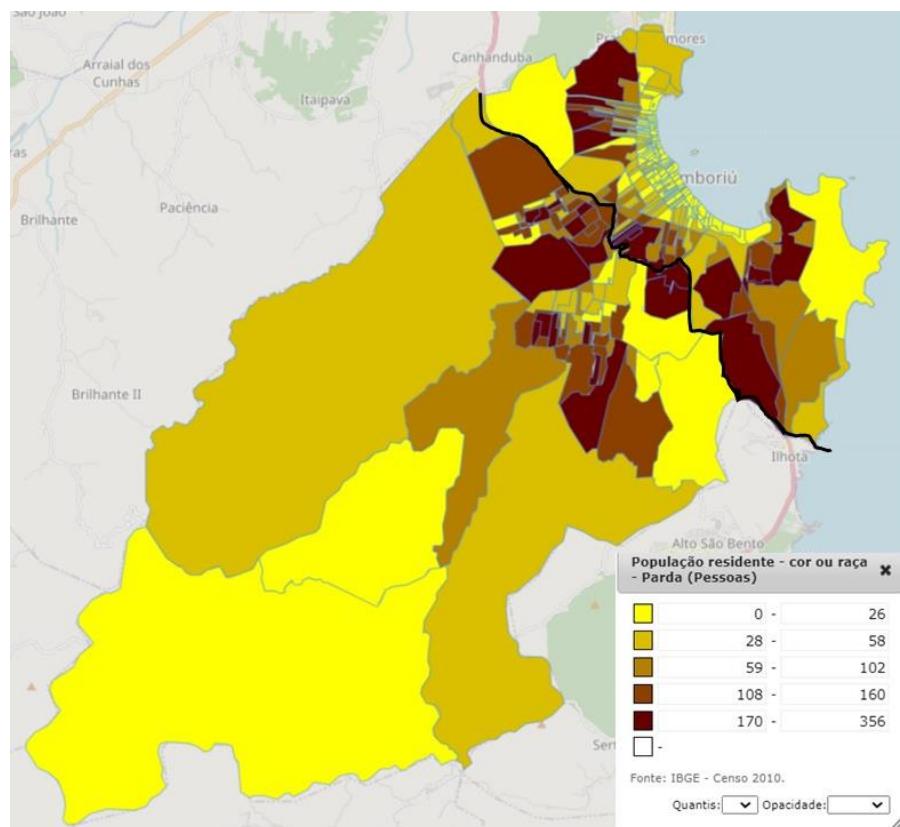
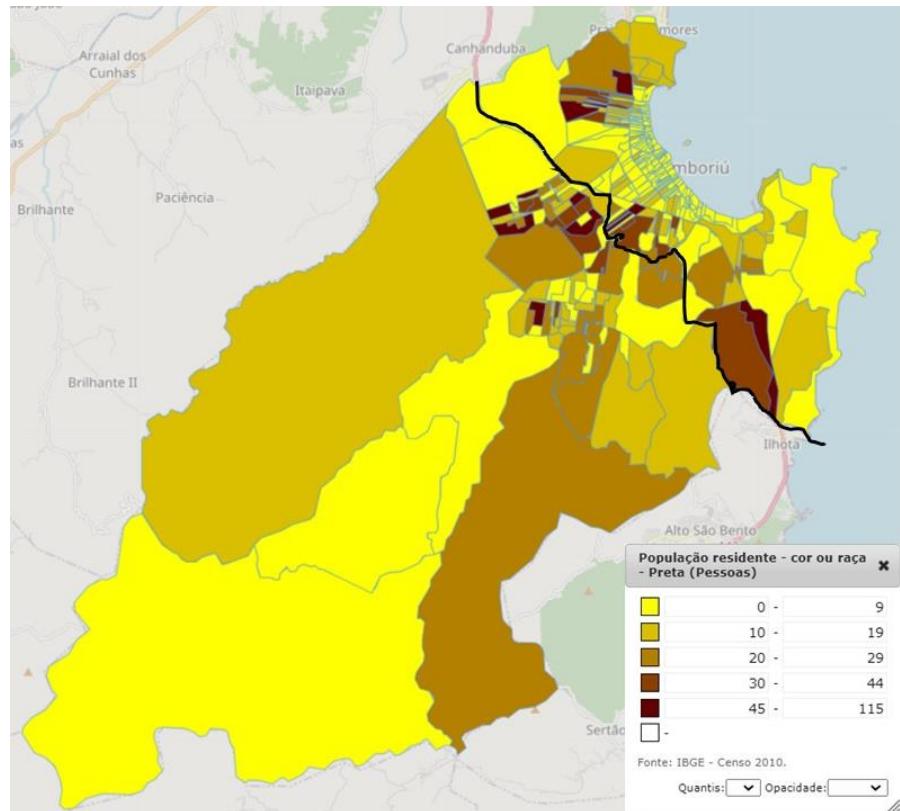
Outro fator interessante da segregação residencial nos municípios estudados é a divisão de suas populações por diferentes etnias. Ao observar a porcentagem da população distribuída entre amarelos, brancos, pardos e pretos entre os municípios (tabela 09) e a distribuição da população preta e parda nos municípios (mapas 16 e 17), percebe-se a concentração de pretos nas áreas mais periféricas de Balneário Camboriú e no Distrito do Monte Alegre em Camboriú.

Tabela 09: Distribuição da População por cor ou raça em 2010

Cor/raça	Camboriú	Balneário Camboriú
Amarela	0,4%	0,6%
Branca	83,3%	87,1%
Parda	13,6%	10,3%
Preta	2,6%	1,9%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2010)

Mapas 16 e 17: Distribuição da população residente Preta e Parda (2010)



Fonte: IBGE, 2010.

De acordo com Sposito (2011), a divisão social do trabalho é inerente à cidade e tal processo não se dissocia da urbanização e da divisão campo/cidade. Para Maricato (2010, p.43), “[o] acesso à moradia está ligado ao seu preço, que por sua vez, depende da sua localização na cidade”. Assim, para a população pobre, as alternativas de moradia, trabalho ou lazer lhes são impostas e não fruto de escolha, uma vez que o capital incumbe-se da distribuição da terra urbana, determinando o valor desta por sua localização, infraestrutura e acessibilidade.

Na cidade brasileira contemporânea, o mercado imobiliário cumpre papel preponderante na produção do espaço urbano, enquanto o Estado, muitas vezes, se demonstra fraco ou negligente frente à atuação da forte atuação de lobistas, isso tudo, mesmo frente à existência de uma legislação tão vanguardista quanto o Estatuto da Cidade.

4.5.1. A questão da centralidade

A cidade capitalista é palco de inúmeros processos sociais e, dentre esses, a acumulação de capital e a reprodução social são de suma importância. Para Correa (2007), os processos sociais urbanos são complementares, isto é, coexistem em um mesmo recorte geográfico. Dentre eles, os principais processos espaciais são: a centralização, a descentralização, a coesão, a segregação, a dinâmica espacial da segregação e a inércia.

Conforme o autor, a área central das cidades concentra as principais atividades comerciais de serviço, de gestão pública e privada, os terminais de transportes inter-regionais e intra-urbanos, etc. Ela, usualmente, se destaca na paisagem por sua verticalização e aglutina de investimentos e estabelecimentos em seus domínios, fato que gera forte especulação.

Os empreendimentos que procuram essa região central urbana lucram diretamente de sua localização. Empreendimentos que independem dos fluxos de sua clientela, instalaram-se em terrenos mais afastados do centro, onde o custo é menor. Dessa maneira, o processo de centralização divide a área central em dois segmentos: um núcleo central e uma zona periférica a ele.

Ainda Correa (2007), afirma que as características dessas centralidades até a segunda metade do século XX são as seguintes: núcleo central caracterizado pelo uso intensivo do solo; concentração de atividades econômicas principalmente do setor terciário; mais elevado preço da terra; ampla escala vertical; limitada escala horizontal; limitado crescimento horizontal, concentração diurna durante horário de trabalho; ponto de convergência do tráfego urbano e, enfim, ser a área de decisões, isto é, onde se localizam escritórios de empresas e instituições governamentais.

Já a zona periférica ao centro é caracterizada por: uso semi-intensivo do solo (atividades de comércio atacadista, armazenamento, estacionamentos); ampla escala horizontal; limitado crescimento vertical; área residencial popular e de classe média baixa; foco de transportes inter-regionais, onde localizam-se os terminais rodoviários, possuindo garagens, depósitos e hotéis baratos nas proximidades (CORREA, 2007).

Visto isso, é legítimo dizer que, no caso dos municípios analisados, que a zona central de Balneário Camboriú⁶⁸ se configura como zona central de Camboriú e Camboriú, principalmente o Distrito do Monte Alegre, se configura como zona periférica de Balneário. Ou seja, o centro de Camboriú não exerce tanta centralidade quanto Balneário exerce para o município.

4.5.2. Uso do Solo, Escala Horizontal e Vertical

Balneário Camboriú possui ampla escala vertical e limitada escala horizontal em centro. Ali se concentram escritórios de empresas e empreendimentos imobiliários. Camboriú, por outro lado, possui ampla escala horizontal e baixa escala vertical, uso semi-intensivo do solo e diversos espaços ocupados por atividades de armazenamento e estacionamentos (figura 34 e 35).

⁶⁸ Balneário Camboriú possui uma centralidade linear entre o litoral até a 3^a avenida.

Figuras 34 e 35: Diferenças de Escala Horizontal e Vertical entre o centro de Balneário Camboriú e Camboriú



Fonte: Google Imagens (2020)

Nota-se, ainda, que as áreas de mais alta densidade (mapa 18) construtiva não correspondem as áreas mais densamente povoadas, o que evidencia a atuação, nesses terrenos, do processo reprodução do capital onde prevalece a lógica do valor de troca sobre a lógica do valor de uso.

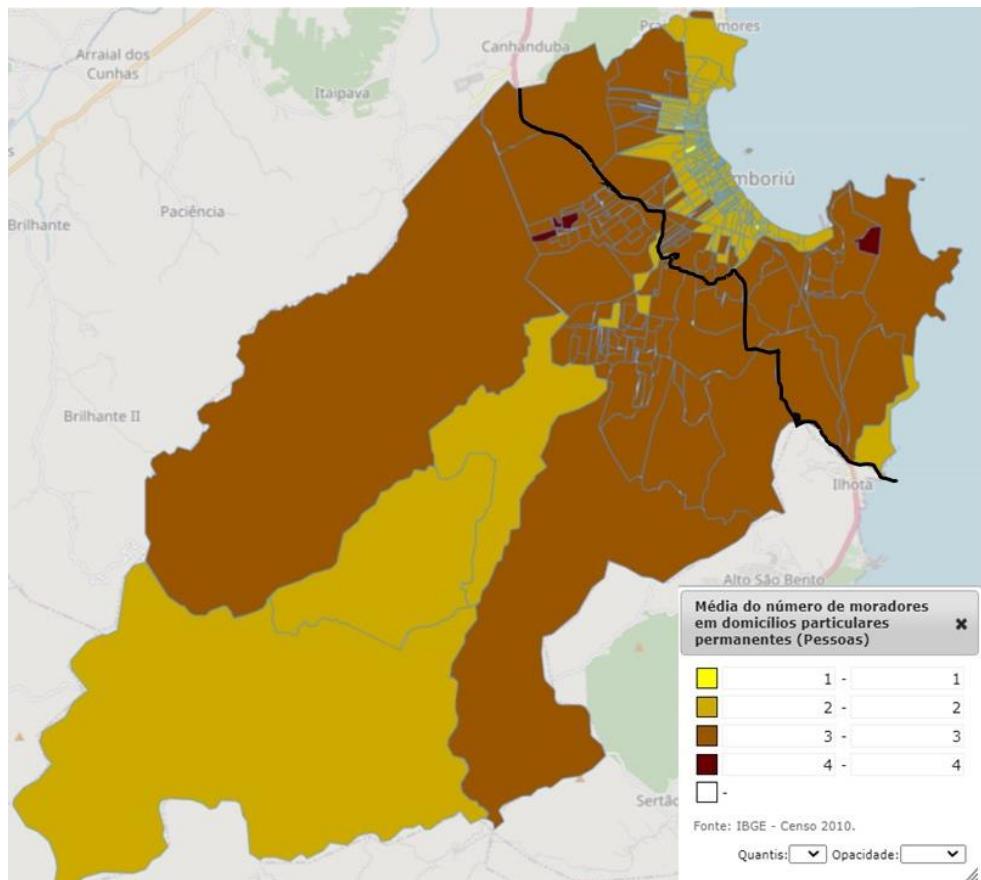
Mapa 18: Localização da cidade - Esquema de Ocupação - Cheios e Vazios com a Av. Brasil demarcada - Densidades e vias principais



A partir de dados levantados pelo IBGE (mapa 19), viu-se que, em grande parte do centro de Balneário a média é de residentes por habitação é de 2, divergente do restante do município e da grande maioria urbana de Camboriú, cuja média é de 3 moradores por residência. Entretanto, segundo dados do PlanMob de Balneário Camboriú, a região central do município possui índices de até 11 mil habitantes por quilometro quadrado (ultrapassando, por exemplo, a cidade de São Paulo com seus 7.398 habitantes por Km²).

O centro de Balneário concentra a maioria bruta da população do município, o que configura aproximadamente 44% de sua população. Com isso, percebe-se que existe mais ocupação por residência nas áreas mais periféricas e afastadas da costa.

Mapa 19: Média do número de moradores em domicílios particulares permanentes (2010)



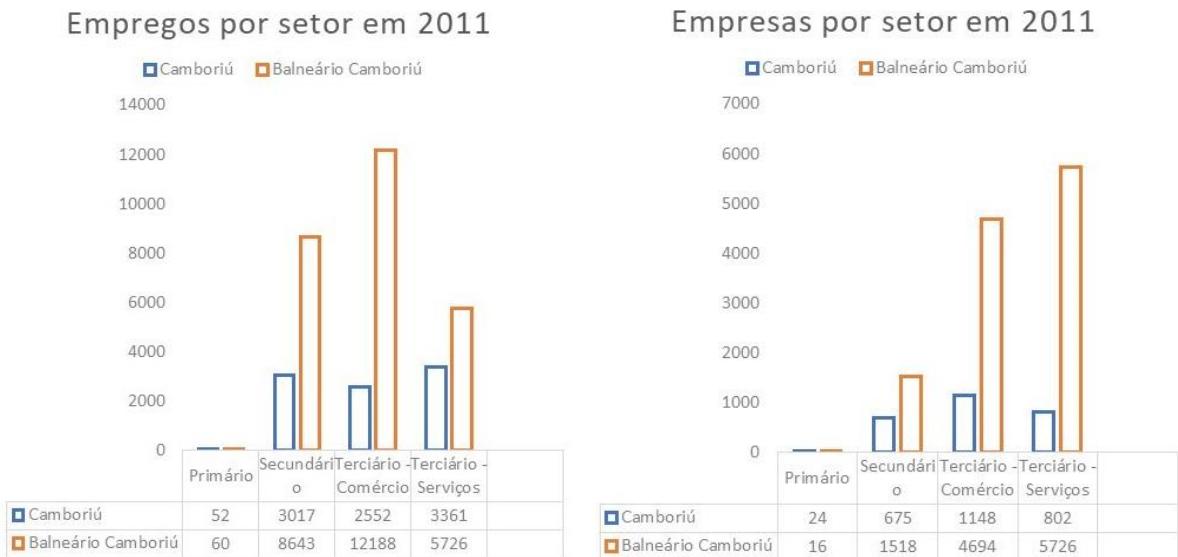
Fonte: IBGE (2010)

Com vistas ao que foi exposto, é possível afirmar que os elementos elencados por Correa (2007) são identificados na área central de Balneário Camboriú: a verticalização, a aglutinação de investimentos, o mais elevado preço da terra, a forte especulação, a localização de empreendimentos cujo lucro é derivado do fator localização, o uso intensivo do solo e, por fim, a limitada escala horizontal.

4.5.3. Atividades econômicas

Quanto ao perfil setorial das empresas e empregos de Balneário Camboriú, esses têm como setor mais representativo, tanto em número de empresas quanto de empregos, o setor terciário, isto é, de serviços (figuras 36 a 37).

Figuras 36 e 37: Empregos e Empresas por setor em Camboriú e Balneário Camboriú em 2011



Fonte: Adaptação de dados do SEBRAE/SC (2013)

A partir dos dados do SEBRAE/SC avima, vê-se que, também as empresas e empregos de Camboriú, tem o setor terciário-comércio como o seu mais representativo. Mas, diferentemente de Balneário, em Camboriú há distribuição mais equilibrada de empregos entre o terciário e secundário. Além disso, o setor terciário (comércio) ali detém o maior número de empresas. Por outro lado, há maior concentração de atividades econômicas do setor terciário-serviços em Balneário Camboriú.

Conforme informações do PlanMob de Balneário Camboriú, a atividade que influenciou o desenvolvimento de Balneário foi o turismo; pela necessidade de atender aos turistas, os setores de comércio e serviços cresceram. Da mesma forma, a atividade turística impulsionou a construção civil no município. Lembra-se: a procura por imóveis de veraneio gerou a verticalização na orla, consequentemente valorizando-os.

O setor da construção civil, no entanto, apesar de ser um dos carros-chefes da economia do município, emprega apenas 9,26% da população economicamente ativa local. Afinal, grande parte dos trabalhadores deste setor residem em Camboriú ou nos

demais municípios vizinhos. A oferta de empregos conduz a movimentos pendulares de Camboriú para Balneário Camboriú. Sobre isso, observa-se na figura 38 que Balneário Camboriú possui mais empregos por habitante (2,7 hab./emprego) que a média do Vale do Itajaí (2,9 hab./emprego), já Camboriú apresenta 7,1 habitantes por emprego

Figura 38: Habitantes por emprego



Fonte: Adaptação de dados do SEBRAE/SC (2013)

4.5.4. O preço da terra

Outro fator para percepção da centralidade é o preço da terra, uma vez que essas áreas geram forte especulação devido à aglutinação de investimentos e estabelecimentos. Como consequência, as áreas de residência de classes média e localizam-se nas zonas periféricas ao centro. No Distrito do Monte Alegre, em Camboriú, por exemplo, observa-se essa mesma lógica. Localizado próximo ao centro de Balneário Camboriú, possui baixo preço do solo.

Na tabela 10, observa-se que Camboriú concentra a maior porcentagem de empreendimentos de padrão *super econômico* e que a grande maioria dos empreendimentos se enquadram dentro dos padrões *super econômico* e *econômico*.

Tabela 10: Empreendimentos por padrão, segundo faixa de valores, onde Nº = Número de empreendimentos

Empreendimentos por padrão, segundo faixa de valores Análise Geral														
Cluster		Total		Beira mar		Centro		Nações		Vila Real		Camboriú		
Padrões	Faixas de valores	Nº	Part.	Nº	Part.	Nº	Part.	Nº	Part.	Nº	Part.	Nº	Part.	
Especial	Apto, studio, loft e 1 quarto	1	1%	-	-	-	-	1	7%	-	-	-	-	
Super econômico	Até R\$150.000	17	10%	-	-	-	-	-	-	-	-	17	48%	
Econômico	R\$150.01 a R\$250.000	16	10%	-	-	-	-	-	-	2	40%	14	40%	
Standard	R\$250.01 a R\$400.000	10	6%	-	-	-	-	4	27%	3	60%	3	9%	
Médio	R\$400.01 a R\$600.000	10	6%	-	-	5	10%	4	27%	-	-	1	3%	
Alto	R\$600.00 a R\$1.000.000	34	21%	7	12%	22	43%/	5	32%	-	-	-	-	
Luxo	Acima de R\$1.000.001	74	46%	49	88%	24	47%	1	7%	-	-	-	-	
Total:		162	100%	56	100%	51	100%	15	100%	5	100%	35	100%	

Fonte: Bernardi (2017, p. 96)

Como lembra Schroeder (2016), a zona periférica de Balneário Camboriú é constituída por outros bairros em torno da área central. O autor lembra que a expansão dessa periferia para a área interna de Camboriú deve-se ao aumento nos valores dos aluguéis e segregar a população mais pobre para o outro lado da BR101:

A “zona periférica do centro” em Balneário Camboriú, constituída em torno da área central por bairros residenciais, possui características de uso semi-intensivo do solo, com atividades vinculadas com a parte central. E as formas espaciais segregadas, que servem para a reprodução das relações sociais de classe de maneiras assimétricas, se constituem basicamente pela segregação residencial, marcada em Balneário Camboriú pela valoração das terras na parte central que obrigam as classes populares a migrar gradativamente para os bairros ou para a cidade de Camboriú, com a crescente majoração também dos aluguéis. Tal percepção pode ser identificada na fala dos Entrevistados n. 6, “da mesma forma que o planejamento está voltado para o mercado, igualmente a organização da cidade, do outro lado da BR, no bairro dos Municípios. Uma segregação social”. (SCHROEDER, 2016, p.97)

Balneário Camboriú segue com intenso crescimento urbano. A região central está cada vez mais verticalizada e a cidade cada vez mais se expande em direção as

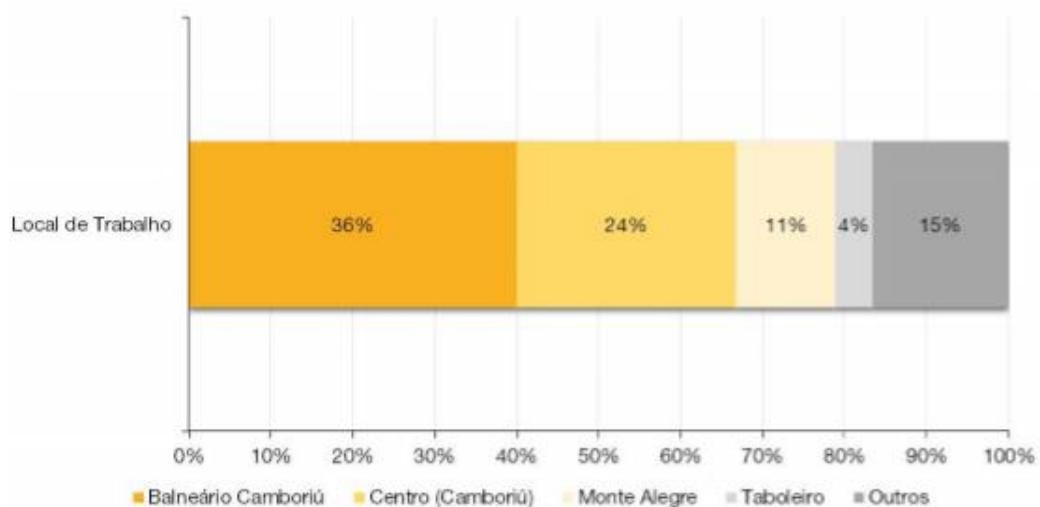
regiões limítrofes de Camboriú e Itajaí. Segundo o Plan Mob de Balneário Camboriú, a BR-101 atua como forte barreira física, mas mesmo assim, não impede o avanço populacional, gerando espaços integrados pela conurbação e separados pela concentração de pobreza e riqueza.

4.5.5. Tráfego urbano

Outro aspecto da centralidade urbana a ser analisado é o tráfego urbano (CORREA, 2007). A área central possui concentração diurna - horário de trabalho – e é o ponto de convergência desse tráfego. Segundo o PlanMob de Camboriú, devido a conurbação dos tecidos urbanos das duas cidades, há relação estreita entre os postos de trabalho. Camboriú se classifica como município dormitório, uma vez que a maioria dos postos de trabalho se localizam em Balneário Camboriú.

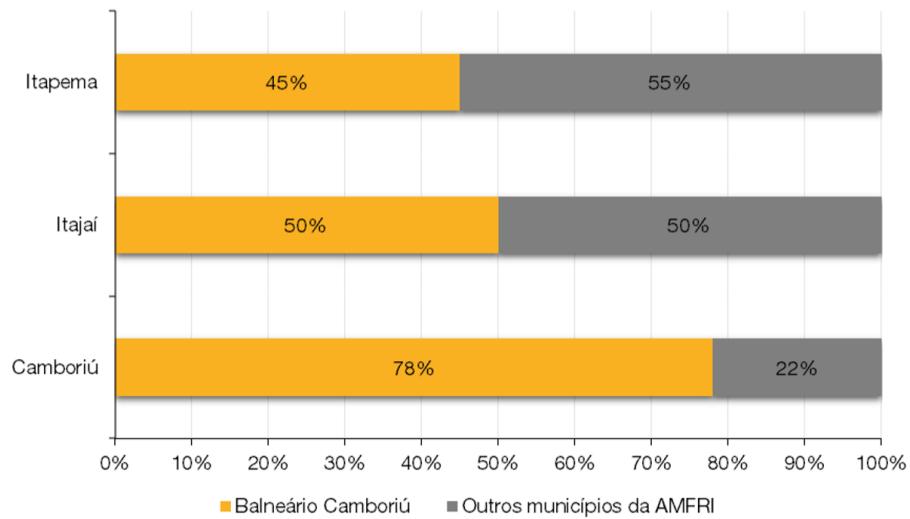
Através das figuras 39 e 40, vê-se que existem 3 polos de concentração de trabalho, Balneário Camboriú com 36%, centro de Camboriú com 24% e os bairros pertencentes ao Distrito do Monte Alegre que somam 15%; e pela disparidade de habitantes por emprego entre os dois municípios, evidencia-se a classificação de Camboriú como município dormitório de Balneário justificada pelo movimento pendular diário.

Figura 39: Locais de trabalho do município de Camboriú (2016)



Fonte: PlanMob Balneário Camboriú (2019)

Figura 40: Viagens externas dos municípios vizinhos com destino a Balneário Camboriú



Fonte: PlanMob Balneário Camboriú (2019)

Apesar de Balneário Camboriú receber grande quantidade de veículos dos municípios vizinhos, o município com que possui ligação interurbana mais forte é Camboriú. Isso é verificado na tabela 11 da AMFRI que mostra as ligações interurbanas entre os municípios.

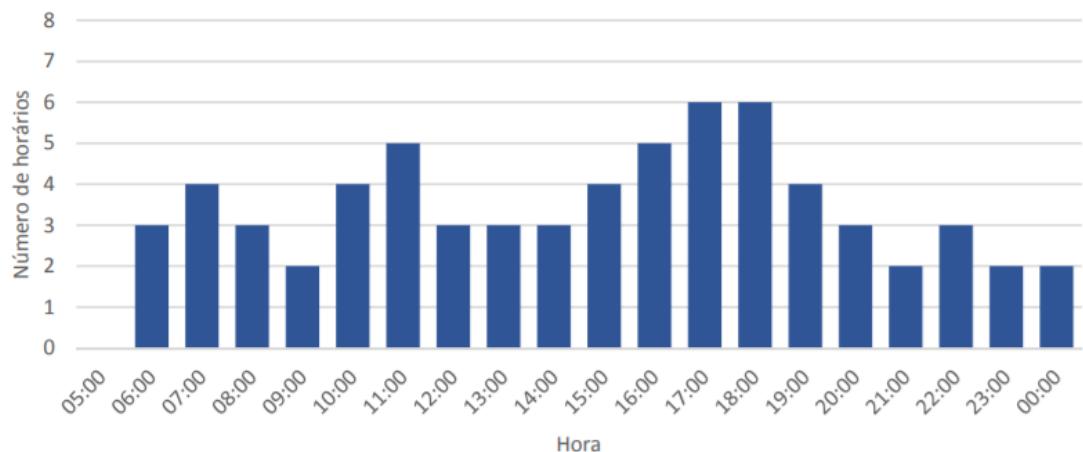
Tabela 11: Classificação das ligações interurbanas diretas entre municípios

Município	Bal. Camboriú	Bal. Piçarras	Bombinhas	Camboriú	Ilhota	Itajaí	Itapema	Luís Alves	Navegantes	Penha	Porto Belo
Bal. Camboriú	-	-	-	Forte	-	Forte	Forte	Fraco	-	-	Forte
Bal. Piçarras	-	-	-	-	-	Fraco	-	-	Forte	Forte	-
Bombinhas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Médio
Camboriú	Forte	-	-	-	-	Forte	-	-	-	-	-
Ilhota	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itajaí	Forte	Fraco	-	Forte	-	-	Forte	Fraco	Fraco	Fraco	Forte
Itapema	Forte	-	-	-	-	Forte	-	-	-	-	Forte
Luís Alves	Fraco	-	-	-	-	Fraco	-	-	-	-	-
Navegantes	-	Forte	-	-	-	Fraco	-	-	-	Forte	-
Penha	-	Forte	-	-	-	Fraco	-	-	Forte	-	-
Porto Belo	Forte	-	Médio	-	-	Forte	Forte	-	-	-	-

Fonte: INOVAMFRI (2016, p.34)

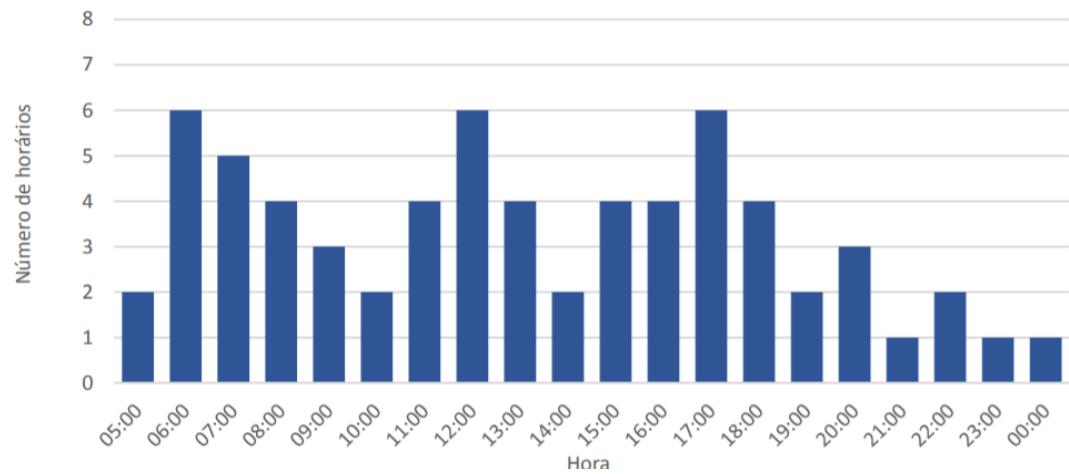
Dando sequência à análise, os gráficos seguintes (figuras 41 a 43) evidenciam o aumento na demanda de transporte público no trecho Camboriú-Balneário Camboriú-Itajaí nos horários de saída para o trabalho, horário de almoço e horário de retorno para residência. Esses dados demonstram a forte ligação interurbana entre os três municípios. As linhas citadas são destacadas no mapa 19.

Figura 41: Horários da Linha Balneário Camboriú - Camboriú



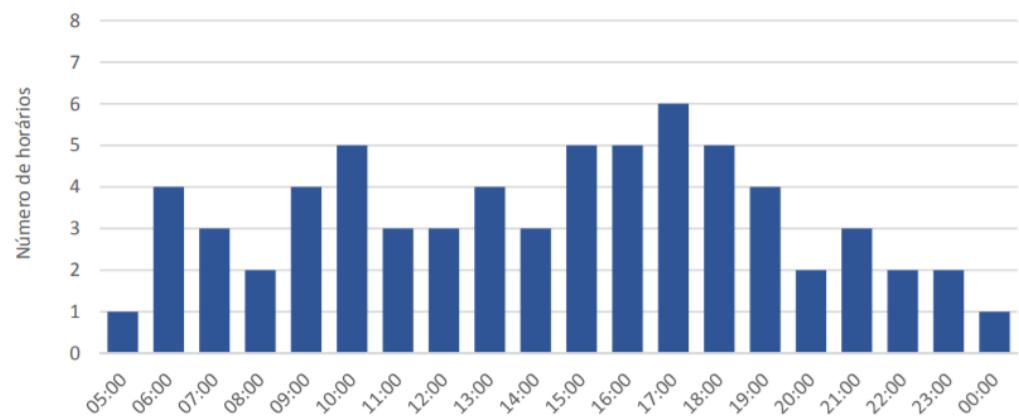
Fonte: INOVAMFRI (2016, p.49)

Figura 42: Horários das Linhas Camboriú – Balneário Camboriú-Itajaí



Fonte: Plano de Mobilidade AMFRI (2016, p.51 e 52)

Figura 43: Horários das linhas Itajaí – Balneário Camboriú-Camboriú



Fonte: Plano de Mobilidade AMFRI (2016, p.51 e 52)

Como visto, Camboriú funciona como município dormitório e possui poucos empregos por habitante, pois a maioria de sua população economicamente ativa trabalha em Balneário Camboriú. Essa dinâmica gera movimentos pendulares. A relação da taxa de atração de Balneário versus a taxa de repulsão de Camboriú, considerando apenas o fator trabalho pode ser observada na tabela 12.

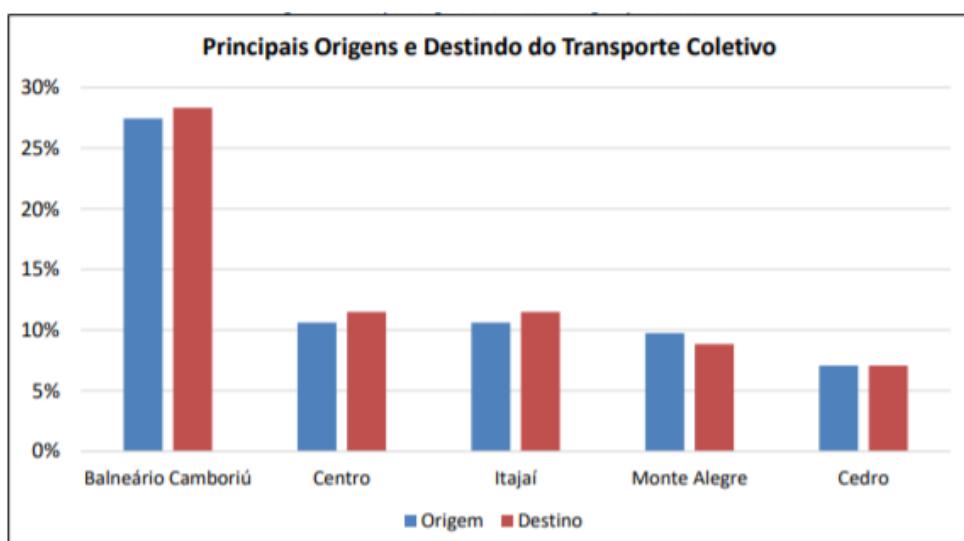
Tabela 12: Municípios com maiores taxas de atração e de repulsão, em relação a movimentos pendulares intra-estaduais somente para trabalho – Santa Catarina, 2000

Município	Taxa de atração	Município	Taxa de repulsão
Florianópolis	35,73	Capivari de Baixo	45,57
Joaçaba	30,85	Palhoça	44,96
Balneário Camboriú	25,21	Camboriú	43,78

Fonte: IBGE, 2000

As viagens intermunicipais de Camboriú realizadas diariamente são aproximadamente 62.000 e correspondem a mais ou menos 40% do total de viagens diárias do município. Destas, aproximadamente 80% destinam-se à Balneário Camboriú e 79% delas são realizadas em transporte individual motorizado. Ainda assim, apesar de a grande maioria dos deslocamentos intermunicipais serem realizados por transportes individuais, também a maioria das demandas origem/destino do transporte coletivo é para Balneário Camboriú, o que representa mais de 25% do total de viagens (figura 44, PLANMOB, 2016).

Figura 44: Principais origens e destinos das viagens por ônibus



Fonte: PlanMob Camboriú (2016)

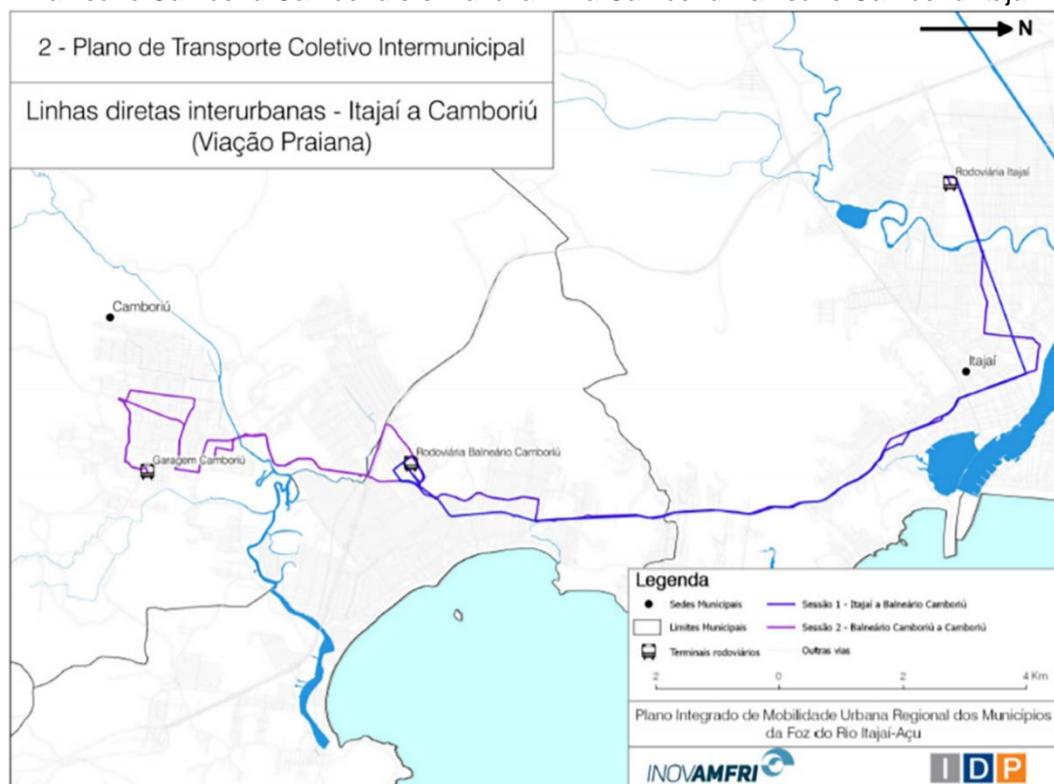
Com essas informações, verifica-se que Balneário Camboriú possui concentração diurna durante o horário de trabalho e configura-se como polo gerador de empregos e o seu centro é ponto de convergência do tráfego urbano tanto do próprio município quanto daquele de Camboriú. Balneário é, enfim, o principal local de destino do transporte coletivo do município de Camboriú.

4.5.6. A Descentralização

Para Correa (2007), a descentralização é uma forma de eliminar as deseconomias geradas pela excessiva centralização da área central, através de fatores de atração em áreas não-centrais. Alguns fatores de repulsão da área central, segundo o autor, são: aumento constante do preço da terra os congestionamentos e a dificuldade de obtenção de espaço para expansão. Já alguns elementos de atração para as áreas não centrais são justamente os baixos preços e impostos, a facilidade de transporte e as possibilidades de controle do uso da terra.

A descentralização tem uma forte ligação com o crescimento da cidade, onde a sede social de uma empresa pode localizar-se na área central e as demais

Mapa 20: Linhas diretas interurbanas de Itajaí a Camboriú. Em roxo representa-se a linha Balneário Camboriú-Camboriú e em azul a linha Camboriú-Balneário Camboriú-Itajaí.



operações numa área mais afastada. Os modernos meios de comunicação e infraestruturas de transporte propiciam uma flexibilidade locacional.

Diversas empresas têm sua sede em Balneário Camboriú e seus depósitos na cidade de Camboriú, até em nível mais abrangente, como de todos os municípios da Foz do Rio Itajaí. Pode-se observar, por exemplo, que a localização da garagem dos ônibus para transporte coletivo intermunicipal (dos municípios da AMFRI) está na município de Camboriú.

A descentralização gera maior complexidade do espaço urbano através da criação de núcleos secundários de atividades. Segundo Correa (2007), ela configura oportunidade para os promotores imobiliários abrirem novos mercados como, por exemplo, o de shoppings centers.

A seletividade da descentralização pode ocorrer: em termos:

- (I) de atividades (i.e. indústrias);
- (II) temporais (i.e. primeiro as que precisam de mais espaço);
- (III) de divisão territorial do trabalho (separação entre funções, em que uma parte fica no centro e a outra se descentraliza);
- (IV) de trabalho da cidade (em virtude das funções urbanas ou da renda da população) e ainda
- (V) em termos de território (alguns setores da cidade são mais procurados que outros);

Assim, é comum que sedes de empresas se localizem em Balneário Camboriú e seus depósitos em Camboriú. Nas tabelas 13 e 14 pode-se observar a diferença em relação ao comércio atacadista e o varejista nos dois municípios.

Tabela 13: Valor adicionado fiscal de Camboriú, 6 grupos de atividades econômicas mais representativas, no período de 2008 a 2010

Grupos de Atividade Econômica – versão CNAE 2.0	2008 (mil R\$)	2009 (mil R\$)	2010 (mil R\$)	Part. VAF 2010	VAF (Evolução 2008/2010)
Grupo 464: Comércio atacadista de produtos de consumo não alimentar	19.757,7	21.872,4	29.594,0	12,6%	50%
Grupo 351: Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	15.662,8	19.948,2	27.380,8	11,7%	75%
Grupo 471: Comércio varejista não especializado	11513,4	15.599,9	26.118,2	11,1%	127%

Grupo 106: Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	16.449,7	20.257,8	21.239,8	9,1%	29%
Grupo 474: Comércio varejista de construção	5.495,6	6.461,8	14.215,4	6,1%	160%
Grupo 611: Telecomunicações por fio	11.506,6	12.585,5	12.976,5	5,5%	13%

Fonte: Sebrae (2013)

Tabela 14: Valor adicionado fiscal de Balneário Camboriú, 6 grupos de atividades econômicas mais representativas, no período de 2008 a 2010

Grupos de Atividade Econômica – versão CNAE 2.0	2008 (mil R\$)	2009 (mil R\$)	2010 (mil R\$)	Part. VAF 2010	VAF (Evolução 2008/2010)
Grupi 471: Comércio varejista não-especializado	106.189,1	117.657,0	147.639,3	15,1%	39%
Grupo 351: Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	68.344,6	86.271,6	113.167,3	11,6%	66%
Grupo 478: Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados	75.674,5	90.225,2	106.791,2	10,9%	41%
Grupo 611: Telecomunicações por fio	66.539,7	68.698,2	66.525,8	6,8%	0%
Grupo 612: Telecomunicações sem fio	54.033,7	41.089,4	53.768,5	5,5%	0%
Grupo 561: Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	35.557,9	42.011,7	53.321,4	5,5%	50%

Fonte: Sebrae (2013)

Por esses dados, vê-se o maior valor adicionado fiscal de Camboriú é proveniente do comércio atacadista de produtos de consumo não alimentar. Enquanto isso, Balneário Camboriú não apresenta comércio atacadista entre os 6 principais grupos de atividades econômicas. Ao contrário, em primeiro lugar no município, aparece o comércio varejista não-especializado.

Como visto, os elementos de atração para as áreas não centrais são os baixos preços e impostos, a facilidade de transporte e as possibilidades de controle do uso da terra. O aumento constante do preço da terra gera congestionamentos e dificuldade na obtenção de espaço para expansão, de maneira que o setor imobiliário se expande para dentro do município de Camboriú, mas permanece vendendo sua

localização como se fosse parte de Balneário Camboriú, como é o caso do loteamento “Colinas de Camboriú⁶⁹”.

O resultado das análises acima são, enfim, a conclusão de que é evidente a existência da relação onde Balneário Camboriú funciona como centro e Camboriú como zona periférica. Ainda que sejam dois municípios distintos, é possível verificar essa relação regional de centralidade que se sobrepõe à escala municipal de centralidade.

4.5.7. Infraestruturas

Em 2019, Camboriú possuía 82.989 habitantes em uma área de 210,568 km² (IBGE, 2019). De acordo com o Portal da Transparência, a cidade tem orçamento de 231 milhões para o ano de 2020 e encontra-se com o pior IDH de todos os municípios da região da AMFRI. Por outro lado, Balneário Camboriú tinha 142.295 habitantes, em uma área e 45,214 km² (IBGE, 2019) orçamento de mais de 1,2 bilhão para o ano de 2020, estando entre os municípios de maior IDH no Brasil.

Camboriú possui demanda crescente em serviços públicos básicos, enquanto Balneário Camboriú atrai constantemente migrantes para seu limitado e valorizado. Os dois municípios são interligados, seja através dos trabalhadores de Balneário residirem que residem em Camboriú, pela mobilidade urbana necessária para os fluxos pendulares, dentre outros motivos já mencionados. Assim, as necessidades de habitação, saneamento, água e segurança, por exemplo, são todos fatores que demonstram as inter-relações entre os municípios. Na tabela 15 é possível verificar alguns itens que demonstram a disparidade entre os dois municípios.

⁶⁹ Como se não bastasse viver junto à natureza e com infraestrutura completa, o Colinas de Camboriú Village está localizado em uma das regiões mais cobiçadas e valorizadas do país. Próximo à BR 101, a poucos minutos do centro de Balneário Camboriú, o empreendimento oferece mobilidade facilitada, além de ser um investimento certo para sua vida. (Informação disponível em: <https://www.colinasdecamboriuvillage.com.br/>)

Tabela 15: Infraestruturas Camboriú e Balneário Camboriú (2010)

	Camboriú	Balneário Camboriú
Total de domicílios particulares permanentes x total de domicílios	18.301 x 21.316 85,85%	39.265 x 65.514 59,93%
Não tinham banheiro de uso exclusivo dos moradores, nem sanitário	20	6
Não tinham energia elétrica	20	6
Domicílios particulares permanentes sem lixo coletado	60	14

Fonte: Própria, elaborada a partir de dados do Censo (IBGE, 2010)

4.5.8. Saneamento

Embora a bacia hidrográfica do Rio Camboriú tenha abrangência apenas sobre os dois municípios em estudo, há um problema de falta de água. Este problema é, em parte, gerado pelo crescimento sazonal do fluxo populacional do turismo e com a rizicultura concorrendo para o uso água, observa-se um conflito de interesses nessa questão.

Em termos qualitativos, o maior problema relaciona-se aos efluentes de origem doméstica. A Empresa Municipal de Água e Saneamento (EMASA) é a promotora do abastecimento e saneamento público para ambos os municípios e tem a capacidade de captação em torno de 800 litros/segundo. A água é captada e bombeada para a Estação de Tratamento de Água (ETA) em Balneário Camboriú, onde a empresa Águas de Camboriú é a concessionária responsável pelo abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Camboriú.

Conforme o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú e Bacias Contíguas (2017), o maior consumo de água per capita ocorre no município de Balneário Camboriú, 234,8 L/habitante/dia, enquanto o município de Camboriú tem consumo de 137,3 L/habitante/dia. Segundo dados do IBGE (2010) a maior parte do

tratamento do esgoto de Balneário Camboriú, isto é, de 78% dos domicílios, se dá por meio de rede geral. Já em Camboriú 87,24% se dão por meio de fossa.

Conforme Wegner et al. (2011), a temporada de turismo de Balneário Camboriú já chegou a triplicar sua população, fator que aumenta em muito a demanda por água tratada. Já Camboriú define-se pelo seu ambiente rural, pela produção de arroz, mas terras baixas, a pecuária de baixa tecnologia e a floresta conservada na região montanhosa que define a bacia.

A rizicultura não representa um uso consuntivo⁷⁰ e os seus impactos nessa bacia são relativos: por um lado pode ocorrer a perda da qualidade de água pela contaminação por agroquímicos, entretanto, as canchas de arroz funcionam como áreas de decantação para sedimentação observada na bacia.

De certa forma, pode-se dizer que a rizicultura atua como zonas de extravasamento de água e deposição de material. Mas essa característica vem sendo transformada pela crescente urbanização das terras baixas e substituindo as áreas de agropecuária, o que ameaça o balanço natural acarreta eventuais alagamentos nas áreas urbanas e rurais.

O processo de crescente desenvolvimento urbano de Balneário Camboriú, que resulta na expansão urbana de Camboriú, vem comprometendo a sustentabilidade hídrica das cidades. A grande carga de efluentes domésticos e pluviais sem tratamento são despejados nos rios junto com lixo sólido. Isso agrava o processo de erosão, além de resultar em problemas na qualidade da água e na inundação urbana.

Conforme a Dacol (2013), Balneário Camboriú teve grandes avanços registrados sob o modelo da Nova Administração Pública, após a municipalização dos serviços e a criação da Lei 11.445/2007. Por outro lado, o município de Camboriú não conta com sistema de esgotamento sanitário e despeja grande parte do seu esgoto in natura no rio⁷¹.

⁷⁰ Uso Consuntivo: quando, durante o uso, uma parte da água é consumida, ou seja, a água retirada dos mananciais depois de utilizada é devolvida em quantidade ou qualidade inferior.

⁷¹ De acordo com o Censo do IBGE (2010) é importante ressaltar que Camboriú possui a maioria do seu esgoto tratado, mas através de fossa. São 87,6% do esgoto tratado através de fossa, 8% é direcionado a rede de esgoto ou pluvial, 3,5% vala e apenas 0,6% para rio, lago ou mar.

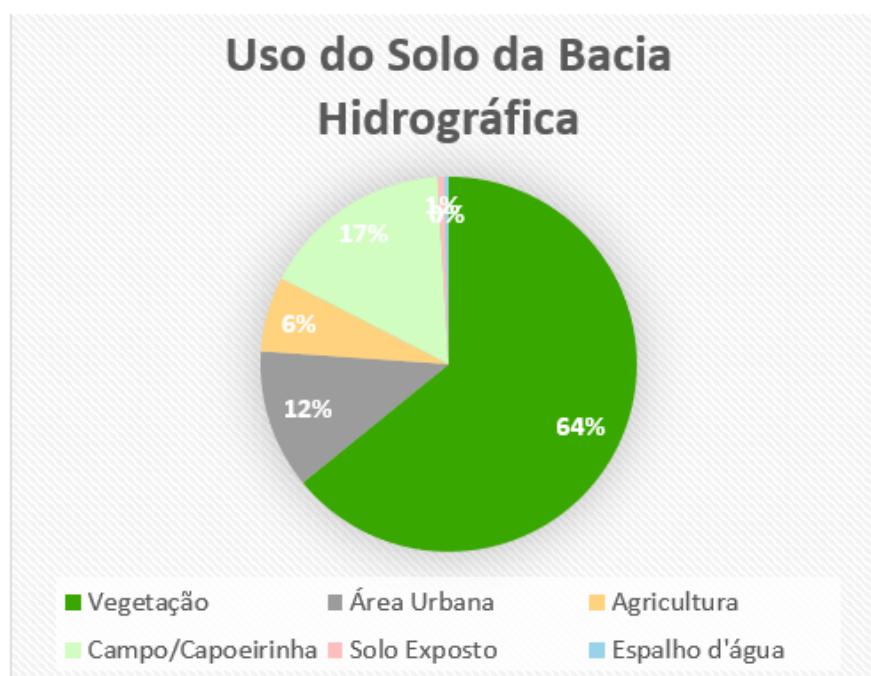
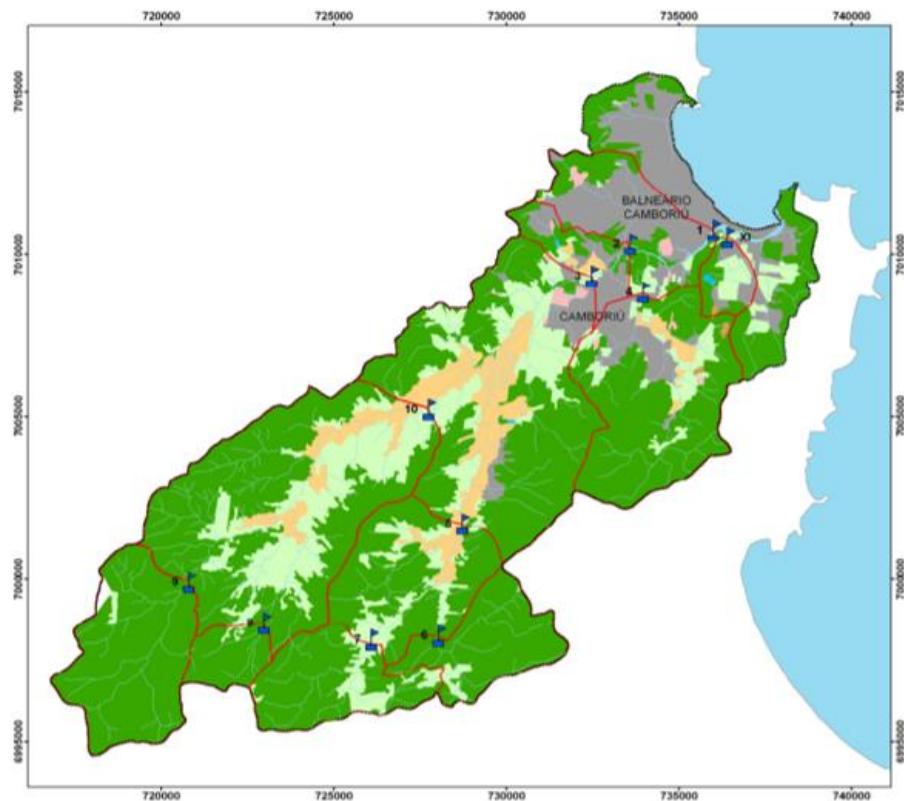
A autora também identificou problemas quanto a essa disparidade. Dentre esses, ela aponta a ausência de política pública que possibilite a integração das ações no âmbito da bacia hidrográfica do Rio Camboriú. Balneário Camboriú está na caminhada para a universalização dos seus serviços de saneamento e em Camboriú falta infraestrutura de saneamento, de água e de esgotamento sanitário, o que compromete a qualidade dos recursos ambientais da bacia. Esses fatos impactam não só a qualidade de água bruta para abastecimento público, como também a balneabilidade da praia central, o principal atrativo de Balneário Camboriú.

Lembra-se que Camboriú possui 175,39 km² da Bacia Hidrográfica, enquanto Balneário Camboriú abrange apenas 41,40 km². Boa parte do território da bacia ainda possui vegetação e localiza-se, principalmente, nos domínios de Camboriú, fato que contrasta com as ações de Balneário Camboriú, como a promoção da canalização dos rios sem respeito às faixas marginais de proteção da mata ciliar. No mapa 21, observa-se o uso do solo na Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú e as porcentagens de cada uso.

Conforme Comerlato (2012), nos últimos dez anos ocorreu uma explosão demográfica, por uma grande quantidade de migrantes vindos em busca de emprego e melhores condições de vida, assim, surgiram em Camboriú, novos loteamentos sem infraestrutura básica como água e saneamento, geradores de poluição, assoreamento e degradação dos mananciais do rio Camboriú.

Para aqueles que vivenciam o cotidiano dos dois municípios, é notório que os moradores de Camboriú, costumeiramente são os mais atingidos pelos problemas de falta de água se comparados aos moradores de Balneário Camboriú. O problema ocorre pelo simples fato de que as estruturas de reservatórios e tubulações de Camboriú não foram ampliadas a medida que sua população crescia. Com a concessão Águas de Camboriú, exigiu-se ao município que essas ampliações fossem

Mapa 21: Uso do Solo na Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú (legenda na página seguinte).



Fonte: Urban (2008)

providenciadas e que fosse construída uma estação de tratamento própria. Apesar disso é legítimo dizer que não há necessidade real de duas estações de tratamento (ETA) numa bacia dessa dimensão. A ETA de Balneário Camboriú possui infraestrutura suficiente para atender aos dois municípios e a população flutuante e pode continuar funcionando através de contratos, convênios ou consórcios.

4.5.9. Mobilidade urbana

A mobilidade é essencial ao dinâmica de uma cidade. Ela garante qualidade de vida aos seus habitantes, acesso a seus bens e serviços e também o funcionamento do mercado de trabalho. A mobilidade urbana envolve custos econômicos e de tempo, o que a configura como verdadeiro indicador de segregação socioespacial: o mercado imobiliário não garante acessibilidade a todos e, muitas vezes, age empurrando as populações com renda mais baixa para localidades mais distantes da centralidade e dos serviços essenciais.

Analizar a mobilidade urbana das duas cidades estudadas também é importante para perceber a interligação entre elas. Viu-se que a maior parte do transporte público de Camboriú tem como destino Balneário Camboriú. Mas a grande maioria dos deslocamentos para a cidade são realizados através de transporte particular. Assim, o movimento pendular gera aumento do tráfego de veículos, principalmente nos horários de início e fim do expediente. Isso causa congestionamentos nas vias que fazem a interligação entre as cidades.

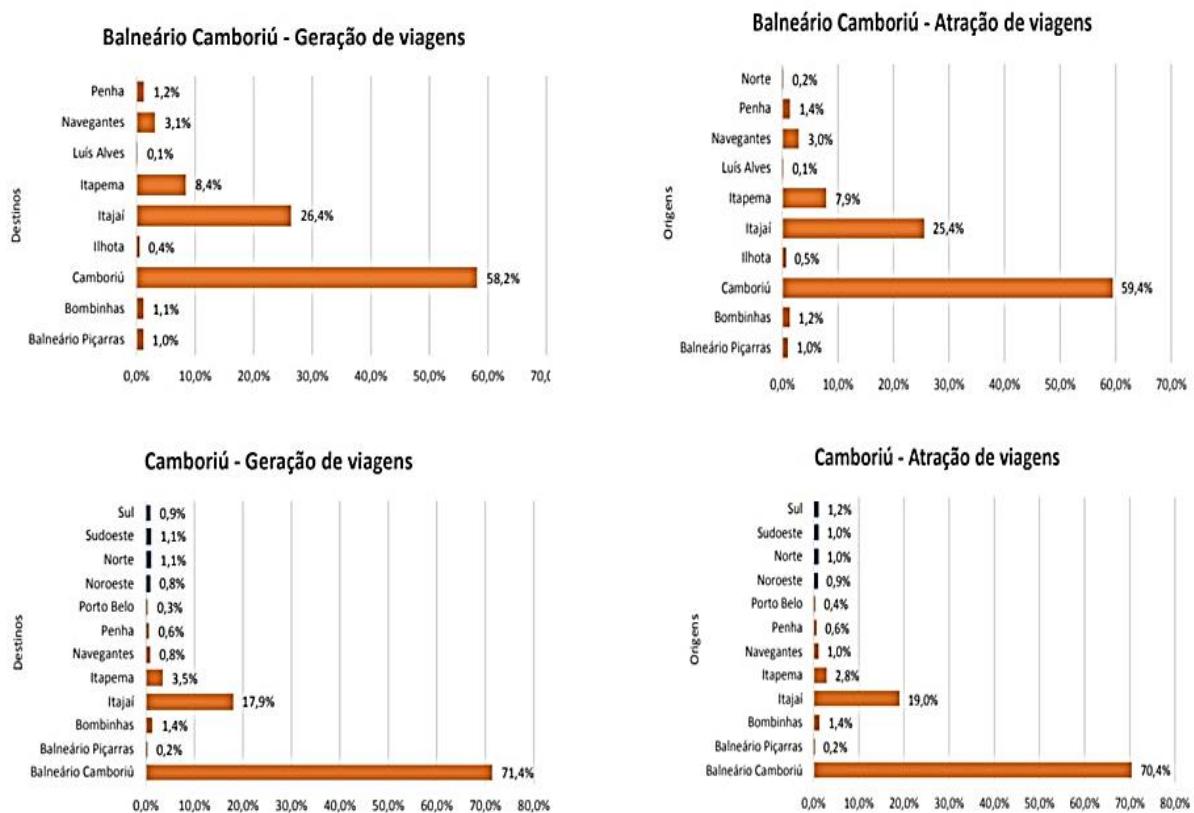
No mapa 22 e na figura 45, percebe-se que, por mais que Balneário Camboriú também possua vínculo forte com outros municípios da AMFRI, o vínculo com Camboriú sempre é mais intenso.

Mapa 22: Geração de viagens de Balneário Camboriú para outros municípios



Fonte: PlanMob Balneário Camboriú (2019)

Figura 45: Geração e Atração de viagens dos municípios de Balneário Camboriú e Camboriú -SC



Fonte: PlanMob Balneário Camboriú (2019)

A partir da análise dos dados acima é possível perceber que:

- (I) Entre as viagens de Balneário Camboriú com destino a outros municípios, destaca-se o destino a Camboriú com 58,2% do total;
- (II) Dos deslocamentos realizados por outros municípios com destino a Balneário Camboriú, o município que possui maior percentual de deslocamentos também é Camboriú com 54,9%;
- (III) As viagens com destino a outros municípios, o município de destaque é Balneário Camboriú representando 71,4% do destino das viagens;
- (IV) Dos deslocamentos realizados por outros municípios com destino a Camboriú, o município que possui maior percentual de deslocamentos também é Balneário Camboriú com 70,4%.

Outro tema que merece interesse dentro da mobilidade urbana é a pavimentação. Segundo Sugai (2015), a pavimentação, assim como as redes de água e de energia elétrica, seguem a tendência de se disseminar nas áreas urbanas das maiores cidades. No caso das redes, o indicador é a carência de tais serviços, enquanto no da pavimentação é a qualidade do serviço executado. A pavimentação constitui um bom indicador por ser processo visível, mais lento e não tão vital para a reprodução da força de trabalho. Ela é indicador representativo dos graus de importância dado aos bairros. É comum a reincidência de novos investimentos em localidades privilegiadas e já cobertas pelo serviço.

No processo de crescente competição entre cidades, a partir dos anos 1990, além da continuidade das obras estaduais e federais, as administrações municipais fizeram obras viárias por meio de empréstimos e recursos próprios. As cidades, desde então, são tratadas agora como empresas onde os prefeitos gerenciam e promovem a competitividade para empreendedores locais, nacionais e mesmo internacionais.

O quadro 01, elaborado por Schroeder et al. (2019) sobre as avenidas de Balneário Camboriú demonstra a percepção das vias como indicadores.

Quadro 01: Comparação visual e de parâmetros de infraestrutura das vias paralelas à praia de Balneário Camboriú.

Identificação da Via	Perfil da Via								
	Largura da Via (m)	Número de pistas	Faixa de Estacionamento contínuo	Ciclovia (CV) ou Ciclofaixa (CF) ou inexistente (I)	Largura Passeios (m) Padronizado (P) ou Sem Padrão (SP)	Faixa Pedestres (FP) ou Travessa em Nível (TN)	Térreos com fachadas altas	Mobiliário Urbano	Arborização e /ou canteiros
Av. Atlântica	16	2	-	CF	4 a 6	TN			
Av. Brasil	18	2	-	CF	4	FP			
3ª Avenida	26	4	2	CV	3,5	TN			
4ª Avenida	26	4	2	CV	3,5	TN			
BR-101									
5ª Avenida	22	4	-	CV	3	FP			
6ª Avenida	15	2	1	-	1 a 3	FP			
LEGENDA Grau de Ocorrência									 BAIXO  MÉDIO  ALTO

Fonte: Schroeder et all (2019, p.07)

Através desse quadro os autores identifica-se que: quanto maior o afastamento das avenidas em relação à praia, menor a proporção de mobiliário urbano, largura dos passeios, arborização, sinalização e padronização dos passeios. Sem contar com a redução de ofertas de serviços e atividades nos pavimentos térreos. Vê-se, então, como é clara a redução dos interesses por investimentos nas áreas mais afastadas

da orla, ainda que estas que representem uma concentração expressiva de população.

4.5.10. Saúde

O Hospital Municipal Ruth Cardoso (HMRC) de Balneário Camboriú, atende às demandas de moradores de outras localidades, principalmente de municípios vizinhos da AMFRI, como Camboriú. Apesar de Camboriú possuir o Hospital Cirúrgico de Camboriú (HCC), este atende apenas cirurgias eletivas; os casos de emergência são direcionados para o HMRC. O atendimento ofertado por esse hospital é integralmente gratuito e, por atender demais municípios da AMFRI, abrange mais de 680.000 habitantes, além de atender aos turistas.

Segundo reportagem do Página 3 de 08 de agosto de 2019, a saúde de Balneário Camboriú passa por momentos difíceis. O município investe mensalmente mais de 5 milhões de reais para atender toda a região, enquanto apenas 25% desta é coberto pelo SUS. Com este alto custo, faltam recursos para a saúde básica. O hospital acaba atendendo 300 pacientes por vez, mesmo possuindo estrutura para o atendimento de 150.

Segundo o portal da prefeitura de Balneário Camboriú, o prefeito Fabricio de Oliveira deseja reconfigurar o HMRC para que ele atenda com mais qualidade quem necessita dos seus serviços. As internações, com isso, deverão ser apenas para moradores de Balneário Camboriú. A maternidade deverá continuar com seu funcionamento atual, onde apenas 36% dos nascimentos são de pacientes do município.

Com essas informações é possível perceber a integração dos moradores de Camboriú com Balneário Camboriú também no aspecto saúde.

4.5.11. Educação

É possível verificar disparidades entre os dois municípios também no quesito educação. Ao verificar a proporção de alunos do 5º e no 9º ano que aprenderam adequadamente português e matemática, percebe-se que Camboriú possui taxa

menor que a do estado de Santa Catarina, enquanto Balneário Camboriú possui taxa superior.

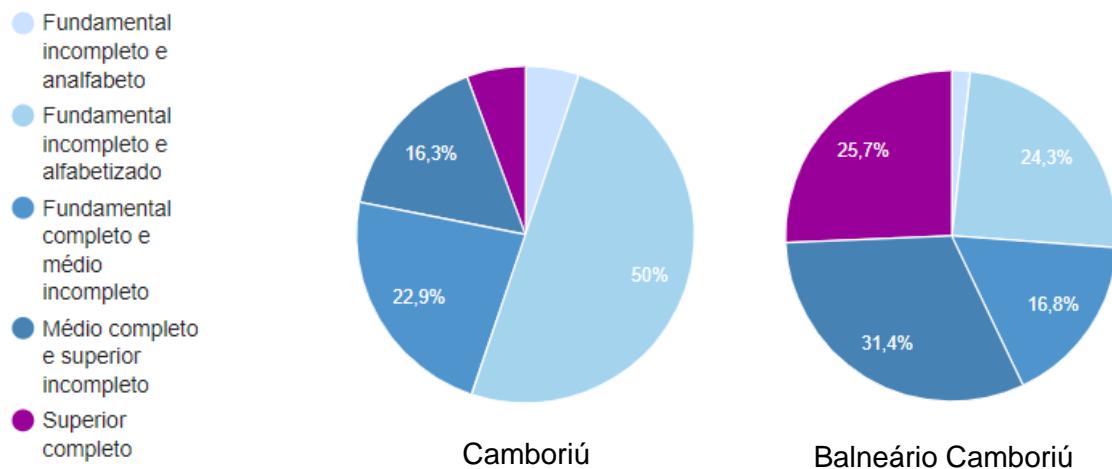
Tabela 16: Educação em Camboriú e Balneário Camboriú 2017

	5º Ano Português	5º Ano Matemática	9º Ano Português	9º Ano Matemática
Camboriú	61%	48%	40%	21%
Bal. Camboriú	77%	64%	52%	28%
Santa Catarina	71%	59%	46%	24%
Brasil	56%	44%	34%	15%

Fonte: Elaboração através de dados da Prova Brasil, Inep. (2017)

A diferença de escolaridade da população dos dois municípios também é significativa. A figura 46 apresenta dados de 2010 e demonstra que Camboriú possui, dentre sua população de 25 anos ou mais, metade com ensino fundamental incompleto e quase a mesma proporção de analfabetos e de pessoas com ensino superior completo. Já Balneário Camboriú possui 24,4% da população com ensino fundamental incompleto, 1,8% de analfabetos, e 25,7% de pessoas com ensino superior completo.

Figura 46: Escolaridade da População de 25 anos ou mais em 2010



Fonte: Adaptação do Atlas Brasil, conforme informações do PNUD, Ipea e FJP (2020)

Em relação ao ensino superior público, Camboriú conta com o Instituto Federal Catarinense conhecido antigamente como Colégio Agrícola de Camboriú. Instituição que motivou a escolha pela forma como se deu a divisão de Camboriú. Sobre o Colégio, tem-se que:

Fundado em 8 de abril de 1953, o Colégio Agrícola de Camboriú (CAC) iniciou as atividades pedagógicas em 1962, com o Curso Ginasial Agrícola. Em 1965 houve a criação do Curso Técnico em Agricultura, que passou, em 1973, a denominar-se Curso Técnico em Agropecuária. Apesar de ser uma Instituição nomeada como agrícola, a partir de 2000 iniciou a oferta de cursos nas áreas do conhecimento de Informática e Meio Ambiente. Em 2003, percebendo a necessidade do mercado de trabalho local, inicia o Curso Técnico em Transações Imobiliárias e, da mesma forma, a partir de 2008, o curso Técnico em Turismo e Hospitalidade. No ano de 2007, foi implantado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Em 2008, o Colégio Agrícola de Camboriú é transformado, pela Lei 11.982/08, em Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú. Em 2008, o Colégio Agrícola de Camboriú é transformado, pela Lei 11.982/08, em Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú. A mudança trouxe a possibilidade do crescimento vertical do ensino. Hoje, com mais de 1.500 alunos, o IFC Camboriú oferece, além dos quatro cursos de nível médio e dois de pós-médio, cinco cursos superiores e duas pós-graduações em nível de especialização, uma em Treinador e Instrutor de Cães-guia e outra em Projeja (EAD). (IFC, 2020)

Balneário Camboriú possui um dos campi da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O governador do Estado de Santa Catarina em 2010, Leonel Arcângelo Pavan, assinou o decreto de criação do Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí em Balneário Camboriú. Sobre o fato:

O Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí – CESFI, foi criado em 20 de Maio de 2010, através do Decreto 3.276/2010, assinado pelo então Governador do Estado de Santa Catarina, Leonel Arcângelo Pavan, em concorrido ato realizado na sede provisória da UDESC em Balneário Camboriú, situada na rua 3020. A criação do CESFI representa a consagração da luta da sociedade de Balneário Camboriú e região, que através do Movup liderou a realização de um abaixo-assinado que arrecadou mais de 12 mil assinaturas solicitando a implantação de um curso superior público e gratuito na região da Amfri. O pleito inicial tornou-se realidade com a instalação do curso de Administração Pública, em 2 de Agosto de 2004, através de convênio firmado entre a reitoria da UDESC e a Prefeitura de Balneário Camboriú. (UDESC, 2020)

Além das instituições públicas de ensino, Balneário Camboriú possui outros grandes centros de educação superior privados, com destaque, a Universidade do Vale do Itajaí e o Centro Universitário Avantis, que atraem diariamente estudantes de municípios vizinhos. Assim o fluxo pendular de Camboriú para Balneário Camboriú destina-se além do trabalho, e da diversão nos finais de semana, a educação.

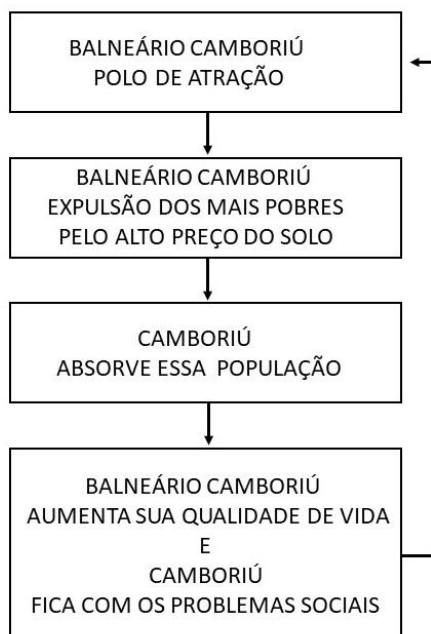
4.5.12. Vulnerabilidade Social

Os problemas de Camboriú não derivam diretamente de uma relação em que Balneário Camboriú obtém algo que seria de Camboriú, nem os problemas de

Balneário Camboriú são resultado de uma “usurpação” das infraestruturas pelos moradores de Camboriú. O que existe é uma relação em que Camboriú se configura como um receptor das populações de classe baixa que não conseguem se estabelecer em Balneário, movimento que gera expansão de tecido urbano sem infraestrutura.

Balneário Camboriú consegue manter altos índices de qualidade de vida, na medida em que Camboriú absorve os impactos sociais do seu crescimento. Balneário funciona como polo de atração e, com o aumento do preço do solo, quem não possui poder aquisitivo migra para Camboriú. Essa dinâmica transforma o último município em cidade-dormitório e contribui para a sua expansão sem infraestrutura. Assim, verifica-se o seguinte ciclo:

Figura 47: Ciclo das relações desiguais e interdependentes entre Camboriú e Balneário Camboriú



Fonte: Elaborado pela autora.

Abaixo são apresentadas duas tabelas de vulnerabilidade social, uma de cada município e onde verifica-se as disparidades sociais acarretadas pelo desenvolvimento observado nos dois municípios.

Tabela 17: Vulnerabilidade Social - Camboriú

Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	33,25	23,50	11,00
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	80,23	52,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	23,65	6,50	3,41
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	13,18	4,13
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	3,38	5,40	2,90
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	6,62	3,57
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	8,07	14,21	21,03
% de vulneráveis e dependentes de idosos	3,23	1,79	0,49
% de crianças extremamente pobres	5,77	3,55	0,15
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	48,18	36,67	11,57
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	51,08	27,13
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	86,75	89,91	93,30

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Fonte: Atlas Brasil, conforme informações do PNUD, Ipea e FJP (2020)

Tabela 18: Vulnerabilidade Social - Balneário Camboriú

Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	24,70	15,47	8,70
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	62,75	39,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	14,89	3,11	1,66
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	6,00	1,76
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	1,48	2,49	1,03
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	6,79	5,00
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	6,03	9,19	9,67
% de vulneráveis e dependentes de idosos	1,72	0,59	0,31
% de crianças extremamente pobres	1,51	2,47	0,37
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	29,74	17,09	4,63
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	26,26	14,05
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	93,20	97,76	99,04

Fonte: Atlas Brasil, conforme informações do PNUD, Ipea e FJP (2020)

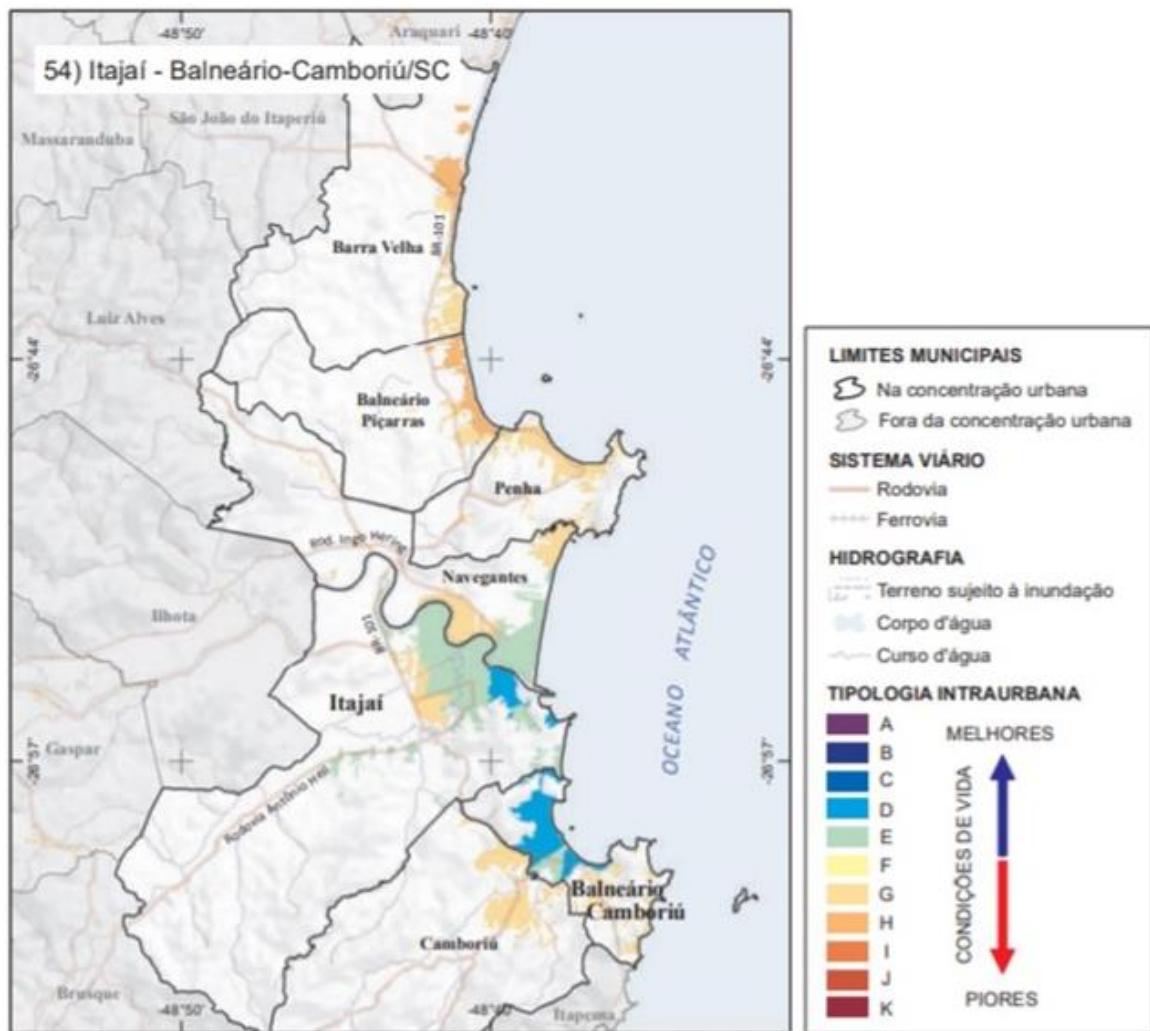
Os pontos levantados pelos dados acima são importantes pois representam as vulnerabilidades sociais dos dois municípios e demonstram as desigualdades geográficas entre eles. Ressalta-se, aqui, alguns desses pontos:

- (I) a mortalidade infantil de Camboriú é 26% maior que a de Balneário Camboriú;
- (II) a porcentagem de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos é aproximadamente três vezes maior em Camboriú;
- (III) a quantidade de mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor é duas vezes maior em Camboriú;
- (IV) a porcentagem de vulneráveis a pobreza é 2,5 vezes maior;
- (V) há grande quantidade de pessoas sem ensino fundamental completo e em ocupação informal em Camboriú e
- (VI) 6,7% da população de Camboriú vive em domicílios sem banheiro e/ou sem água encanada.

Na sequência dessa análise, o mapa 23 e o mapa apresenta mais dados sobre a condição de vida dos residentes de Balneário Camboriú. Segundo esse levantamento, a maior parte da cidade é de tipologia intraurbana D, enquanto a porção mais ao sul do município (esta que seria parte de Camboriú segundo a primeira proposta de divisão do município), assim como o município de Camboriú, é de classificação G. Esse fato demonstra a desigualdade entre os municípios e destaca como esta área mais ao sul não é de interesse do município de Balneário Camboriú.

Por fim, é importante ressaltar que Balneário Camboriú, assim como Camboriú, também possui desigualdades internas. O que se pode apontar, é que a desigualdade interna intensifica a divisão entre os municípios ao concentrar a modernização e a infraestrutura no espaço.

Mapa 23: Tipos e Subtipos Intraurbanos



Tipo	Subtipo	Mediana do percentual de pessoas em domicílios com							Mediana do Percentual de pessoas com nível médio ou superior ¹ (%)	Mediana da razão de dependência de menores de 15 anos (crianças / 100 adultos)	Mediana do rendimento domiciliar per capita (R\$)
		Coleta de lixo diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza (%)	Água distribuída por rede geral de abastecimento (%)	Rede geral de esgoto ou pluvial, ou fossa séptica (%)	Densidade de até dois moradores por dormitório (%)	Alvenaria predominante nas paredes externas (%)	Existência de computador com acesso à Internet (%)	Existência de máquina de levar (%)			
D		99,90	99,50	98,10	84,40	94,20	65,50	85,30	62,10	24	870,00
G	G1	99,40	98,50	87,70	58,40	78,30	31,70	64,00	30,90	38	400,00
	G2	98,10	96,90	70,40	68,30	87,10	24,10	30,70	37,70	35	325,00

Fonte: IBGE (2017, p.90)

4.5.13. A questão ambiental: a produção social do risco

Numa sociedade capitalista, fundada sob a troca comercial, o espaço é produzido como mercadoria. Isto é, serve a necessidades de acumulação, se modifica e se adapta a novos usos e funções na medida em que a reprodução do capital exige. Para Carlos (2001, p.22), “o espaço, na condição de valor, entra no circuito da troca geral da sociedade (produção/repartição/distribuição), fazendo parte da reprodução de riqueza e constituindo raridade”.

Segundo a autora, o espaço se reproduz como condição de produção ao atrair capitais de outros setores. As possibilidades de ocupá-los se redefinem constantemente pela abrangência e pela escassez de terrenos. A lógica de dominação do espaço se reproduz através do ordenamento e direcionamento da ocupação desses terrenos com base na interferência do Estado. Desse modo, “o espaço é produzido e reproduzido de um lado como espaço de dominação, e de outro como mercadoria reproduzível” (Carlos, 2001, p.22).

A limitação gerada pela BR101 somada aos investimentos a leste, principalmente aqueles próximos à orla, transformaram o espaço em raridade. Com isso, Balneário passou a se expandir verticalmente e sobre áreas de preservação ambiental. Para Carlos (2001, p.22), vivemos, hoje, “um momento do processo de reprodução em que a propriedade privada do solo urbano- condição de reprodução da cidade sob a égide do capitalismo – passa a ser um limite a expansão econômica capitalista.” Ou seja, verifica-se a criação de limites à reprodução do capital em função da produção da escassez de terra. A diminuição no estoque de terrenos é, ao mesmo tempo, produto da produção do espaço e limitante desse processo.

Assim, a princípio o crescimento ocorreu principalmente na planície costeira, e em uma praia de natureza dissipativa de longa extensão (Trechos 1.2, 2.1 e 2.2). Entretanto, o aumento acelerado da população esgotou a capacidade de suporte da orla marítima, saturando o centro urbano em inúmeros aspectos (trânsito, disponibilidade de água etc.), fadando assim as regiões periféricas ao mesmo intenso processo de artificialização, como é o caso do município de Camboriú. (Piatto e Polette, 2012, n.p.)

O mercado e sua aliança com o Estado transformam o espaço através das legislações ambientais e urbanísticas. O Plano Diretor e outras legislações municipais acabam por se sobrepor às legislações federais, favorecendo a iniciativa privada e aprofundando as desigualdades socioambientais.

Camboriú e Balneário Camboriú são um exemplo desse contexto tão comum no Brasil. A organização interna das cidades brasileira, principalmente das maiores, é, de forma geral, caracterizada pela forte especulação imobiliária, pelo espraiamento do tecido urbano, pela carência de infraestrutura e pela “periferização” da população.

A expansão das atividades turísticas, através de investimentos públicos e privados cada vez maiores e a atração da mão-de-obra que migra de várias regiões do Brasil para dar suporte à construção civil, complementam os fatores que levam o município de Balneário Camboriú ao rápido crescimento urbano e à artificialização da paisagem natural num curto espaço de tempo. Tal crescimento gerou problemas de infra-estrutura e planejamento, além de um processo acelerado de verticalização. (PIATTO; POLETTE, 2012, n.p.)

Com a concentração de infraestruturas, a cidade aumenta seu ritmo de crescimento e concentra ainda mais as funções socioeconômicas e administrativas em um mesmo espaço. Isso intensifica a distribuição desigual de rendimento e, consequentemente, a urbanização da pobreza com a concentração de ocupações deficientes em infraestrutura ao redor da cidade.

O crescimento demográfico de Balneário Camboriú acompanha a extensão espacial para dentro de Camboriú. Essa extensão se dá, muitas vezes, em caráter desordenado, o que aumenta a carência de serviços urbanos coletivos e ocupa áreas de risco. Sobre isso, Maricato (2002) afirma que a ocupação de terras urbanas no Brasil é parte intrínseca do processo de urbanização, ela é estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente pela ausência de políticas sociais e tem como consequência a produção de fragilidades ambientais.

Dentre as consequências do processo anteriormente descrito, interessa destacar duas delas, que estão entre as principais: a) a predação ambiental que é promovida por essa dinâmica de exclusão habitacional e assentamentos espontâneos; b) a escalada da violência, que pode ser medida pelo número de homicídios e que se mostra mais intensa nas áreas marcadas pela pobreza homogênea, nas grandes cidades. (MARICATO, 2002, p.162)

No litoral norte catarinense, grande parte dos problemas ambientais decorre da ocupação desordenada de áreas ambientalmente frágeis. O cenário mais preocupante é o das encostas, margens de cursos d’água, formações dunares e de restinga que, mesmo sendo de preservação permanente, sofrem ocupações. A ocupação dessas áreas vulneráveis pelas classes populares também é consequência da urbanização elitizada e controlada pelo mercado imobiliário de Balneário Camboriú.

A ocupação de áreas de risco e de áreas naturalmente vulneráveis são realizadas por todas as classes, porém é importante ressaltar a desigualdade social

existente na exposição aos riscos ambientais. As classes mais ricas ocupam uma área, mas providenciam a infraestrutura necessária para não sofrer com os impactos dessa ocupação. Esses investimentos podem ser tanto de caráter privado quanto público. Já as classes mais baixas precisam contar com o serviço público que, muitas vezes não atende a essas demandas, o que leva tais comunidades a serem consideradas como “ameaças ambientais”.

Os principais problemas socioambientais dos dois municípios são a falta de água, inundações e deslizamentos, cuja base está no crescimento populacional concentrado, acelerado, desordenado e desigual. Camboriú e Balneário Camboriú são constantemente afetadas pelos problemas descritos anteriormente, o que se percebe por narrativas como a apresentada na reportagem do jornal *O Janelão* de 30 de janeiro de 2018, intitulada “Camboriú: o eterno problema de alagamentos”:

A cada chuva o filme se repete: bastam alguns minutos para as inundações provocarem vários estragos em diversos pontos da cidade. [...] Em alguns locais, os problemas de alagamento são crônicos e exigem uma ação imediata: são as ruas das baixadas e pontos que já são velhos conhecidos tanto da população como daqueles que, em época de campanha, os utilizavam para ilustrar discursos inflamados.

O aumento de situações de alagamentos está geralmente relacionado ao aumento da impermeabilização, ao escoamento superficial, à canalização dos corpos fluviais e à ineficiência dos sistemas de drenagem pluvial. As enxurradas relacionam-se diretamente com a ocupação de áreas ribeirinhas que crescem, expandindo a impermeabilização de suas superfícies e aumentam as áreas de enchente, o que intensifica as inundações.

Deslizamentos são ocasionados, na maioria dos casos, por ocupações informais em áreas íngremes, por assentamentos precários e com ausência de infraestrutura de drenagem. Outras vezes ocorrem devido à execução de cortes e aterros sem contenção e devido a depósitos de lixo em encostas, pois, quando em períodos chuvosos, esses tornam-se áreas extremamente suscetíveis a desabamento. Lembra-se que

[a] área correspondente à zona urbana de Balneário Camboriú era quase toda tomada por elas (as lagoas). No entanto, a partir dos anos 1970, elas foram dando lugar aos edifícios que se estendem por toda a orla. No Plano de Urbanização já havia previsão de permissão, no seu Artigo 47, para o aterramento de qualquer curso de água. Este foi, provavelmente, o embasamento legal para o aterramento de lagoas e rios. Como observa Heloisa Flores, a cidade sofre atualmente um grande problema de impermeabilidade, causando quando há chuva diversos alagamentos na área

central. Isto ocorre em virtude da falta de planejamento de drenagem, de preservação dos antigos cursos de água, e devido à superexploração do espaço e à pouca distância entre as edificações e o mar. (SOUZA, 2016, p.103)

As ocupações urbanas de baixa renda sobre áreas de preservação permanente põem em questão a decisão sobre o fato, uma vez que a ausência de infraestrutura, de equipamentos e de serviços, além de ameaçar os ecossistemas, acentuam a exclusão e comprometem os direitos constitucionais. Vê-se que, esse tipo de dinâmica configura uma mutação mais rápida da sociedade e mais lenta no que concerne ao ambiente construído, aí, as demandas não são resolvidas, e o dilema entre a valorização da terra e os custos ambientais torna-se evidente.

É, enfim, importante observar as relações desses municípios de uma forma mais abrangente. Viu-se que os dois municípios são integradas econômica (atração para trabalho), social (expansão urbana de Camboriú) e ambientalmente (bacia hidrográfica), tanto que as decisões de uma impactam diretamente a outra.

Viu-se ainda que, com o desenvolvimento da orla passou a existir uma disparidade de interesses e conflitos políticos que, com a concretização da separação entre os municípios, o que ocorreu foi delimitação administrativa do desenvolvimento desigual existente. Essa delimitação foi ainda capaz de propiciar a acumulação de infraestruturas de um lado, ao mesmo tempo em que gerou relação de interdependência entre os municípios.

Assim, a interdependência estabelecida pela diferenciação econômica e social do espaço é notada, principalmente, através dos deslocamentos de trabalho. A diferenciação socioespacial gerada pela divisão foi, enfim, capaz de gerar a articulação entre os espaço e reestabelecer a unidade política administrativamente dissolvida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação de Camboriú teve início com a população açoriana, que se dedicou a pesca artesanal e a policultura como meios de subsistência. A chegada de outros migrantes europeus a Santa Catarina, como os alemães no Vale do Itajaí, impulsionou a criação de polos industriais através da produção mercantil inicial. Os representantes dessa burguesia industrial foram os primeiros a possuírem casas de veraneio em balneários próximos, como foi o caso dos burgueses de Blumenau e suas casas na praia de Camboriú.

Camboriú tinha base econômica fundamentalmente agrícola, enquanto a praia não apropriada a este fim, permaneceu praticamente desabitada até a década de 1920. O crescimento exponencial ocorrido na cidade a partir da década de 1950 foi ocasionado, em parte, pela melhoria viária na região. Há relatos de que, no início dessa mesma década, iniciou-se a elevação dos valores dos terrenos à beira mar, fato que teve como consequência a expulsão dos pescadores da Praia Central. A orla passava a ser cada vez mais ocupada pelos “alemães”.

No final da década de 1950, a Praia de Camboriú já mais desenvolvida que o município em si, promoveu o movimento separatista que culminou, em 1964, na emancipação de Balneário de Camboriú. Com a divisão em dois municípios, Balneário cresceu e Camboriú empobreceu. A BR-101 foi elemento importante no processo de diferenciação entre os dois municípios. A implantação dessa via acelerou o crescimento urbano de Balneário, muito devendo-se à facilidade de acesso proporcionado aos turistas. E justamente apoiando-se no turismo, a indústria da construção civil ali desenvolveu-se rapidamente. Para Camboriú, por outro lado, a BR-101 trouxe a diminuição do trânsito interno e, consequentemente, do comércio local.

A relação, em Balneário Camboriú, entre os capitais turístico e imobiliário e o Estado parece existir desde a separação do município e, ao longo dos anos, resulta em desigualdades e segregação socioespacial. Em Balneário Camboriú a atividade turística tornou-se o carro-chefe do desenvolvimento econômico. Esta, juntamente com a atividade imobiliária, promovem intervenções desiguais no território com a anuência e, muitas vezes, com o subsídio do Estado através da implantação de

infraestrutura. Em Balneário, os agentes da construção civil entram para a política a fim de garantir benefícios para seus interesses privados.

A emancipação (1964) ocorreu após a consolidação da ocupação da faixa de praia iniciada desde a década de 1920. Economicamente, Camboriú priorizou seu território interiorano, deixando a orla para a prática da pesca tradicional, posteriormente substituída pelas práticas turísticas.

Em um caso clássico de desenvolvimento geográfico desigual. Camboriú apresenta, hoje, a maior porcentagem dentre os municípios do litoral centro norte de Santa Catarina de população que vive abaixo da linha de pobreza. Enquanto isso, Balneário desenvolveu-se mediante a atuação do capital turístico-imobiliário e possui a menor porcentagem de população nessas mesmas condições. Por cima disso, possui o maior percentual de pessoas com renda nominal mensal superior a 30 salários mínimos.

Frente a esse contexto estudado, conclui-se que com a divisão dos municípios, o que ocorreu foi a anunciação do empobrecimento de Camboriú. O evento levou o município a perder sua principal fonte de renda, enquanto o turismo e o setor imobiliário de Balneário desenvolveram-se exitosamente. A divisão administrativa trouxe o desenvolvimento desigual ao concentrar infraestruturas do lado leste da BR101 e fomentar a especulação nessa exígua área. A promoção desse desenvolvimento geográfico desigual trouxe a interdependência entre os dois municípios, levando Camboriú à qualidade de dependente de Balneário Camboriú.

Visto isso, pode-se pensar na seguinte analogia: é como se Camboriú estivesse em uma “relação abusiva” ou em uma “relação desigual de poder” com Balneário. Em tal relação predomina um excesso de poder de Balneário sobre Camboriú. Balneário obtém os benefícios e domina a situação, enquanto Camboriú aceita apenas “falsas generosidades”.

Para que se possa aplinar o terreno da desigualdade, seriam necessárias mudanças nessa relação de hierarquia. Entretanto, o produto do *city marketing* causa admiração e Camboriú aspira ser como Balneário. Para que novas relações sejam construídas, é necessário aprender a lidar com as condições, diversidades geográficas e históricas da sua existência.

Com esta pesquisa, verificou-se a divisão econômica e social do espaço dos municípios. Nesse recorte, as sedes das empresas e as populações de alto poder aquisitivo concentram-se em Balneário Camboriú, enquanto os depósitos e populações de baixo poder aquisitivo encontram-se em Camboriú.

Verificou-se a interdependência entre os municípios através da observação da jornada para o trabalho e da realização do movimento pendular. Os habitantes de Camboriú são, em grande parte, migrantes que buscaram qualidade de vida e trabalho em Balneário Camboriú. Quando confrontados com o alto valor do solo acabaram por fixar-se em Camboriú, principalmente, no Distrito do Monte Alegre. Essa dinâmica promoveu uma rápida expansão urbana que seguiu o vetor de crescimento de Balneário, porém sem ordenamento.

Outro ponto identificado com o estudo é que, assim como outras cidades dormitórios, Camboriú sofre com problemas de infraestrutura devido ao seu rápido e desordenado crescimento. Enquanto isso, as atividades econômicas de Balneário Camboriú se beneficiam direta e indiretamente da assistência governamental, fruto de uma dinâmica de beneficiamento em prol da iniciativa privada. Essa diferenciação socioespacial acabou por restabelecer uma integração (ainda que em desequilíbrio) entre as cidades que havia sido dissolvida.

Viu-se, enfim, que o crescimento urbano de Camboriú, impulsionado pelo desenvolvimento de Balneário, elevou, em Camboriú, a necessidade de infraestrutura social. O cenário formado por dois municípios interligados, onde um recebe os problemas sociais gerados pela atração que o outro proporciona, configuram um ciclo retroalimentar de desenvolvimento desigual. Nesse ciclo, mantém-se a alta qualidade de vida em Balneário Camboriú a custo da baixa qualidade em Camboriú.

Duas outras questões se destacaram quanto a esse ciclo. Primeiro, percebeu-se que as decisões tomadas por um município têm consequências diretas para o outro, isso se deve à integração tanto econômica (atração de trabalhadores), quanto social (expansão urbana de Camboriú pela repulsão das populações mais pobres) e ambiental (mesma bacia hidrográfica).

Em segundo lugar, ressalta-se a busca por uma forma de superar essa hierarquia. Aqui conjectura-se que é possível a Camboriú superar, pelo menos em parte, essa situação de subordinação através do turismo rural, campesino ecológico

e natural. Com o aproveitamento da atratividade de turistas exercida por Balneário Camboriú, essa poderia ser uma diretriz a ser seguida.

Com relação ao Estado, Maricato (2011), em entrevista publicada pelo IPEA, comentou sobre o desprestígio que o poder local e a gestão urbana sofre frente aos movimentos imobiliários especulativos que elevam acima da inflação, os custos de moradia no país. A autora ressalta a importância da melhor distribuição do ambiente construído através de uma política fundiária e imobiliária mais inclusiva e abrangente da função social da propriedade. É necessário, lembra ela, que o Estado execute a regulação do uso e da ocupação do solo com fins de manter o mercado imobiliário sob controle.

Enquanto essa não é a realidade, os pobres não tem direito à cidade. O que observa-se é que o Estado não controla o uso do solo, o mercado ou a especulação decorrente da valorização fundiária e imobiliária geradas por ele. E, mais que isso, a dinâmica extrapola até mesmo os limites da cidade, uma vez que, como lembra Maricato, ainda hoje não temos regulamentação de algum tipo de esfera administrativa que envolva regiões metropolitanas. E problemas típicos desses recortes, como saneamento, lixo, habitação e transporte, refletem bastante conflito para sua resolução.

Dito isso, espero que este trabalho de pesquisa possa contribuir, de alguma forma, para a busca de alternativas e possibilidades de caminhos outros ao relacionamento estabelecido entre os dois municípios. E, enfim, acredito que, ao abordar a dinâmica espaço-temporal e as formas sociais e ecológicas dos municípios através do enquadramento da acumulação do capital, dos privilégios de classe e das desigualdades político-econômicas, criou-se uma melhor compreensão do presente que, possivelmente, poderá servir de ferramenta para um planejamento futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRAIS, T. A. **A cidade e a região/ a cidade-região: reconhecer processos, construir políticas.** Cadernos Metrópole, São Paulo, 2 sem. 2008.
- BASTOS, J. M. **O Comércio no Sul do Brasil.** Geosul, Florianópolis, V.14, N.28, 1999, pp.112-124.
- BERNARDI, A.C.L. **Planejamento urbano e capital imobiliário: incidências e disputas na produção do espaço em Balneário Camboriú/SC.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) -UFPR, Curitiba. 2017. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47975>>
- BEUTING, A. MARTINS, B. C. V. **Evolução Histórica da Verticalização de Balneário Camboriú: Orla da Praia e área central da cidade.** A: Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. "VIII Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Balneário Camboriú, Junio 2016". Barcelona: DUOT, 2016.
- BUGELLI, A. H. **A crise econômica brasileira dos anos 1960: uma reconstrução do debate.** Dissertação (Mestrado em Economia) – PUC, São Paulo. 2008. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9342>>
- CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana.** São Paulo: Contexto, 2001.
- CARMO, R.A.E. **As Etapas do Desenvolvimento Capitalista no Brasil.** 6º Colóquio Internacional Marx e Engels. UNICAMP, Campinas. 2009. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/as-etapas-do-desenvolvimento-do-capitalismo.pdf>
- COMERLATO, T. **Compartimentação da paisagem como subsídio ao zoneamento ambiental aplicado a sub bacia do Rio Macacos – Camboriú/SC.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – UDESC, Florianópolis. 2012. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/868/taisa_comerlato.pdf>
- CORRÊA, I. B. **História das duas cidades: Camboriú e Balneário Camboriú.** Balneário Camboriú: 2a ed. 2019.
- CORRÊA, I. B. **História de duas cidades: Camboriú e Balneário Camboriú.** Balneário Camboriú: do autor, 1985.
- CORRÊA, R.L. **Diferenciação Sócio-Espacial, Escala e Práticas Espaciais.** 1.ed. São Paulo, SP: Cidades, v. 4, n. 6, 2007. pp. 62-72.

DACOL, K.C. **O Desenvolvimento do Sistema de Esgotamento Sanitário em Balneário Camboriú – SC: À Luz Das Políticas Públicas.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) -UDESC, Florianópolis. 2013. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/872/kelli_cristina_dacol.pdf

FLORES, H.C. A expansão dos imóveis de alto padrão ao sul e ao norte da orla de Balneário Camboriú/SC: uma crítica sobre a relação entre o estado e o mercado imobiliário na cidade. Dissertação (Mestrado em Urbanismo História e Arquitetura da Cidade) – UFSC, Florianópolis. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/159647/337620.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

GARBE, D.S. Hulse, L. BAADE, J.H. **O crescimento urbano (in)sustentável: um estudo do crescimento da cidade de Balneário Camboriú/SC.** Caçador: Ponto de Vista Jurídico. V.6.N 2. 2017. pp. 106-115. Disponível em: <<file:///C:/Users/Cliente/Downloads/1309-5095-1-PB.pdf>>

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú e Bacias Contíguas. Disponível em: <https://www.aguas.sc.gov.br/jsmallfib_top/DHRI/Planos%20de%20Bacias/Plano%20da%20Bacia%20Hidrografica%20do%20Rio%20Camboriu/documento_sintese/documento_sintese_do_plano.pdf>

HARVEY, D. **Espaços de Esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2006.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/painel/?nivel=st>

_____. Tipologia intraurbana: espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 164p.

INOVAMFRI. **Relatório de Análise de Dados.** Florianópolis, 2016. Disponível em: https://static.fecam.net.br/uploads/1527/arquivos/937292_Produto_141_%E2%80%93_Relatorio_de_analise_de_dados.pdf

LEFEBVRE, H. **Espacio y política.** Barcelona: Península, 1976.

LENZI, M.H. Das imagens, a ausência: um estudo geográfico sobre a ilusão do tempo nas imagens de Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC, Florianópolis. 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94559>>

LOWY, M. **A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado.** Revista outubro, São Paulo, 1995. pp. 73-80, s.d.

MAMIGONIAN, A. **Indústria**. In. *Atlas de Santa Catarina*. Florianópolis: Goplan, 1986.

MARIA, S.T. Interferência da Mídia na Consolidação da Imagem de Balneário Camboriú. Trabalho de Conclusão de Curso (Turismo e Hotelaria) - UNIVALI, Balneário Camboriú. 2008. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Sandra%20Terezina%20Maria.pdf>

MARICATO, E. **As ideias fora do lugar**. In. ARANTES, O.; WEINER, C.; MARICATO, E. (Org.) **A Cidade do Pensamento Único: Desmascarando Consensos**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

_____. **Habitação e Cidade**. 7.ed. São Paulo: Atual Editora, 2010.

_____. **Nossas cidades estão ficando inviáveis**. [Entrevista concedida a] Gilberto Maringoni. IPEA, São Paulo, ano 8, ed. 66, 27 jul. 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2508:catid=28&Itemid=23

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia de Benjamin de Sousa Vieira**. 2018. Disponível em: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/145-Benjamin_de_Sousa_Vieira

MENDES, S. Comunidade e Memória no Jornal do Interior: Um estudo sobre o Linha Popular em Camboriú. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – UFSC, Florianópolis. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/129266/329525.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

NSC TOTAL. **Verticalização das praias agrestes de Balneário Camboriú volta à discussão**. 2020. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/dagmara-spautz/verticalizacao-das-praias-agrestes-de-balneario-camboriu-volta-a>

NSC TOTAL. **Infográfico: Veja como será feito o alargamento da Praia Central de Balneário Camboriú**. 2020. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/dagmara-spautz/infografico-veja-como-sera-feito-o-alargamento-da-praia-central-de>

NSC TOTAL. Infográfico: Veja como será feito o alargamento da Praia Central de Balneário Camboriú. NSC TOTAL, Santa Catarina, 02 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/dagmara-spautz/infografico-veja-como-sera-feito-o-alargamento-da-praia-central-de>

NUNES, I.T. **A Br-101 e a Migração Para o Litoral em Santa Catarina. Monografia** (Bacharelado em Ciências Econômicas) – UFSC, Florianópolis. 2008. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia293366>

OLIVEIRA, J.P. TRICÁRIO, L.T. e PEREIRA, F.M. **Retórica da imagem urbana em mídias de informação como lugares: a visibilidade turística em Balneário**

Camboriú, SC, Brasil. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. esp., 2º sem. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/9409>

PÁGINA3. Camboriú 129 anos de História. 2013. Disponível em: <https://issuu.com/pagina3/docs/camboriu129anos>

PASSOS, T.P. Mapeamento e Gestão de Risco de Deslizamentos em Áreas urbanas no Município de Camboriú/SC. Dissertação (Pós-Graduação em Engenharia Civil) – UFSC, Florianópolis. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188513>

PASQUOTTO, G.B. City Marketing: seus elementos de produção e venda do espaço. II Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade: uma relação de origem, 2008. São Paulo: FAUUSP. Disponível em: http://www.labcom.fau.usp.br/wpcontent/uploads/2015/05/2_cincci/6011%20Pasquott o.pdf

PEREIRA, R. M. F. A. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. Geosul, Florianópolis, V.18, N.35, 2003, pp. 99-129.

PIATTO, L. POLETTI, M. Análise do Processo de Artificialização do Município de Balneário Camboriú, SC, Brasil. Revista de Gestão Costeira Integrada, Lisboa, V. 12, N. 1. 2012. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-88722012000100007

PINHO, L. Processo de crescimento urbano-turístico: estudo do balneário Meia Praia, no município de Itapema. A: Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. "V Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Buenos Aires, junio 2013". Barcelona: DUOT, 2013, p. 1648-1662.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Projeto de Lei que institui o Plano de Mobilidade Urbana de Balneário Camboriú, 2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/balneario-camboriu/lei-complementar/2019/5/42/lei-complementar-n-42-2019-institui-o-plano-de-mobilidade-urbana-do-municipio-de-balneario-camboriu-planmob-bc>

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Plano de Mobilidade Urbana de Camboriú, 2016. Disponível em: <https://static.fecam.net.br/uploads/1527/arquivos/844287_PlanMob_CAMBORIU.pdf>

ROCHA. I.O. (Org.). Atlas Geográfico de Santa Catarina – Diversidades da Natureza (2ªed). Florianópolis: Editora UDESC. n.2.2016.

ROSA, G.S. Gonville: a invenção das tradições em São Francisco do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -UFPR, Curitiba. 2014.

Disponível em:
http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2014/11/Gilmar_definitiva.pdf

SANTOS, M. A Urbanização Brasileira. 5.ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, M. São Paulo Metrópole Corporativa. Revista de Administração Pública. V.23. N.1.Rio de Janeiro, 1989, pp. 103-111.

SANTOS. M. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, São Paulo: Edusp. 2004.

SANTOS, M. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia. No 54 (jun. 1977). São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1977, p.81-99.

SANTOS, Z.C.W.N. Trajetórias Docentes na Cidade de Camboriú- SC nas Décadas de 1940, 1950 e 1960: memórias de professoras de infância. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) – PPGE Univali, Itajaí. 2010. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Zemilda%20Weber%20do%20Nascimento%20dos%20Santos1.pdf>

SCHIMIGUEL, A.A. O Mercado Imobiliário no Município de Itapema/SC: O Desenvolvimento e suas Contradições. Dissertação (Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – UDESC, Florianópolis. 2016.

SCHLICKMANN, M. Do Arraial do Bonsucesso a Balneário Camboriú: Mais de 50 anos de história. Balneário Camboriú: FCBC, 2016.

SCHROEDER, A.M. Regulação e Controle do Transporte Público Coletivo Municipal em Balneário Camboriú/SC. Dissertação (Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – UDESC, Florianópolis. 2016.

SCHROEDER, T. PETERS de SOUZA, G. SOUSA DOHI, C.S. A ilusão do direito à cidade: Breve discussão na cidade de Balneário Camboriú – SC. In. 9º Seminário Projetar. “Arquitetura e cidade: privilégios, conflitos e possibilidades.” Curitiba, 2019. Disponível em: http://projedata.grupoprojetar.ufrn.br/dspace/bitstream/123456789/2509/1/_ailus%c3%a3ododireitoacidade.pdf

SEBRAE/SC. Santa Catarina em Números: Balneário Camboriú/Sebrae/SC. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 132p.

_____. Santa Catarina em Números: Camboriú/Sebrae/SC. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 132p.

SILVA, E. C. **Algumas Considerações sobre a Validade da Teoria do Desenvolvimento Desigual de Neil Smith.** Revista RA'EGA – O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba, v.26, n.1, 2012.

SILVA, A.A. ASSIS, G.O. **Crescimento Populacional e Migração em Santa Catarina: Análise sobre Aspectos Econômicos, Laborais e de Desenvolvimento Humano sobre o Território.** In. Anais... ABEP, Campinas, 2019.

SKALEE, M. **Construção e apropriação do espaço público: estudo do traçado urbano do centro de Balneário Camboriú.** Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – UFSC, Florianópolis, 2008.

Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91530>

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e Produção do Espaço.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOLER, A. SANTOS, F.A. **Multiescalaridade Urbana: Questões de escala nos estudos e políticas urbanas.** ENANPUR, Natal, mai. 2019.

SOUZA, I. C. **Orla marítima de Balneário Camboriú/SC: lugares urbanos e práticas sociais ao longo da segunda metade do século XX.** Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – UFSC, Florianópolis, 2016.

Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/174680>>

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização.** São Paulo: Editora Contexto, 1988.

_____. **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Editora Contexto, 2011.

SUGAI, M. I. **Segregação silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000).** Florianópolis: Edufsc, 2015.

THEIS, I.M. **Do Desenvolvimento Desigual e Combinado ao Desenvolvimento Geográfico Desigual.** NAEA, Pará, v. 12, n. 2, p.241-252, dez. 2009.

THEIS, I.M. BUTZKE, L. **Planejamento e Desenvolvimento Desigual em Santa Catarina.** A: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Londrina: Gepal, 2008.

Disponível em:
<<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposi/>>

THEIS, I.M, MANTOVANELI JUNIOR, O. **Planejamento Regional e Desenvolvimento Desigual: Notícias de Santa Catarina.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v.15, n.1, 2019.

URBAN, S.R. **Uso do Solo na Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú (SC) e sua Influência sobre a Qualidade da Água.** Dissertação (Mestrado em Ciência e

Tecnologia Ambiental) – Univali, Itajaí. 2008. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Sandro%20Rogerio%2Urban.pdf>>

VALENÇA, M. M. Cidades Ingovernáveis? Ensaio sobre o pensamento Harveyano Acerca da Urbanização do Capital. Panorama da geografia brasileira. São Paulo: Annablume, 2006. p 185-190.

WEGNER, P.Z. et al. Pagamento por Serviços Ambientais na Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú, SC. In. XIV World Water Congress Proceedings. 25-29 Setembro. Pernambuco, 2011. Disponível em: <<https://iwra.org/member/congress/resource/PAP00-5153.pdf>>